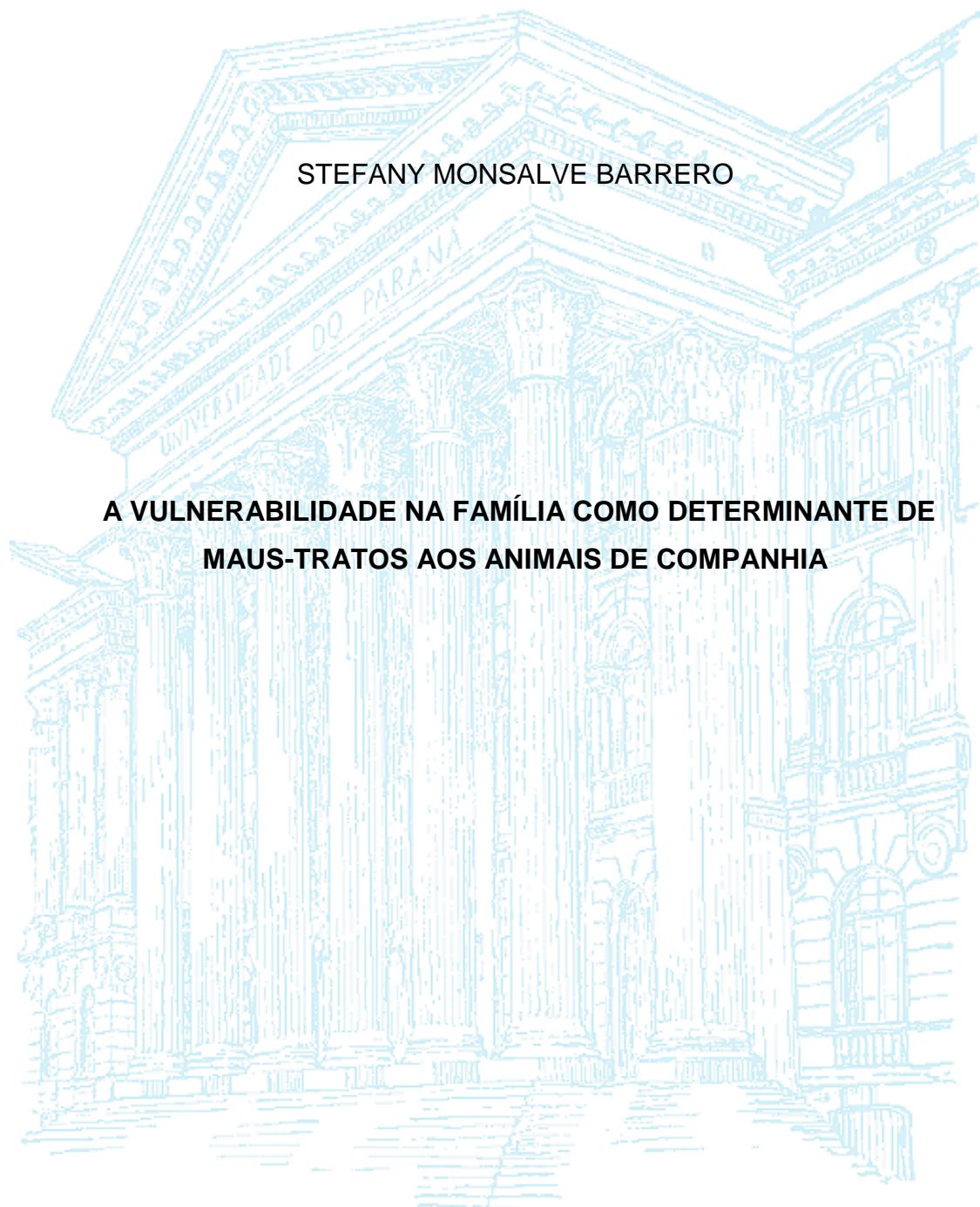


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

STEFANY MONSALVE BARRERO

**A VULNERABILIDADE NA FAMÍLIA COMO DETERMINANTE DE
MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS DE COMPANHIA**



CURITIBA

2017

STEFANY MONSALVE BARRERO

**A VULNERABILIDADE NA FAMÍLIA COMO DETERMINANTE DE
MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS DE COMPANHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Veterinárias do Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciências Veterinárias.

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cassia Maria Garcia.

Comitê de Orientação: Prof. Dr. Marlos Gonçalves Sousa e Profa. Dra. Simone Tostes de O. Stedile.

CURITIBA

2017

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS VETERINÁRIAS



PARECER

A Comissão Examinadora da Defesa da Dissertação intitulada “**A VULNERABILIDADE NA FAMÍLIA COMO DETERMINANTE DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS DE COMPANHIA**” apresentada pela Mestranda **STEFANY MONSALVE BARRERO** declara ante os méritos demonstrados pela Candidata, e de acordo com o Art. 79 da Resolução nº 65/09–CEPE/UFPR, que considerou a candidata APTA para receber o Título de Mestre em Ciências Veterinárias, na Área de Concentração em Ciências Veterinárias.

Curitiba, 30 de março de 2017

Professora Dra. Rita de Cassia Maria Garcia
Presidente/Orientadora

Dra. Vanessa Carli Bones
Membro

Professor Dr. Francisco Cesar Ferracioli
Membro

Dedico a todas as vítimas humanas e animais em situação de vulnerabilidade. E que este trabalho, de alguma forma, contribua para diminuir seu sofrimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus, por estar presente na minha vida e guiar cada uma das decisões que definem a pessoa que eu gostaria de ser.

Aos animais de companhia que participaram do projeto. Porque eles são os membros mais vulneráveis das famílias, as vítimas esquecidas da violência, intolerância, injustiça e desigualdade social. Agradeço sua lealdade para com as pessoas, mesmo após todo o sofrimento que os seres humanos tenham lhes causado intencionalmente ou por omissão, e porque sem eles este projeto não seria possível. Sempre lutarei por um mundo com menos sofrimento animal.

Às pessoas que diariamente lutam por superar a situação de vulnerabilidade, especialmente às famílias que confiaram nos médicos veterinários para relatar seus problemas sociais. Sempre lembrarei de cada uma de suas histórias.

A minha família humana, principalmente aos meus pais que me deram muito apoio, mesmo estando longe, porque seu amor incondicional me deu força para continuar mesmo nos momentos mais difíceis. Obrigada por me ensinar a não desistir de meus sonhos e ser um exemplo de superação e pelo esforço em prol da minha felicidade. Ao meu irmão, que sempre teve as palavras corretas para me fazer rir de cada uma das situações estressantes. A meus sobrinhos, que sempre manifestaram sua saudade e inocentemente pediam que eu voltasse logo. A meus avôs, tios e primos, obrigada por cada palavra de apoio.

A minha família de quatro patas, porque não são necessárias as palavras para desfrutar de sua companhia. Pelos momentos de felicidade a seu lado. A Mailo, meu companheiro fiel, aquele que me ensinou quão valiosos são os animais e o dever que temos de cuidar dos mesmos. Agradeço porque sua presença, em muitas oportunidades, era a única coisa que eu precisava para conseguir sorrir. Obrigada por aceitar amorosamente minha ausência, sempre estarei grata por sua espera.

À minha orientadora, Rita Garcia, por acreditar nas minhas capacidades, por se preocupar não somente com a produção acadêmica, mas também com meu bem-estar e felicidade. Por mostrar uma paixão única por seu trabalho. Agradeço os ensinamentos, a confiança e a oportunidade de trabalhar com o elo, pois nunca

pensei estar tão próxima das questões sociais. Parabéns por sua luta constante para melhorar o trato dado aos animais. Obrigada por estar presente e me ajudar quando eu mais precisei.

À Luana Oliveira, nunca imaginei que a vida ia me premiar com uma companheira de mestrado. Obrigada por me brindar com sua amizade, principalmente quando pensei em desistir. Agradeço a parceria, os conselhos, as saídas, as risadas, as correções do português (tire isso da sua vida!). Admiro sua luta contra as injustiças.

A meus amigos humanos e não humanos, colombianos e brasileiros. Obrigada pelo apoio, por ouvir minhas reclamações, pelo carinho, pelos rodízios de comida, pelas conversas no whats app e as videochamadas. Meus queridos cães do canil agradeço os passeios no campus e as brincadeiras, obrigada por confiar em mim quando em seu coração só existia o temor (Pintinho, Vitória e Bruce). Loren D'Aprile obrigada por compartilhar sua força e sua fé.

À Seção de Defesa e Proteção Animal da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Pinhais. Ao Secretário Ambrósio Struginski pela oportunidade. Obrigada Janaina, Solange, Michele, residentes do coletivo e estagiários por toda a ajuda na coleta de dados. Obrigada por se preocuparem com o bem-estar animal apesar dos imensos desafios. Agradeço a oportunidade de aprender a seu lado. Janaina obrigada por manter a esperança, sem sua ajuda meu projeto não teria acontecido.

À Secretaria Municipal de Assistência social de Pinhais. À Secretária Rosangela Batista, obrigada pela oportunidade. Maria Vitória, Michele e Gizeli obrigada por escutar a proposta e aceitar implementar um trabalho inovador. Agradeço a todos os funcionários do CRAS e o CREAS por ajudar com meu projeto e principalmente por inserir os animais de estimação como membros vulneráveis das famílias.

Ao Laboratório de Estatística (LABEST) da UFPR, em especial à professora Fernanda Rizzato pela ajuda nas análises.

Ao Brasil e à UFPR. Uma pós-graduação é um privilégio que poucas pessoas têm. Obrigada Brasil por facilitar o acesso à educação. À CAPES pela concessão da bolsa de estudos e à UNAL por ser minha alma mater.

A todas as pessoas e comunidades que tratam aos animais com o respeito que merecem.

"Às vezes me perguntam porque invisto tanto tempo e dinheiro falando de amabilidade para com os animais quando existe tanta crueldade entre os homens? Ao que respondo: Estou a trabalhar nas raízes!"

George T. Angel

RESUMO

A ocorrência dos diferentes tipos de violência na sociedade é influenciada por fatores demográficos, sociais e culturais das famílias e comunidades. Desta forma, nas estratégias de prevenção, é necessário uma abordagem intersetorial e multidisciplinar. Por outro lado, em relação aos maus-tratos aos animais de companhia esses aspectos não têm sido avaliados. Igualmente, é infrequente que os programas sociais dirigidos às famílias incluam a questão animal. O objetivo deste trabalho foi estabelecer quais determinantes sociofamiliares estão relacionados com a ocorrência de maus-tratos aos animais, bem como mostrar a importância da inserção dos médicos veterinários e dos animais de estimação nas ações intersetoriais destinadas às famílias em situação de vulnerabilidade. O estudo divide-se em seis Capítulos: (I) Apresentação; (II) A conexão entre os maus-tratos aos animais e a violência interpessoal: uma revisão da perspectiva veterinária; (III) Intersetorialidade para uma abordagem integral dos casos de maus-tratos aos animais e famílias em situação de vulnerabilidade; (IV) Fatores de risco para a ocorrência de maus-tratos em cães e gatos no ambiente familiar; (V) O médico veterinário como agente na identificação de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica e (VI) Considerações finais. Os resultados do Capítulo II evidenciam a escassa participação da área da medicina veterinária nos estudos da associação entre a violência humana e os maus-tratos aos animais, bem como a falta de estudos sobre o tema na América Latina e outras regiões do mundo. O Capítulo III mostrou a viabilidade de desenvolver trabalhos intersetoriais que incluam os animais de estimação e os médicos veterinários, para melhorar a qualidade de vida das pessoas e dos animais em condição de vulnerabilidade socioeconômica. No capítulo IV encontrou-se que as dificuldades financeiras, o nível educacional dos tutores e a violência doméstica estão relacionados com a apresentação dos maus-tratos em cães e gatos. Assim, para preservar um adequado nível de bem-estar animal, é fundamental que os profissionais da medicina veterinária considerem a vulnerabilidade familiar no âmbito das histórias de maus-tratos aos animais. Neste sentido, no capítulo V foi confirmada a capacidade dos médicos veterinários para identificar situações de problemas econômicos, abuso de substâncias, violência e fragilização de vínculos nas famílias proprietárias de cães e gatos. Espera-se com este trabalho contribuir no desenvolvimento de estratégias para prevenir os maus-tratos aos animais. Igualmente, incentivar a inclusão da profissão veterinária nos trabalhos intersetoriais para melhorar a qualidade de vida dos animais e das pessoas.

Palavras-chave: Maus-tratos aos animais. Vulnerabilidade. Intersetorialidade. Determinantes socioeconômicos.

ABSTRACT

The occurrence of different types of violence in society is influenced by demographic, social and cultural factors of families and communities. In this way, prevention strategies need an intersectoral and multidisciplinary approach. On the other hand, in relation to pet abuse, these aspects have not been evaluated. Likewise, it is infrequent that social programs directed to families include the animal issue. The objective of this work was to establish which social determinants are related to the occurrence of animal maltreatment, as well as to show the importance of insertion of veterinarians and companion animals in the intersectoral actions directed to families in situations of vulnerability. The study is divided in six chapters: (I) Presentation; (II) The connection between animal abuse and interpersonal violence: a review from the veterinary perspective; (III) Intersectoral work to integral approach in animal abuse cases and families in situations of vulnerability; (IV) Risk factors for the occurrence of abuse in dogs and cats in the family environment; (V) The veterinarian as agent in the identification of families in situations of socioeconomic vulnerability and (VI) Final considerations. The results of Chapter II highlight the low participation of veterinarians in the association between human violence and animal abuse, as well as the lack of studies on the subject in Latin America and other regions of the world. Chapter III showed the viability of developing intersectoral works, that include pets and veterinarians, to improve the quality of life of people and animals in socioeconomic vulnerability condition. Chapter IV found that financial difficulties, educational level of owners and domestic violence are related to the presentation of abuse in dogs and cats. Thus, in order to preserve an adequate level of animal welfare, it is essential that veterinary practitioners consider family vulnerability within animal abuse investigations. In this sense, chapter V confirmed the ability of veterinarians to identify situations of economic problems, substance abuse, violence and fragilization of family attachment. With this work, we expect to contribute for development of strategies to prevent animal abuse. Further, encourage the inclusion of the veterinary profession in intersectoral work to improve the quality of life of people and animals.

Key words: Animal abuse. Vulnerability. Intersectoral work. Socioeconomic determinants.

RESUMEN

La ocurrencia de los diferentes tipos de violencia en la sociedad es influenciada por factores demográficos, sociales y culturales de las familias y comunidades. De esta forma, en las estrategias de prevención, es necesario un abordaje intersectorial y multidisciplinar. Por otro lado, en relación al maltrato de los animales de compañía esos aspectos no han sido evaluados. Así mismo, no es frecuente que los programas sociales dirigidos a las familias incluyan la cuestión animal. El objetivo de este trabajo fue establecer cuáles son los determinantes sociofamiliares que están relacionados con la ocurrencia de maltrato animal, así como mostrar la importancia de la inserción de los médicos veterinarios y de las mascotas en las acciones intersectoriales que son destinadas a las familias en situación de vulnerabilidad. El estudio se divide en seis capítulos: (I) Presentación; (II) La conexión entre el maltrato animal e la violencia interpersonal: una revisión desde la perspectiva veterinaria; (III) Intersectorialidad para un abordaje integral de los casos de maltrato animal y familias en situación de vulnerabilidad; (IV) Factores de riesgo para la ocurrencia de maltrato de perros y gatos en el ambiente familiar; (V) El médico veterinario como agente en la identificación de familias en situación de vulnerabilidad socioeconómica y (VI) Consideraciones finales. Los resultados del capítulo II evidencian la escasa participación de los médicos veterinarios en la asociación entre la violencia humana y el maltrato animal, así como, la falta de estudios sobre el tema en Latinoamérica y en otras regiones del mundo. El Capítulo III mostró la viabilidad de desarrollar trabajos intersectoriales que incluyan a los animales de compañía y a los médicos veterinarios, para mejorar la calidad de vida de las personas y de los animales en condición de vulnerabilidad socioeconómica. En el capítulo IV se encontró que las dificultades financieras, el nivel educativo de los propietarios y la violencia doméstica están relacionados con el maltrato animal en perros y gatos. Así, para preservar un adecuado nivel de bienestar animal, es fundamental que los profesionales de la medicina veterinaria consideren la vulnerabilidad familiar en el ámbito de las fiscalizaciones de maltrato animal. En este sentido, en el capítulo V fue confirmada la capacidad de los médicos veterinarios para identificar situaciones de problemas económicos, abuso de sustancias, violencia y fragilización de vínculos en las familias propietarias de perros y gatos. Con este trabajo se espera contribuir al desarrollo de estrategias para prevenir el maltrato animal. Igualmente, incentivar la inclusión del profesional de la medicina veterinaria en los trabajos intersectoriales para mejorar la calidad de vida de los animales y de las personas.

Palabras Clave: Maltrato animal. Vulnerabilidad. Trabajo intersectorial. Determinantes socioeconómicos.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. DIAGRAMA DE FLUXO DESCREVENDO O PROCESSO DE SELEÇÃO DOS ARTIGOS.....	27
FIGURA 2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM ATENDIMENTO INTERSETORIAL DE CASOS DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS E DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.....	63
FIGURA 3. FLUXO INTERSETORIAL DE ENCAMINHAMENTO DE CASOS DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS E FAMÍLIAS VULNERÁVEIS ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMAS) E A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (SEMMA) DE PINHAIS, PARANÁ, BRASIL.....	69
FIGURA 4. MÉTODO DE INTEGRAÇÃO SIMPLES DA DECISÃO FINAL POR GRUPO DE INDICADORES PARA DETERMINAR O GRAU DE BEM-ESTAR NOS ANIMAIS DE COMPANHIA.....	91
FIGURA 5. DISTRIBUIÇÃO DO GRAU DE BEM-ESTAR DOS CÃES E GATOS NOS DOMICÍLIOS ALVO DAS FISCALIZAÇÕES DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS REALIZADAS PELA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL (SEDEA) DE PINHAIS, PR.....	93
FIGURA 6. DISTRIBUIÇÃO DO PARECER DOS QUATRO INDICADORES AVALIADOS COM OS DADOS COLETADOS DURANTE AS VISTORIAS DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS DE COMPANHIA REALIZADAS PELA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL(SEDEA) DE PINHAIS, PR.....	94
FIGURA 7. GRÁFICO DOS RESÍDUOS QUANTÍLICOS ALEATORIZADOS DO MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA PARA A VARIÁVEL MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS, INCLUINDO AS VARIÁVEIS NÚMERO DE ANIMAIS DE COMPANHIA E RESPONSÁVEL COM BAIXO GRAU DE ESCOLARIDADE.	97
FIGURA 8. ILUSTRAÇÃO COMPARATIVA DE MORADIAS COM (A) E SEM (B) DESORGANIZAÇÃO E DESCUIDO NA MANUTENÇÃO PREDIAL IDENTIFICADAS DURANTE AS VISTORIAS DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS REALIZADAS PELA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL (SEDEA) DE PINHAIS, PR.....	126
FIGURA 9. ILUSTRAÇÃO DE CASOS CARACTERIZADOS POR UM AMBIENTE INSALUBRE COM ACÚMULO DE LIXO E ENTULHO IDENTIFICADOS DURANTE	

AS VISTORIAS DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS REALIZADAS PELA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL (SEDEA) DE PINHAIS, PR.....	127
FIGURA 10. ILUSTRAÇÃO QUE EXEMPLIFICA ALGUNS INDICADORES QUE CONTRIBUÍRAM COM A SUSPEITA DE VIOLÊNCIA (A) E DE ABUSO DE SUBSTÂNCIAS (B) DURANTE AS VISTORIAS DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS REALIZADAS PELA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL (SEDEA) DE PINHAIS,PR.....	128
FIGURA 11. ILUSTRAÇÃO DA CONDUTA ASSISTENCIALISTA DA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL (SEDEA) DE PINHAIS, PR, REFERENTE AOS CASOS COM VULNERABILIDADE SOCIAL. A) MORADIA ANTES DA INTERVENÇÃO B) MORADIA APÓS DA INTERVENÇÃO.....	130

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. PUBLICAÇÕES SOBRE O "ELO" CONFORME O CONTINENTE E O PAÍS DE ORIGEM DO ESTUDO.	29
TABELA 2. PUBLICAÇÕES SOBRE O "ELO" CONFORME O TEMA E À PRESENÇA DE UM GRUPO COMPARATIVO SEM CARACTERÍSTICAS DE VIOLÊNCIA OU DESORDEM PSQUIÁTRICA.	29
TABELA 3. CONCLUSÕES RELEVANTES SOBRE O "ELO" COLETADAS DOS ARTIGOS INCLUÍDOS NESTA REVISÃO.	30
TABELA 4. PRINCIPAIS FATORES FACILITADORES E DIFICULTADORES ENVOLVIDOS NA CRIAÇÃO DA PARCERIA INTERSETORIAL ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMAS) E A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (SEMMA) DE PINHAIS, PR, BRASIL.	65
TABELA 5. INDICADORES SELECIONADOS PARA AVALIAR O GRAU DE BEM-ESTAR DOS ANIMAIS DE COMPANHIA EM DENÚNCIAS DE MAUS-TRATOS RECEBIDAS PELA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL (SEDEA) DO MUNICÍPIO DE PINHAIS, PR.	89
TABELA 6. DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS VARIÁVEIS DO CONTEXTO SOCIOFAMILIAR QUE PODERIAM INFLUENCIAR A OCORRÊNCIA DOS MAUS-TRATOS AOS CÃES E GATOS DOS CASOS VERIFICADOS PELA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL (SEDEA) DE PINHAIS, PR.	95
TABELA 7. ASSOCIAÇÃO ENTRE OS MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS E AS CARACTERÍSTICAS DO CONTEXTO FAMILIAR DOS TUTORES DOS CÃES E GATOS ALVO DAS VISTORIAS REALIZADAS PELA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL (SEDEA) DE PINHAIS, PR, COM SEUS RESPECTIVOS <i>ODDS RATIO</i>	96
TABELA 8. REGRESSÃO LOGÍSTICA DOS FATORES DETERMINANTES NO AMBIENTE FAMILIAR PARA A OCORRÊNCIA DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAS DE COMPANHIA DOS CASOS VERIFICADOS PELA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL (SEDEA) DE PINHAIS, PR.	98
TABELA 9. DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS VARIÁVEIS DO CONTEXTO FAMILIAR QUE PODERIAM INFLUENCIAR A OCORRÊNCIA DE ABUSO FÍSICO	

AOS CÃES NOS CASOS AVALIADOS PELA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL (SEDEA) DE PINHAIS, PR.	98
TABELA 10. COMPROMETIMENTO DOS INDICADORES SEGUNDO O NÚMERO DE ANIMAIS DE COMPANHIA PRESENTES NOS DOMICÍLIOS ALVO DAS FISCALIZAÇÕES DE MAUS-TRATOS REALIZADAS PELA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL (SEDEA) DE PINHAIS,PR.	99
TABELA 11. COMPROMETIMENTO DOS INDICADORES SEGUNDO O NÍVEL EDUCACIONAL DOS TUTORES DOS CÃES E GATOS ALVO DAS FISCALIZAÇÕES DE MAUS-TRATOS REALIZADAS PELA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL (SEDEA) DE PINHAIS, PR.	100
TABELA 12. COMPROMETIMENTO DOS INDICADORES SEGUNDO A PRESENÇA DE DIFICULDADES ECONÔMICAS NAS FAMÍLIAS PROPRIETÁRIAS DOS CÃES E GATOS ALVO DAS FISCALIZAÇÕES DE MAUS-TRATOS REALIZADAS PELA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL (SEDEA) DE PINHAIS, PR.....	100
TABELA 13. PROPOSTA DE INDICADORES A SER AVALIADOS PELOS MÉDICOS VETERINÁRIOS DURANTE AS VISTORIAS DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS DE COMPANHIA PARA DETECÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA.....	119
TABELA 14. CLASSIFICAÇÃO DOS CASOS DE ACORDO AO TIPO DE VULNERABILIDADE IDENTIFICADA PELOS MÉDICOS VETERINÁRIOS DA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL (SEDEA) DE PINHAIS, PR.	123
TABELA 15. INDICADORES RELATADOS PELOS MÉDICOS VETERINÁRIOS DA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL (SEDEA) DE PINHAIS, PR, PARA AVALIAÇÃO DE VULNERABILIDADE FAMILIAR DURANTE AS FISCALIZAÇÕES DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS.	124
TABELA 16. DISTRIBUIÇÃO DOS CASOS COM VULNERABILIDADE DETECTADOS PELA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL (SEDEA) DE PINHAIS, PR, POR TIPO E MOTIVO PARA A SUSPEITA.....	125
TABELA 17. DISTRIBUIÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL POR TIPO DE VULNERABILIDADE APÓS A AVALIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMAS) DE PINHAIS, PR, E A PRESENÇA DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS.....	129

TABELA 18. DISTRIBUIÇÃO DA CONDORDÂNCIA ENTRE A SUSPEITA E CONFIRMAÇÃO DOS CASOS DE VULNERABILIDADE IDENTIFICADOS PELOS MÉDICOS VETERINÁRIOS DA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL (SEDEA) E ENCAMINHADOS Á SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMAS) DE PINHAIS, PR, E OS RESPECTIVOS VALORES DO COEFICIENTE DE KAPPA.129

LISTA DE SIGLAS

CEP-SD	-	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde
CRAS	-	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	-	Centro de Referência Especial de Assistência Social
PPBEA	-	Protocolo de Perícia em Bem-estar para Diagnóstico de Maus-tratos contra Animais de companhia
PR	-	Paraná
SEDEA	-	Seção de Defesa e Proteção Animal
SEMAS	-	Secretaria Municipal de Assistência Social
SEMMA	-	Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	21
REFERÊNCIAS.....	23
2. A CONEXÃO ENTRE OS MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS E A VIOLÊNCIA INTERPESSOAL: UMA REVISÃO DA PERSPECTIVA VETERINÁRIA	24
RESUMO	24
ABSTRACT	25
2.1. INTRODUÇÃO	26
2.2. ARTIGOS INCLUSOS NESTA REVISÃO	26
2.2.1. ESTRATÉGIA DE BUSCA	26
2.2.2. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	27
2.3. CLASSIFICAÇÃO DOS ARTIGOS	28
2.3.1. CLASSIFICAÇÃO POR ÁREA DE PUBLICAÇÃO	28
2.3.2. CLASSIFICAÇÃO POR CONTINENTE DE ORIGEM DA PUBLICAÇÃO	28
2.3.3. CLASSIFICAÇÃO POR TEMA	29
2.3.3.1. MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	31
2.3.3.2. FATORES DE RISCO PARA MALTRATAR OS ANIMAIS NA INFÂNCIA.....	34
2.3.3.3. MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS NA PREDIÇÃO DE COMPORTAMENTO CRIMINAL.....	37
2.3.3.4. O PAPEL DOS MÉDICOS VETERINÁRIOS NO "ELO"	40
2.4. CONCLUSÃO.....	45
REFERÊNCIAS.....	47
3. INTERSETORIALIDADE PARA UMA ABORDAGEM INTEGRAL DOS CASOS DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS E FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL.....	57
RESUMO	57
ABSTRACT	58

3.1. INTRODUÇÃO	59
3.2. MATERIAL E MÉTODOS	61
3.3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	65
3.3.1. FATORES FACILITADORES E DIFICULTADORES DA ORGANIZAÇÃO DE AÇÕES INTERSETORIAIS	65
3.3.1.1. OPORTUNIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DO TRABALHO INTERSETORIAL.....	65
3.3.1.2. LIMITANTES NA IMPLEMENTAÇÃO DO TRABALHO INTERSETORIAL.....	70
3.3.2. ATUAÇÃO DA MEDICINA VETERINÁRIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS CASOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL E MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS.....	73
3.3.2.1. IMPORTÂNCIA DOS MÉDICOS VETERINÁRIOS NOS CASOS DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	73
3.3.2.2. IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS CASOS DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS DE COMPANHIA	75
3.4. CONCLUSÕES	77
REFERÊNCIAS.....	78
4. FATORES DE RISCO PARA A OCORRÊNCIA DE MAUS-TRATOS EM CÃES E GATOS NO AMBIENTE FAMILIAR	83
RESUMO	83
ABSTRACT.....	84
4.1. INTRODUÇÃO	85
4.2. MATERIAL E MÉTODOS	86
4.2.1. DIAGNÓSTICO DE BEM-ESTAR DOS CÃES E GATOS REFERIDOS NAS DENÚNCIAS DE MAUS-TRATOS AVALIADOS PELA SEDEA	87
4.2.1.1. INDICADORES AVALIADOS	88
4.2.1.2. CATEGORIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DE INDICADORES.....	89

4.2.1.3. DIAGNÓSTICO FINAL DO GRAU DE BEM-ESTAR DOS ANIMAIS NO DOMICÍLIO	91
4.2.2. PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS TUTORES DOS ANIMAIS DE COMPANHIA REFERIDOS NAS DENÚNCIAS DE MAUS-TRATOS.	91
4.2.3. ANÁLISE DOS DADOS.....	92
4.3. RESULTADOS	93
4.3.1. PERFIL DO BEM-ESTAR DOS ANIMAIS ALVO DAS VISTORIAS DE MAUS-TRATOS	93
4.3.2. INFORMAÇÃO SOBRE O CONTEXTO AMBIENTAL E FAMILIAR DOS TUTORES DOS ANIMAIS ALVO DAS FISCALIZAÇÕES.....	94
4.3.3. DETERMINANTES PARA A OCORRÊNCIA DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS.....	95
4.3.4. DETERMINANTES PARA A OCORRÊNCIA DE ABUSO FÍSICO EM CÃES.....	98
4.3.5. CARACTERIZAÇÃO DAS FALÊNCIAS SEGUNDO O TIPO DE INDICADOR	99
4.4. DISCUSSÃO	101
4.5. CONCLUSÃO.....	108
REFERÊNCIAS.....	109
5. O MÉDICO VETERINÁRIO COMO AGENTE NA IDENTIFICAÇÃO DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA.....	115
RESUMO	115
ABSTRACT	116
5.1. INTRODUÇÃO	117
5.2. MATERIAL E MÉTODOS	118
5.2.1. SELEÇÃO DE INDICADORES DE VULNERABILIDADE.....	119
5.2.2. COLETA DE DADOS	120
5.2.3. CONFIRMAÇÃO DOS CASOS COM SUSPEITA DE VULNERABILIDADE	121

5.2.4. CONFIRMAÇÃO DOS CASOS SEM SUSPEITA DE VULNERABILIDADE	122
5.2.5. ANÁLISE DE DADOS.....	122
5.3. RESULTADOS	123
5.3.1. IDENTIFICAÇÃO DE CASOS COM VULNERABILIDADE	123
5.3.2. CONFIRMAÇÃO DOS CASOS COM E SEM VULNERABILIDADE	128
5.3.3. BENEFÍCIOS PARA AS PESSOAS E ANIMAIS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	130
5.4. DISCUSSÃO	131
5.5. CONCLUSÃO.....	136
REFERÊNCIAS.....	137
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS	143
APÊNDICE A. OFÍCIO INSTITUCIONAL ELABORADO PARA CONHECER A PERCEPÇÃO DOS SETORES ENVOLVIDOS NO TRABALHO INTERSETORIAL	162
APÊNDICE B. FICHA DE COLETA DE DADOS PARA IDENTIFICAÇÃO DE VULNERABILIDADE DURANTE AS VISTORIAS DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS REALIZADAS PELA SEDEA	164
APÊNDICE C. FICHAS DE ENCAMINHAMENTO E RESPOSTA DE CASOS DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA E MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS PROPOSTAS PELAS PESQUISADORAS	165
ANEXO 1. PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS DO SETOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UFPR	169
ANEXO 2. DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE ÉTICA NO USO DE ANIMAIS, SETOR CIÊNCIAS AGRÁRIAS, UFPR	170
ANEXO 3. ARTIGO PUBLICADO "THE CONNECTION BETWEEN ANIMAL ABUSE AND INTERPERSONAL VIOLENCE: A REVIEW FROM THE VETERINARY PERSPECTIVE"	171

ANEXO 4. PÔSTER APRESENTADO NA VI CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO COLETIVO	172
ANEXO 5. RESUMO ACEITO NA VII CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO COLETIVO PARA APRESENTAÇÃO ORAL ..	173
ANEXO 6. PÔSTER APRESENTADO 41ST WORLD SMALL ANIMAL VETERINARY ASSOCIATION CONGRESS.....	174
ANEXO 7. PALESTRA MINISTRADA NA II SEMANA DE ZONOSSES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	175
ANEXO 8. PALESTRA MINISTRADA NA XXXIII SEMANA ACADÊMICA DE MEDICINA VETERINÁRIA DA UFPR	176
ANEXO 9. PALESTRA MINISTRADA NA VII CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO COLETIVO	177
ANEXO 10. PALESTRA MINISTRADA NO III CONGRESSO DO SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS DE GUARAPUAVA.....	178
7. VITA	179

1. APRESENTAÇÃO

Os animais de companhia, principalmente os cães e gatos, são considerados pela maioria dos tutores como membros da família (FLYNN, 2000). Porém, é incomum que nos programas sociais e da saúde os mesmos sejam incluídos como um fator importante a ser avaliado dentro do contexto socioeconômico da comunidade. Igualmente a participação dos médicos veterinários nas questões sociais tem sido escassamente analisada. Neste sentido, poucos são os trabalhos desenvolvidos para compreender o papel que os animais de estimação desempenham na vulnerabilidade social. Não obstante, estudos sobre a associação entre a violência interpessoal e os maus-tratos aos animais têm demonstrado que os cães e gatos podem ser vítimas dos problemas sociais (FIELDING, 2010). Da mesma forma, as pesquisas reconhecem que a profissão veterinária tem a obrigação de intervir nos casos de violência, promovendo o bem-estar humano e animal (LOCKWOOD, 2000). Portanto, o objetivo desta dissertação foi contribuir ao desenvolvimento de políticas públicas e programas da saúde e da proteção social, que incluam aos médicos veterinários e aos animais de companhia nas ações intersetoriais que visam atender as demandas socioeconômicas da sociedade.

Atualmente é reconhecido que os animais de estimação têm uma participação importante no ciclo da violência doméstica, pois em lares caracterizados por situações de abuso das crianças e das mulheres, a prevalência de maus-tratos aos animais é maior (BALDRY, 2005; ASCIONE et al., 2007). Apesar desses achados e da responsabilidade dos médicos veterinários na diminuição do sofrimento animal, a participação desse profissional nessa área é escassa. Assim, no segundo capítulo objetivou-se realizar uma revisão sistemática da conexão entre a violência interpessoal e os maus-tratos aos animais ao redor do mundo, por meio da perspectiva veterinária, e incentivar o desenvolvimento de pesquisas sobre o tema e o envolvimento dessa profissão na área.

A explanação dessa associação à Secretaria Municipal da Assistência Social (SEMAS) e à Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) de Pinhais foi fundamental na implementação de uma parceria entre as mesmas, para uma abordagem integral dos casos de maus-tratos aos animais e famílias vulneráveis. No terceiro capítulo foi abordada a percepção de cada setor participante referente

ao trabalho desenvolvido, mediante o recebimento de ofícios institucionais com as respostas de nove perguntas norteadoras (APÊNDICE A). Neste capítulo foi realizada uma análise sobre a importância de uma nova abordagem de casos de maus-tratos aos animais e famílias, em situação de vulnerabilidade social, baseada na intersectoralidade. Os diferentes tipos de violência doméstica são fenômenos multidimensionais influenciados por fatores sociais, econômicos, culturais e individuais das vítimas e dos agressores (JONES; LOGAN-GREENE, 2016), sendo imprescindível uma intervenção intersectorial. Quanto aos maus-tratos aos animais de companhia, esses pontos não têm sido avaliados. Portanto, o quarto capítulo teve como objetivo determinar quais fatores influenciam a ocorrência desse tipo de crime no ambiente familiar. A ficha de coleta de dados inserida nas fiscalizações feitas pela SEDEA, para identificação de vulnerabilidade, encontra-se no APÊNDICE B.

Determinar se os médicos veterinários podem ser agentes na identificação de vulnerabilidade socioeconômica, é indispensável para promover sua inclusão nas ações intersectoriais do campo social. A finalidade do quinto capítulo foi estabelecer os indicadores que auxiliam na detecção de famílias vulneráveis, assim como verificar a capacidade desse profissional para realizar uma busca ativa desses casos, mediante um fluxo de encaminhamentos entre a SEDEA e a SEMAS. No APÊNDICE C é possível visualizar os modelos das fichas de encaminhamento e resposta de casos desenvolvidas pelas pesquisadoras e utilizada nas ações intersectoriais.

O desenvolvimento deste projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde da UFPR sob o nº de parecer 1.502.241 (ANEXO 1). Apesar de ter realizado submissão à Comissão de Ética no uso de Animais (CEUA) do Setor de Ciências Agrárias da UFPR, a mesma considerou não necessária a aprovação para execução do projeto, devido à inexistência de uma manipulação dos animais (ANEXO 2).

O capítulo II foi publicado na revista internacional *Research in Veterinary Science*, volume 117 do ano de 2017, com fator de impacto 1,5 e Qualis A2 no campo da medicina veterinária (ANEXO 3). A partir dos trabalhos foram produzidos três resumos. O primeiro resumo foi referente aos dados iniciais da revisão sistemática sobre a associação entre a violência humana e os maus-tratos aos animais, sendo apresentado como pôster na *VI Conferência Internacional de*

Medicina Veterinária do Coletivo (ANEXO 4). Os outros dois resumos foram elaborados com os resultados do terceiro capítulo, um selecionado para apresentação oral na *VII Conferência Internacional de Medicina Veterinária do Coletivo* (ANEXO 5), o outro como pôster *41ST World Small Animal Veterinary Association Congress* (ANEXO 6). Além disso, houve o convite para realização de palestra sobre a ligação dos maus-tratos aos animais com a violência na prefeitura de São José dos Pinhais, na *XXXIII Semana Acadêmica de Medicina Veterinária* da UFPR e na *VII Conferência Internacional do Coletivo* (ANEXO 7-9). No *III Congresso do Setor de Ciências Agrárias e Ambientais de Guarapuava – III CONSEAG* foi ministrada uma palestra referente ao conceito da saúde única, abordando a inclusão da vulnerabilidade socioeconômica (ANEXO 10).

REFERÊNCIAS

- ASCIONE, F. R. et al. Battered pets and domestic violence: animal abuse reported by women experiencing intimate violence and by nonabused women. **Violence Against Women**, v. 13, n. 4, p. 354–373, 2007.
- BALDRY, A. C. Animal abuse among preadolescents directly and indirectly victimized at school and at home. **Criminal Behaviour and Mental Health**, v. 15, n. 2, p. 97–110, 2005.
- FIELDING, W. J. Domestic violence and dog care in New Providence, The Bahamas. **Society & Animals**, v. 18, p. 183–203, 2010.
- FLYNN, C. P. Battered women and their animal companions : Symbolic interaction between human and nonhuman animals. **Society & Animals**, v. 8, n. 2, p. 99–127, 2000.
- JONES, A.; LOGAN-GREENE, P. Understanding and responding to chronic neglect: A mixed methods case record examination. **Children and Youth Services Review**, v. 67, p. 212–219, 2016.
- LOCKWOOD, R. Animal cruelty and human violence : The veterinarian's role in making the connection-The American experience. **Canadian Veterinary Journal**, v. 41, n. November, p. 876–878, 2000.

2. A CONEXÃO ENTRE OS MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS E A VIOLÊNCIA INTERPESSOAL: UMA REVISÃO DA PERSPECTIVA VETERINÁRIA

RESUMO

Vários estudos relatam a existência do "*Elo*", uma conexão entre os maus-tratos aos animais e a violência interpessoal. A importância dos veterinários no reconhecimento e intervenção no ciclo da violência tem sido discutida em diferentes artigos. Esta revisão examina os aspectos mais importantes dessa associação ao redor do mundo e descreve o papel dos médicos veterinários nesta área. Foi feita uma busca em bases de dados eletrônicas e analisados os artigos publicados entre 1960 e 2016. As publicações foram classificadas dentro de três categorias: área de publicação, tema do estudo e continente onde o estudo foi desenvolvido. Dos 96 artigos incluídos, 76 (79,2%) foram realizados na América do Norte. Nenhum artigo foi desenvolvido na América do Sul ou na África. Noventa e quatro artigos (97,9%) encontraram alguma relação entre os maus-tratos aos animais e a violência contra as pessoas. As taxas de coocorrência entre a violência doméstica e os maus-tratos aos animais variaram entre 25% e 86%. Além disso, crianças vítimas de abuso, expostas à violência doméstica ou aos maus-tratos aos animais, estiveram em maior risco de desenvolver um comportamento criminal. Os veterinários têm um papel fundamental tanto para a saúde pública quanto para o bem-estar animal. Unicamente sete artigos (7,3%) foram publicados no campo da medicina veterinária, e apenas entre 42,8% e 86% dos veterinários conhecem o "*Elo*". Porém, a maioria desses profissionais não têm treinamento adequado para intervir nos casos de maus-tratos aos animais e violência humana, enfatizando a importância de educar os veterinários sobre o "*Elo*" e sua participação nesta área.

Palavras-Chave: Crueldade animal. Violência doméstica. Abuso infantil. Medicina veterinária. Abuso dos animais de estimação.

ABSTRACT

Several studies have reported a connection between animal abuse and interpersonal violence. The importance of veterinarians in recognizing and intervening in the cycle of violence has been debated in different articles. This review outlines the findings about this connection around the world and describes the role veterinarians play in this field. We looked up electronic databases and analyzed articles published between 1960 and 2016. Publications were classified into three categories: area of publication, topic of the study and continent where the study had been conducted. Out of the 96 articles included, 76 (79.2%) were from North America. None were from South America or Africa. Ninety-four articles (97.9%) found some association between animal abuse and violence against people. The rates of co-occurrence between domestic violence and animal abuse reported varied between 25% and 86%. Furthermore, children who were abused, exposed to domestic violence, or animal abuse were at risk of developing criminal behavior. Veterinarians play an important role in public health and animal welfare. Yet, only seven articles (7.3%) were published in the field of veterinary medicine. Studies report that between 42.8% and 86% of veterinarians know about the “Link”. However, most veterinarians not being trained to intervene in cases of animal abuse and human violence. This emphasizes the importance of educating veterinarians about this topic and their participation in this area.

Key words Animal cruelty. Domestic violence. Child abuse. Veterinary medicine. Companion animal maltreatment.

2.1. INTRODUÇÃO

Pesquisas relativas à associação entre a violência interpessoal e os maus-tratos aos animais, internacionalmente conhecida como "Elo", começaram em 1963 com o surgimento da tríade de enurese, atos incendiários e crueldade contra os animais durante a infância, e sua utilização como um indicador de comportamento criminal contra os humanos na vida adulta (MACDONALD, 1963). A partir desse momento, houve um aumento do interesse dos grupos de proteção animal e dos setores policiais (MCEWEN; MOFFITT; ARSENEAULT, 2014) por incentivar o desenvolvimento das pesquisas sobre o "Elo" na área da violência doméstica, o comportamento criminal e o diagnóstico de desordem de conduta. Investigações das ciências humanas e sociais têm respaldado a existência dessa conexão (GLEYZER; FELTHOUS; HOLZER III, 2002; HENSLEY; TALLICHET; DUTKIEWICZ, 2009). Esses resultados levaram ao aumento das penas judiciais, referentes a esse tipo de delito contra os animais em países como os Estados Unidos (USA) e Canadá, e a um maior esforço para detectar e denunciar esse crime (ARLUKE et al., 1999; LOCKWOOD, 2000; HENSLEY; TALLICHET, 2008).

O "Elo" é um tema que envolve diferentes profissionais e setores da sociedade. Desta forma, é reconhecido que os médicos veterinários são os únicos profissionais da saúde capazes de identificar sinais de maus-tratos aos animais, mas também de violência contra as pessoas (BENETATO; REISMAN; MCCOBB, 2011). Apesar disso, a falta de conhecimento sobre o tema, os conflitos éticos, o medo das consequências e o sigilo profissional, fazem com que a frequência das denúncias de maus-tratos aos animais por parte desses profissionais seja baixa (DONLEY; PATRONEK; LUKE, 1999; SHARPE; WITTUM, 1999; GREEN; GULLONE, 2005; WILLIAMS et al., 2008).

2.2. ARTIGOS INCLUSOS NESTA REVISÃO

2.2.1. ESTRATÉGIA DE BUSCA

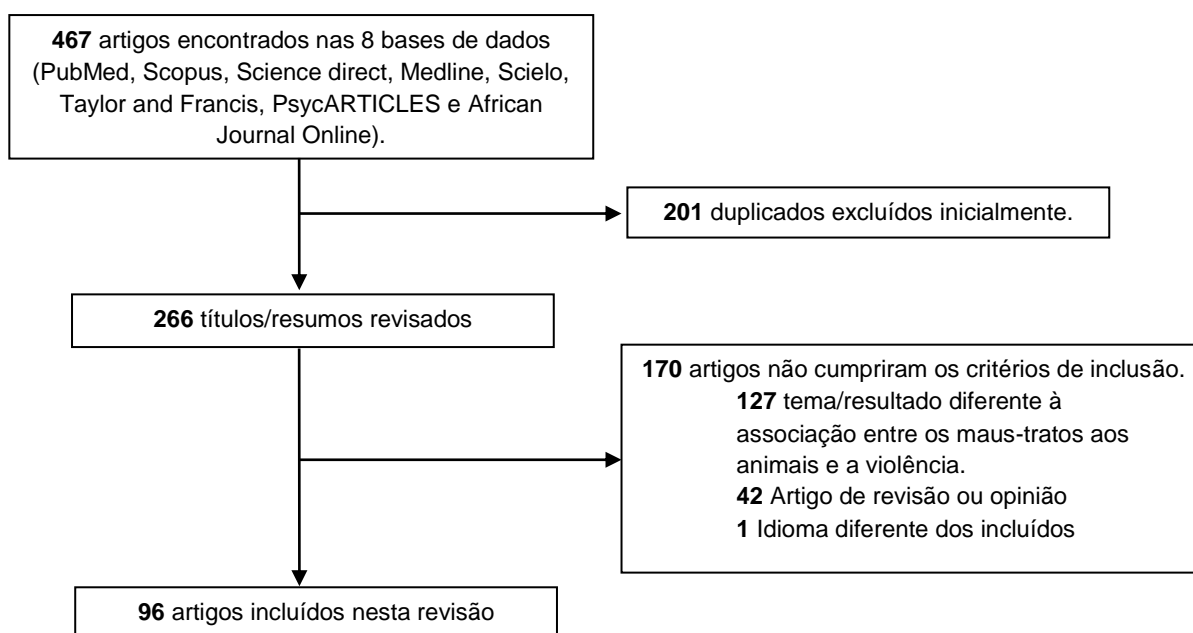
Este estudo examinou os artigos publicados sobre o "Elo" em nível mundial, analisou a participação dos médicos veterinários nessa área e ressaltou a importância do treinamento dos mesmos para reconhecer e intervir nos casos de

violência. Uma busca de artigos publicados foi feita no período de 03 de março de 2015 até 17 de janeiro de 2017. Foram pesquisados os artigos publicados desde 1960 usando as bases de dados Pubmed, Scopus, Science direct, Medline, Scielo, Taylor and Francis, PsycARTICLES e African Journal Online. Os termos de busca utilizados foram: “animal cruelty”, “pet abuse”, “companion animal abuse”, “violence and animal cruelty” e “battered pets”.

2.2.2. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Os estudos foram selecionados de acordo com os seguintes critérios de inclusão: (1) estudo em inglês, português ou espanhol; (2) estudo publicado entre o 1 de janeiro de 1960 e 17 de janeiro de 2017; (3) publicação original sobre a existência de uma conexão entre os maus-tratos aos animais e a violência interpessoal. Artigos de revisão ou opinião foram excluídos. Com a busca nas bases de dados foram encontrados 467 artigos. Após a remoção dos duplicados, permaneceram 266 estudos. Desses, 74,4% (n=170) foram excluídos pois não pesquisaram a relação entre os maus-tratos aos animais e a violência. Finalmente, 96 artigos foram considerados nesta revisão. A FIGURA 1 detalha o processo para a seleção dos estudos.

FIGURA 1. DIAGRAMA DE FLUXO DESCREVENDO O PROCESSO DE SELEÇÃO DOS ARTIGOS



FONTE: O autor (2017)

Foi analisado se o estudo encontrou uma associação entre maus-tratos aos animais e violência, assim como a presença de um grupo de comparação sem características de violência ou desordem psiquiátrica. Os artigos sobre as percepções dos profissionais dos serviços sociais e dos veterinários não foram inclusos nessa última análise. Os artigos foram classificados em três categorias:

- Área de publicação: ciências sociais e humanas, ciências da saúde, ou ciências veterinárias;
- Continente de origem da publicação: devido as diferenças culturais e ao diferente nível de publicações por região, o continente Americano foi dividido em: América do Norte, América Central e América do Sul;
- Classificação com respeito ao tema de publicação: os estudos foram classificados nas seguintes categorias: maus-tratos aos animais e violência doméstica; fatores de risco para maltratar animais na infância; maus-tratos aos animais e a predição de comportamento criminal; e o papel do veterinário no "*Elo*".

2.3. CLASSIFICAÇÃO DOS ARTIGOS

2.3.1. CLASSIFICAÇÃO POR ÁREA DE PUBLICAÇÃO

A maioria dos artigos (n=87, 90,6%) foram publicados na área das ciências humanas e sociais. Dois artigos (2,1%) foram publicados no campo das ciências da saúde e sete (7,2%) na área de medicina veterinária. Dessas sete publicações, cinco (71,4%) centraram-se na percepção, no conhecimento e na preparação dos médicos veterinários quanto ao "*Elo*", revelando a pouca participação da classe veterinária nesta área e a necessidade de estimular trabalhos intersetoriais entre as ciências sociais e humanas e a medicina veterinária.

2.3.2. CLASSIFICAÇÃO POR CONTINENTE DE ORIGEM DA PUBLICAÇÃO

A TABELA 1 apresenta a distribuição do número de publicações encontradas conforme o país de origem da pesquisa. Não foram encontrados artigos desenvolvidos na América do Sul ou na África, mostrando a importância de

desenvolver pesquisas nestas regiões, considerando que tradições culturais e familiares sobre os animais podem influenciar os resultados.

TABELA 1. PUBLICAÇÕES SOBRE O "ELO" CONFORME O CONTINENTE E O PAÍS DE ORIGEM DO ESTUDO.

Continente	Publicações*		País	Publicações*	
	N	%		N	%
América do Norte	76	79.2	Estados Unidos	72	75
			Canadá	7	7.3
Oceania	9	9.4	Austrália	8	8.3
			Nova Zelândia	1	1.04
Europa	7	7.3	Reino Unido	3	3.1
			Itália	2	2.1
			Alemanha	1	1.04
			Suíça	1	1.04
Ásia	4	4.2	China	1	1.04
			Índia	1	1.04
			Japão	1	1.04
			Malásia	1	1.04
			Bahamas	1	1.04
América Central	1	1.3			
América do Sul	0	0	-	-	-
África	0	0	-	-	-

*Uma pesquisa poderia ser desenvolvida em mais de um continente ou país, resultando em uma porcentagem acumulativa total maior que 100%.

FONTE: O autor (2017)

2.3.3. CLASSIFICAÇÃO POR TEMA

A TABELA 2 apresenta a distribuição por tema e a comparação com um grupo controle sem características de violência ou desordem psiquiátrica.

TABELA 2. PUBLICAÇÕES SOBRE O "ELO" CONFORME O TEMA E À PRESENÇA DE UM GRUPO COMPARATIVO SEM CARACTERÍSTICAS DE VIOLÊNCIA OU DESORDEM PSIQUIÁTRICA.

Tema	Publicações*		Grupo Comparativo ^a			
	N	%	Com	%	Sem	%
Maus-tratos aos animais e violência doméstica	24	25	3	13.6	19	86.4
Fatores de risco para maltratar os animais na infância	35	36.4	22	62.8	13	13.5
Maus-tratos aos animais e a predição de comportamento criminal	39	40.6	16	41	23	59
O papel do veterinário no "Elo"	5	5.2	-	-	-	-

* Uma pesquisa poderia ser desenvolvida em mais de um continente ou país, resultando em uma porcentagem acumulativa total maior que 100%.

^aArtigos sobre a percepção dos profissionais sobre o "Elo" foram excluídos dessa análise.

FONTE: O autor (2017)

Dos 96 artigos inclusos, 94 (97,9%) encontraram alguma relação entre os maus-tratos aos animais e a violência contra as pessoas. Uma das limitações dos estudos sobre o "Elo" é a falta de comparação com grupos sem características de violência ou desordem psiquiátrica (BECKER et al., 2004; ASCIONE et al., 2007). Trinta e oito estudos usaram um grupo de comparação, todas essas publicações mostraram alguma associação entre os maus-tratos aos animais e a violência interpessoal. O TABELA 3 mostra um resumo da informação relevante acerca do "Elo" coletada da literatura científica.

TABELA 3. CONCLUSÕES RELEVANTES SOBRE O "ELO" COLETADAS DOS ARTIGOS INCLUÍDOS NESTA REVISÃO.

Tema	Conclusões relevantes
Maus-tratos aos animais e violência doméstica	<p>Existe uma coocorrência entre os maus-tratos aos animais e a violência íntima por parceiro íntimo.</p> <p>Os tipos de maus-tratos aos animais relatados foram: ameaças, abuso físico, proibição para fornecer os cuidados básicos e assassinato.</p> <p>Os maus.tratos aos animais são usados para perpetuar a violência contra as mulheres.</p> <p>Mulheres vítimas de violência podem adiar sua entrada num abrigo por causa de sua preocupação com seus animais de estimação.</p> <p>Cães e gatos são as espécies mais frequentemente maltratadas no contexto da violência doméstica.</p> <p>Violência doméstica está relacionada com baixo nível de cuidado dos animais de companhia.</p> <p>Há uma falta de coordenação entre os serviços que protegem as crianças e os animais.</p>
Fatores de risco para maltratar os animais na infância	<p>Crianças que testemunham atos de maus-tratos aos animais têm três vezes mais risco de abusar dos animais.</p> <p>Testemunhar maus-tratos aos animais promove a ocorrência de sintomas de internalização e externalização nas crianças.</p> <p>Crianças expostas à violência doméstica ou vítimas de abuso maltratam mais frequentemente os animais.</p> <p>Crianças com desordem de comportamento abusam mais comumente dos animais.</p>
Maus-tratos aos animais e a predição de comportamento criminal	<p>Maus-tratos aos animais está associado com crimes violentos contra as pessoas (assassinato, roubo, assalto,estupro, assédio e ameaça).</p> <p>Maus-tratos recorrentes aos animais de companhia são um potencial indicador de violência interpessoal na vida adulta.</p> <p>Abusadores de animais têm personalidade antissocial e dependência de substâncias, assim como uma forte necessidade de controlar as pessoas.</p>
O papel do veterinário no "Elo"	<p>A maioria dos veterinários acredita no "Elo".</p> <p>Os veterinários têm um papel crucial na detecção de maus-tratos aos animais e na intervenção dos diferentes tipos de violência na sociedade</p> <p>Os veterinários são relutantes em intervir e denunciar casos de maus-tratos aos animais e de violência interpessoal.</p> <p>A falta de treinamento para identificar casos de maus-tratos aos animais é a razão mais comum para que os veterinários não realizem as denúncias.</p> <p>O papel do veterinário no ciclo da violência não é reconhecido por outros profissionais.</p>

2.3.3.1. MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A existência de um elo entre a violência doméstica contra mulheres e os maus-tratos aos animais de companhia foi relatada em algumas publicações científicas (ASCIONE, 1998; FLYNN, 2000a, 2000b; FAVER; STRAND, 2003; LORING; BOLDEN-HINES, 2004; CARLISLE-FRANK; FRANK; NIELSEN, 2004; STRAND; FAVER, 2005; ALLEN; GALLAGHER; JONES, 2006; SIMMONS; LEHMANN, 2007; ASCIONE et al., 2007; GUPTA, 2008; VOLANT et al., 2008; GALLAGHER; ALLEN; JONES, 2008; TRAVERS et al., 2009; FIELDING, 2010; KRIENERT et al., 2012; PEAK; ASCIONE; DONEY, 2012; TIPLADY; WALSH; PHILLIPS, 2012; FEBRES et al., 2012; HARDESTY et al., 2013; LONG; KULKARNI, 2013; HARTMAN et al., 2015; LEVITT; HOFFER; LOPER, 2016; NEWBERRY, 2016). É incomum que os serviços que protegem as vítimas de violência avaliem os maus-tratos aos animais rotinariamente, fazendo com que a real prevalência da coocorrência entre esses dois tipos de crime seja desconhecida (ASCIONE et al., 2007).

Estudos realizados em abrigos de mulheres observaram taxas de coocorrência entre estes dois tipos de violência, variando de 25% a 86% (ASCIONE, 1998; FLYNN, 2000b; FAVER; STRAND, 2003; STRAND; FAVER, 2005; ALLEN; GALLAGHER; JONES, 2006; ASCIONE et al., 2007; SIMMONS; LEHMANN, 2007; VOLANT et al., 2008; GALLAGHER; ALLEN; JONES, 2008; TIPLADY; WALSH; PHILLIPS, 2012; HARTMAN et al., 2015), o que evidencia que animais de estimação são susceptíveis a ser vítimas da violência sofrida por suas tutoras (GUPTA, 2008). Ameaças, abuso físico, impedimento do fornecimento de recursos básicos (ASCIONE, 1998; FAVER; STRAND, 2003; CARLISLE-FRANK; FRANK; NIELSEN, 2004; STRAND; FAVER, 2005; GALLAGHER; ALLEN; JONES, 2008; NEWBERRY, 2016), e assassinato (CARLISLE-FRANK; FRANK; NIELSEN, 2004; STRAND; FAVER, 2005; NEWBERRY, 2016) são tipos de agressões frequentemente relatadas pelas mulheres vítimas de violência (ASCIONE, 1998; FLYNN, 2000b; FAVER; STRAND, 2003; STRAND; FAVER, 2005; GALLAGHER; ALLEN; JONES, 2008). Em um estudo com vinte e oito criminosos processados por crueldade contra os animais de companhia de suas esposas ou ex-esposas, treze (46%) também tinham sido detidos por violência doméstica, especialmente por abuso físico, em algum momento de suas vidas (LEVITT; HOFFER; LOPER, 2016).

A prevalência de coocorrência desses dois tipos de violência é influenciada pelas características culturais da população estudada (HARTMAN et al., 2015), enfatizando a necessidade de promover pesquisas nos diferentes países.

Das vinte e quatro publicações que mostraram uma relação entre os maus-tratos aos animais e a violência doméstica, unicamente dois (8,3%) compararam as taxas de maus-tratos em lares com e sem violência por parceiro íntimo. O relato de maus-tratos aos animais por parceiro íntimo em duas populações revelou que 52,9% a 54% das mulheres vítimas de violência doméstica atendidas em abrigos mencionou injúrias intencionais ou assassinato de seus animais de companhia, comparado com 0% a 5% das mulheres não vítimas de violência. Além disso, houve diferença significativa no número de ameaças direcionadas às mulheres que sofreram violência doméstica, de 46% a 53%, comparadas com as que não sofreram, 5,8% a 13% (ASCIONE et al., 2007; VOLANT et al., 2008). Desta forma, as mulheres vítimas de violência em seus lares são onze vezes mais propensas a relatar abuso intencional de seus animais (ASCIONE et al., 2007) e entre quatro a cinco vezes mais propensas a relatar ameaças contra os mesmos (ASCIONE et al., 2007; VOLANT et al., 2008). Tais atos de agressão são mais frequentemente relatados pelas vítimas que têm uma ligação emocional com seus animais (FLYNN, 2000b; TIPLADY; WALSH; PHILLIPS, 2012; HARDESTY et al., 2013). Cães e gatos são os principais alvos no contexto da violência doméstica, possivelmente pela maior facilidade de formação de vínculos com as pessoas, seguidos de aves e pequenos roedores (ASCIONE et al., 2007). Violência física e agressão verbal contra os humanos, podem prever ameaças, injúrias e assassinatos contra os animais no mesmo domicílio (ASCIONE et al., 2007).

Homens abusadores de animais são significativamente mais propensos a falar mediante comandos ou ameaças com seus animais de companhia, a considerar os mesmos como uma propriedade não senciente e como um estressor importante em suas vidas, assim como a castigá-los por expectativas não realistas dos mesmos (CARLISLE-FRANK; FRANK; NIELSEN, 2004). Maus-tratos aos animais é uma forma de controlar psicologicamente as vítimas e perpetrar a violência (GUPTA, 2008; LEVITT; HOFFER; LOPER, 2016; NEWBERRY, 2016). Adicionalmente, as vítimas também mencionam raiva, vingança, disciplina e ciúme como as causas dos maus-tratos aos animais (CARLISLE-FRANK; FRANK;

NIELSEN, 2004; ALLEN; GALLAGHER; JONES, 2006; GALLAGHER; ALLEN; JONES, 2008; NEWBERRY, 2016).

Diferentes estudos têm encontrado que entre 18% a 65% das mulheres vítimas de violência podem adiar sua saída do ambiente violento por medo de colocar em risco seu animal de companhia (ASCIONE, 1998; FLYNN, 2000b; FAVER; STRAND, 2003; STRAND; FAVER, 2005; ALLEN; GALLAGHER; JONES, 2006; ASCIONE et al., 2007; VOLANT et al., 2008; TRAVERS et al., 2009; HARTMAN et al., 2015). Dessa forma, mulheres que relatam ameaças ou abuso físico contra seus animais são respectivamente sete e oito vezes mais propensas a adiar a saída do lar violento devido a sua preocupação com seus animais (FAVER; STRAND, 2003). Neste sentido, as vítimas que consideram seu animal de companhia como uma propriedade têm uma maior probabilidade de abandoná-lo quando procuram um lugar seguro, comparado com as mulheres que acreditam que ele é um ser senciente (CARLISLE-FRANK; FRANK; NIELSEN, 2004). A dificuldade em encontrar um local seguro para os animais durante a estadia das mulheres nos abrigos é a razão principal para que 20% a 50% dos animais de estimação permanecessem aos cuidados do parceiro abusador quando a vítima decidiu sair da condição de violência (ASCIONE, 1998; ALLEN; GALLAGHER; JONES, 2006; GALLAGHER; ALLEN; JONES, 2008; NEWBERRY, 2016). Da mesma forma, Carlisle-Frank et al. (2004) encontraram que uma considerável porcentagem de mulheres maltratadas (35%) retornou ao ambiente violento pela preocupação com seus animais. Cães, gatos e outros animais de companhia são membros da família e um suporte emocional para as vítimas isoladas de suas famílias e amigos (FLYNN, 2000b). Estratégias para abrigar aos animais poderiam incentivar as mulheres a sair do lar violento (FLYNN, 2000a; ALLEN; GALLAGHER; JONES, 2006; GALLAGHER; ALLEN; JONES, 2008; KRIENERT et al., 2012; KOMOROSKY; WOODS; EMPIE, 2015).

Maus-tratos aos animais não são usados somente para provocar violência doméstica, podendo ser usados para obrigar as vítimas a cometer algum crime. Um estudo nos USA encontrou que de 54 mulheres proprietárias de animais de estimação vítimas de abuso, quase a metade (44%) sofreram coerção em forma de ameaças e ferimentos nos animais, como uma ferramenta de forçar a mulher a realizar um ato ilegal como roubo, fraude e tráfico de drogas (LORING; BOLDEN-HINES, 2004). A maioria das pesquisas sobre o "Elo" avaliam os casos com o

homem sendo o principal abusador, porém um estudo feito com 87 mulheres presas por violência doméstica revelou que 17% das participantes tinham ameaçado ou abusado dos animais (FEBRES et al., 2012).

A ligação entre a falta de cuidado animal e violência doméstica têm recebido menos atenção. Um estudo realizado nas Bahamas indicou que a presença de violência doméstica está relacionada com um menor nível de cuidado dos cães. Em casas com violência doméstica, pressupõe-se que os membros da família estão preocupados com seus relacionamentos humanos, ficando o cuidado de seus animais como algo secundário (FIELDING, 2010).

Embora haja evidências científica e conhecimento por parte da maioria dos responsáveis das agências de proteção de pessoas sobre a existência do "Elo", poucos são os recursos disponibilizados para apoiar aos tutores dos animais de estimação (KOMOROSKY; WOODS; EMPIE, 2015). Há uma falta de coordenação entre os diferentes sistemas que atuam para proteger as pessoas e animais vítimas. Em relação à identificação e intervenção, os casos de agressão contra as mulheres e contra os animais são tratados como tipos de violência independentes e que afetam a populações específicas (PEAK; ASCIONE; DONEY, 2012; LONG; KULKARNI, 2013).

2.3.3.2. FATORES DE RISCO PARA MALTRATAR OS ANIMAIS NA INFÂNCIA

Compreender porque uma criança comete maus-tratos aos animais é essencial para o desenvolvimento de estratégias focadas na redução da prevalência deste comportamento. Dos 96 artigos inclusos nesta revisão, 35 (36,5%) estudos avaliaram este aspecto (FELTHOUS, 1980; KELLERT; FELTHOUS, 1985; MILLER; KNUTSON, 1997; FLYNN, 1999; ASCIONE et al., 2003; BALDRY, 2003, 2005, HENRY, 2004a, 2006; BECKER et al., 2004; DUNCAN; THOMAS; MILLER, 2005; HENSLEY, 2005; ZILNEY; ZILNEY, 2005; THOMPSON; GULLONE, 2006; CURRIE, 2006; DADDS; WHITING; HAWES, 2006; MELLOR et al., 2008; DEGUE; DILILLO, 2009; YAMAZAKI, 2010; BOAT et al., 2011; GIRARDI; POZZULO, 2012, 2015; HENSLEY; TALLICHET; DUTKIEWICZ, 2012a; TALLICHET; HENSLEY; EVANS, 2012; WONG et al., 2012; KNIGHT; ELLIS; SIMMONS, 2014; MCEWEN; MOFFITT; ARSENEAULT, 2014;

MCDONALD et al., 2015, 2016; SANDERS; HENRY, 2015; BAXENDALE et al., 2015; BAGLIVIO et al., 2016; HARTMAN et al., 2016; SUJATA et al., 2016; BROWNE; HENSLEY; MCGUFFEE, 2016). Estar exposto a maus-tratos aos animais (FLYNN, 1999; HENRY, 2004a; THOMPSON; GULLONE, 2006; BROWNE; HENSLEY; MCGUFFEE, 2016) ou a outros tipos de violência, ser vítima de abuso físico ou sexual, alcoolismo paterno, disfunção familiar (KELLERT; FELTHOUS, 1985; ASCIONE et al., 2003; DUNCAN; THOMAS; MILLER, 2005; DEGUE; DILILLO, 2009; YAMAZAKI, 2010; BOAT et al., 2011; WONG et al., 2012; KNIGHT; ELLIS; SIMMONS, 2014; BAGLIVIO et al., 2016; BROWNE; HENSLEY; MCGUFFEE, 2016; SUJATA et al., 2016), ou ter alguma desordem de comportamento têm sido associados à prática de maus-tratos aos animais na infância (MELLOR et al., 2008; WONG et al., 2012; SANDERS; HENRY, 2015).

As crianças são frequentemente expostas a atos de maus-tratos aos animais na comunidade e em seus próprios lares (MCDONALD et al., 2015). Desta forma, altas taxas de exposição entre 29% e 61,5% têm sido relatadas (MILLER; KNUTSON, 1997; HENRY, 2004a; THOMPSON; GULLONE, 2006; ASCIONE et al., 2007; GALLAGHER; ALLEN; JONES, 2008; VOLANT et al., 2008; MCDONALD et al., 2015; BROWNE; HENSLEY; MCGUFFEE, 2016), especialmente em pessoas do sexo masculino (MILLER; KNUTSON, 1997; HENRY, 2004a; VAUGHN et al., 2011). As vítimas mais comuns são pequenos animais como roedores, aves e répteis, seguidos por cães e gatos (MILLER; KNUTSON, 1997), o que difere dos achados nos estudos sobre violência doméstica (ASCIONE et al., 2007; DEGUE; DILILLO, 2009). Na maioria dos casos, familiares, amigos e vizinhos são os autores dos atos de abuso (MILLER; KNUTSON, 1997; DEGUE; DILILLO, 2009). Em contrapartida, a taxa de participação em atos de maus-tratos aos animais varia entre 3%-44,4% (MILLER; KNUTSON, 1997; ASCIONE, 1998; BALDRY, 2003, 2005; HENRY, 2004a; THOMPSON; GULLONE, 2006; ASCIONE et al., 2007; VOLANT et al., 2008; GUPTA, 2008; DEGUE; DILILLO, 2009; YAMAZAKI, 2010; SANDERS; HENRY, 2015; WALTERS, 2016a; HARTMAN et al., 2016), sendo significativamente menor em mulheres (HENRY, 2004a; BALDRY, 2005; BAGLIVIO et al., 2016; WALTERS, 2016a). É importante considerar que entre 51% e 78% das crianças colocam em risco sua segurança nas tentativas de proteger seus animais (ASCIONE et al., 2007; MCDONALD et al., 2015).

Crianças que observam atos de abuso são três vezes mais propensas a maltratar os animais (BALDRY, 2005; DEGUE; DILILLO, 2009), sendo esta relação mais forte na exposição crônica a este tipo de violência (HENRY, 2004a). Esse aumento do risco pode ocorrer como resultado de uma aprendizagem social (FLYNN, 2000c; THOMPSON; GULLONE, 2006; DEGUE; DILILLO, 2009; BROWNE; HENSLEY; MCGUFFEE, 2016); as crianças podem entender que abuso é um comportamento aceitável (HENRY, 2004b) e redirecionar a agressão (DEGUE; DILILLO, 2009). Testemunhar atos de maus-tratos aos animais pode ser traumático e contribuir ao desenvolvimento de um comportamento antissocial (MCDONALD et al., 2015), inadaptação social (MCDONALD et al., 2016), sintomas de internalização (THOMPSON; GULLONE, 2006; GIRARDI; POZZULO, 2015) e externalização (THOMPSON; GULLONE, 2006). Porém, é importante considerar que a aprendizagem e expressão de violência contra os animais pode diferir com base nas diferenças culturais (TALLICHET; HENSLEY; EVANS, 2012).

Crianças que frequentemente cometem atos de maus-tratos aos animais têm duas a três vezes mais risco de serem vítimas de abuso na comunidade, na escola, ou no contexto familiar (ASCIONE et al., 2003; BALDRY, 2005; DEGUE; DILILLO, 2009; KNIGHT; ELLIS; SIMMONS, 2014; MCEWEN; MOFFITT; ARSENEAULT, 2014; BAXENDALE et al., 2015) ou estar expostas a violência doméstica, do que aquelas menos frequentemente envolvidas com maus-tratos (BALDRY, 2003; BECKER et al., 2004; CURRIE, 2006; DEGUE; DILILLO, 2009). Dois estudos compararam a prevalência de maus-tratos aos animais cometida pelas crianças em lares com e sem características de violência. As diferenças foram significativas quanto à ocorrência em lares com violência doméstica variou de 11% a 37,5%, comparado com 1% a 11,8% nos lares sem violência (ASCIONE et al., 2007; VOLANT et al., 2008). Hartman et al. (2016) mostrou que a exposição à violência doméstica pode diminuir a empatia afetiva nas crianças e fazer com que sejam menos sensíveis ao sofrimento animal, incrementando a ocorrência de maus-tratos aos animais cometidos pelas mesmas nesses lares. Porém, duas pesquisas não reportaram associação entre violência doméstica e crianças que maltratam os animais (DADDS; WHITING; HAWES, 2006; MCEWEN; MOFFITT; ARSENEAULT, 2014).

Outro aspecto relevante é a idade das crianças, pois os atos de abuso são mais comuns em crianças jovens (MCEWEN; MOFFITT; ARSENEAULT, 2014),

sendo compatível com o comportamento exploratório da idade (CURRIE, 2006). Entre dez e doze anos de idade, as agressões declinam consideravelmente (MCEWEN; MOFFITT; ARSENEAULT, 2014). Crianças mais jovens que testemunham maus-tratos são mais propensas a abusar dos animais e a fazê-lo de forma recorrente (HENSLEY; TALLICHET; DUTKIEWICZ, 2012a; BROWNE; HENSLEY; MCGUFFEE, 2016).

Maltratar os animais na infância acontece mais comumente em crianças com alguma desordem comportamental, tais como déficit de atenção, hiperatividade e depressão (BECKER et al., 2004; MELLOR et al., 2008; WONG et al., 2012). O desenvolvimento desses comportamentos é influenciado pelo ambiente familiar e o temperamento da criança (FELTHOUS, 1980; MELLOR et al., 2008).

2.3.3.3. MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS NA PREDIÇÃO DE COMPORTAMENTO CRIMINAL

Trinta e nove (40,6%) artigos tentaram estabelecer se os maus-tratos aos animais na infância podem ser usados como um indicador para prever o desenvolvimento de uma conduta criminal na vida adulta (HELLMAN; BLACKMAN, 1966; WAX; HADDOX, 1974; HELLER; EHRLICH; LESTER, 1984; KELLERT; FELTHOUS, 1985; FELTHOUS; KELLERT, 1986; MILLER; KNUTSON, 1997; ARLUKE et al., 1999; GLEYZER; FELTHOUS; HOLZER III, 2002; HENRY, 2004b; BECKER et al., 2004; HENRY, 2004a; HENSLEY, 2005; HENSLEY; TALLICHET, 2005, 2008, 2009; TALLICHET et al., 2005; TALLICHET; HENSLEY, 2005, 2009; HENSLEY; TALLICHET; SINGER, 2006; SANDERS; HENRY, 2007; HENSLEY; TALLICHET; DUTKIEWICZ, 2009, 2010, 2011, 2012a, 2012b, VAUGHN et al., 2009, 2011; LUCIA; KILLIAS, 2011; HENDERSON; HENSLEY; TALLICHET, 2011; OVERTON; HENSLEY; TALLICHET, 2012; SCHWARTZ et al., 2012; KAVANAGH; SIGNAL; TAYLOR, 2013; SANDERS et al., 2013; ARLUKE; MADFIS, 2014; BAXENDALE et al., 2015; WALTERS; NOON, 2015; LEVITT; HOFFER; LOPER, 2016; WALTERS, 2016a, 2016b). Os resultados são contraditórios, principalmente devido à falta de definição do conceito de maus-tratos (GLEYZER; FELTHOUS; HOLZER III, 2002; TALLICHET; HENSLEY, 2009; HENSLEY; TALLICHET; DUTKIEWICZ, 2012b; ARLUKE; MADFIS, 2014) e ao uso de amostras pequenas (HENSLEY; TALLICHET, 2009). Contudo, os estudos analisados nesta revisão

encontraram que abusadores de animais têm uma maior propensão a mostrar um comportamento criminal (HELLMAN; BLACKMAN, 1966; FELTHOUS; KELLERT, 1986; ARLUKE et al., 1999; TALLICHET; HENSLEY, 2005; SCHWARTZ et al., 2012; WALTERS, 2014; LEVITT; HOFFER; LOPER, 2016) e transtornos antissociais (GLEYZER; FELTHOUS; HOLZER III, 2002; KAVANAGH; SIGNAL; TAYLOR, 2013).

Estudos desenvolvidos na área relataram uma associação significativa entre maltratar animais vertebrados, especialmente cães e gatos por serem fortemente antropomorfizados, e a realização de crimes violentos contra as pessoas (FELTHOUS; KELLERT, 1986; SANDERS; HENRY, 2007; HENSLEY; TALLICHET; DUTKIEWICZ, 2009, 2012b; LUCIA; KILLIAS, 2011; OVERTON; HENSLEY; TALLICHET, 2012; ARLUKE; MADFIS, 2014; WALTERS, 2014; WALTERS; NOON, 2015). Em contrapartida, dois estudos não encontraram essa relação. Porém é importante mencionar que um desses estudos não discriminou entre testemunhar ou maltratar animais (MILLER; KNUTSON, 1997) e o outro analisou a prevalência de crueldade animal junto com atos incendiários e enurese (HELLER; EHRLICH; LESTER, 1984). Arluke et al. (1999) examinou os registros criminais de pessoas envolvidas com maus-tratos aos animais, encontrando que abusadores de animais tiveram 3,2 vezes mais histórico de ter cometido algum outro delito. Assassínatos, tentativas de assassinato (HENSLEY; TALLICHET; DUTKIEWICZ, 2009), roubo, assalto, estupro, assédio e ameaça foram os crimes associados com maus-tratos aos animais (HENSLEY; TALLICHET; DUTKIEWICZ, 2009; VAUGHN et al., 2009; LEVITT; HOFFER; LOPER, 2016).

Becker et al., 2004, realizaram um estudo prospectivo por dez anos, no qual encontraram uma relação entre maus-tratos aos animais na infância e auto-relato de crimes violentos e não violentos na vida adulta, mostrando que atos de agressão contra animais podem dessensibilizar o perpetrador aos efeitos da violência (SANDERS; HENRY, 2007). Entender melhor as características dos abusadores de animais tem implicações importantes na prevenção, intervenção e estratégias terapêuticas desse fenômeno complexo (HENSLEY; TALLICHET, 2008). Por isso, várias pesquisas têm-se focado em estudar os fatores relacionados com os maus-tratos aos animais e a criminalidade. Com respeito ao perfil psicológico, pessoas que maltratam os animais são significativamente mais propensas a mostrarem uma forte necessidade de controlar os indivíduos e os

ambientes, intimidar ou serem vítimas de intimidação (SANDERS; HENRY, 2007; SCHWARTZ et al., 2012; SANDERS et al., 2013). Além disso, têm uma prevalência significativamente maior de personalidade antissocial e de dependência de polissubstâncias (GLEYZER; FELTHOUS; HOLZER III, 2002; VAUGHN et al., 2009, 2011; KAVANAGH; SIGNAL; TAYLOR, 2013). Levitt et al. (2016) reportou que um pouco mais da metade (64%) dos criminosos que perpetuaram abuso físico tinha histórico de dependência de substâncias. O consumo de álcool e drogas pode diminuir a tolerância aos comportamentos dos animais que não são aceitos pelos tutores. Igualmente, pessoas dependentes de substâncias não reconhecem as necessidades básicas dos animais, negligenciando os mesmos (LEVITT; HOFFER; LOPER, 2016). Abusar de animais sem ajuda de outras pessoas tem sido associado com um comportamento violento (HENRY, 2004b; TALLICHET et al., 2005; HENSLEY; TALLICHET; DUTKIEWICZ, 2011), pois está relacionado à insensibilidade ao sofrimento animal e ao prazer em causar os ferimentos nos mesmos (HENRY, 2004b).

As principais causas para a realização de atos cruéis aos animais são: raiva, diversão, medo ou não gostar do animal, controle, vingança, imitação e prazer sexual (KELLERT; FELTHOUS, 1985; HENSLEY; TALLICHET; DUTKIEWICZ, 2011; OVERTON; HENSLEY; TALLICHET, 2012; LEVITT; HOFFER; LOPER, 2016). Raiva, diversão e o desejo de controlar o animal se encontram significativamente associados com o fato de cometer maus-tratos aos animais repetidamente (HENSLEY; TALLICHET, 2005; OVERTON; HENSLEY; TALLICHET, 2012).

Nas populações de pessoas criminosas, as prevalências de maus-tratos aos animais variaram entre 25% até 68,7%, sendo os relatos de abuso de cães e gatos frequentes (KELLERT; FELTHOUS, 1985; MILLER; KNUTSON, 1997; HENSLEY; TALLICHET; DUTKIEWICZ, 2012b; ARLUKE; MADFIS, 2014). Em contraste, prevalência de auto-relatos de cometer maus-tratos aos animais na infância, durante entrevistas realizadas em populações de escolas e universidades variou entre 8,8% e 30%. Porém, a recorrência é baixa (LUCIA; KILLIAS, 2011; SANDERS; HENRY, 2015). Abusar de animais de companhia de forma recorrente sugere um maior grau de desvio social (TALLICHET et al., 2005), sendo um potencial indicador de violência contra humanos na vida adulta (TALLICHET et al., 2005; ARLUKE; MADFIS, 2014).

Os tipos de abuso mais frequentemente mencionados são: atirar, chutar, afogar, queimar e ter sexo com os animais (HENSLEY; TALLICHET, 2009), sendo os atos de maus-tratos mais associados com violência contra os humanos aqueles que necessitam de um contato físico próximo com o animal (HENDERSON; HENSLEY; TALLICHET, 2011; HENSLEY; TALLICHET; DUTKIEWICZ, 2012b; ARLUKE; MADFIS, 2014). Bestialidade é um dos fatores mais frequentemente relacionados com crimes violentos e recorrentes contra as pessoas, demonstrando que esse comportamento se encontra relacionado com um comportamento agressivo (HENSLEY; TALLICHET; SINGER, 2006; HENSLEY; TALLICHET, 2009; HENSLEY; TALLICHET; DUTKIEWICZ, 2010; HENDERSON; HENSLEY; TALLICHET, 2011; VAUGHN et al., 2011). Ocultar o ato de abuso pode ser um indicador de violência na vida adulta (TALLICHET; HENSLEY, 2009). Jovens que auto-relataram maltratar os animais, tiveram maior probabilidade de cometer vandalismo ou outros atos violentos (SANDERS; HENRY, 2007; LUCIA; KILLIAS, 2011). Com base no exposto, maus-tratos aos animais devem ser vistos como um passo em direção a delinquência. Logo, a atenção e a intervenção são necessárias na prevenção da violência (LUCIA; KILLIAS, 2011).

2.3.3.4. O PAPEL DOS MÉDICOS VETERINÁRIOS NO "ELO"

No contexto da saúde única, que reconhece a ligação entre a saúde humana e animal e seus ambientes sociais e ecológicos (ZINSSTAG et al., 2011), os veterinários devem proteger o bem-estar das pessoas, incluindo sua saúde (PAPPAIOANOU, 2004; OSBURN; SCOTT; GIBBS, 2009). Tradicionalmente, as ações da medicina veterinária incluem a segurança alimentar, a prevenção e o controle das zoonoses, e a promoção de ecossistemas saudáveis (PAPPAIOANOU, 2004; OSBURN; SCOTT; GIBBS, 2009). Porém, o papel que os veterinários têm na intervenção e no controle de doenças não infecciosas, tais como a violência, ainda não tem sido amplamente reconhecido.

Apesar da modesta intervenção dos veterinários nas publicações sobre o "Elo", vários artigos de opinião e revisão publicados nas revistas de veterinária têm relatado a importância desse profissional no ciclo da violência (LOCKWOOD, 2000; BOND; LAWRIE, 2004; YOFFE-SHARP; LOAR, 2009; ROBERTSON, 2010; BENETATO; REISMAN; MCCOBB, 2011; LOCKWOOD; ARKOW, 2016). Maus-

tratos aos animais podem ser sentinelas de violência na sociedade (ASCIONE et al., 2007; VOLANT et al., 2008; LEVITT; HOFFER; LOPER, 2016). Assim, considerando que os veterinários estão em uma posição única para identificar casos de maus-tratos aos animais (BENETATO; REISMAN; MCCOBB, 2011), além de ter contato com as vítimas humanas do abuso (LANDAU, 1999), os mesmos cumprem um papel fundamental na prevenção e intervenção da violência interpessoal, por meio da denúncia de casos suspeitos de abuso humano ou animal às autoridades (LOCKWOOD, 2000; YOFFE-SHARP; LOAR, 2009; BENETATO; REISMAN; MCCOBB, 2011). Dessa forma, assim como os veterinários são importantes no controle de doenças zoonóticas (OSBURN; SCOTT; GIBBS, 2009), deveriam ser reconhecidos como atores relevantes no contexto da violência.

Adicionalmente, as bases da profissão veterinária incluem a interação humano-animal (EYRE, 2000). Um dos principais problemas da relação dos humanos com os animais são os casos de maus-tratos aos animais (HAMMERSCHMIDT; MOLENTO, 2014; NATHANSON, 2009). A preservação deste vínculo é fundamental para o bem-estar dos animais de estimação, assim como uma responsabilidade da medicina veterinária (SHERMAN; SERPELL, 2008). Neste sentido, os veterinários têm um papel essencial na detecção da fragilização do vínculo humano-animal (SHERMAN; SERPELL, 2008) e na prossecução dos casos de maus-tratos aos animais, ajudando na coleta de evidências (LOCKWOOD, 2000; BENETATO; REISMAN; MCCOBB, 2011). Os conhecimentos da medicina veterinária forense permitem a esses profissionais contribuir com informação importante nos processos judiciais, como os métodos usados pelo perpetrador. Igualmente, os mesmos podem determinar o risco que o abusador representa para os animais e para a sociedade (LOCKWOOD; ARKOW, 2016). Neste estudo, foram encontrados cinco artigos originais que analisaram a importância dos médicos veterinários e os fatores limitantes para sua participação no "Elo" (LANDAU, 1999; SHARPE; WITTUM, 1999; GREEN; GULLONE, 2005; WILLIAMS et al., 2008; CREEVY; SHAVER; CORNELL, 2013).

Em 1962, um novo complexo conhecido como a Síndrome da criança espancada foi publicado na revista *Journal of the American Medical Association*, iniciando um debate sobre a importância do papel dos profissionais da saúde na detecção, intervenção e denúncia de casos de abuso nas crianças. Observou-se

relutância destes profissionais em assumir a função de intervir nos casos de abuso infantil (KEMPE et al., 1962). Atualmente, a sociedade exige um maior cuidado e proteção aos animais e demanda que maltratar os animais seja reconhecido como um comportamento antissocial e ilegal que afeta seu bem-estar (BURCHFIELD, 2016).

As comprovações científicas têm encontrado a existência de uma associação entre maus-tratos aos animais e os diferentes tipos de violência interpessoal; e do abuso animal sinalizar para outras formas de violência (FLYNN, 2000c). Apesar desses avanços, a comunidade veterinária não tem desempenhado um papel importante na diminuição do abuso às pessoas ou aos animais (LOCKWOOD; ARKOW, 2016). Os veterinários ainda são relutantes a denunciar casos de maus-tratos aos animais (STOLT; JOHNSON; KANEENE, 1997; DONLEY; PATRONEK; LUKE, 1999).

Estudos realizados na Austrália, Nova Zelândia e nos USA, encontraram que 93,7% a 96,6% dos médicos veterinários reconhecem a sua responsabilidade ética com os animais que sofrem abuso (DONLEY; PATRONEK; LUKE, 1999; GREEN; GULLONE, 2005; WILLIAMS et al., 2008). Entretanto, em Massachusetts, USA, apenas 44,5% dos veterinários entrevistados concordaram em assumir responsabilidades legais nos casos de injúrias não acidentais, e apenas 33,7% nos casos de negligência (DONLEY; PATRONEK; LUKE, 1999). Nos USA, embora os veterinários frequentemente suspeitem de maus-tratos aos animais (78,9%), unicamente uma minoria realiza a denúncia (27-36,4%) (STOLT; JOHNSON; KANEENE, 1997; DONLEY; PATRONEK; LUKE, 1999). Igualmente, a maioria dos profissionais entrevistados (92,7%) indicou que conhecia como fazer a denúncia (DONLEY; PATRONEK; LUKE, 1999).

Um aspecto importante para a atuação dos médicos veterinários é o nível de treinamento que eles têm com relação a maus-tratos aos animais e sua ligação com o abuso humano, pois quanto maior é o grau de consciência, maior é a possibilidade de que esses profissionais possam contribuir de maneira significativa na redução da violência (FLYNN, 2000c; WILLIAMS et al., 2008). Na Austrália, Nova Zelândia e nos USA, a maioria dos veterinários (61,7-86%) acredita que quem comete atos de crueldade contra os animais, abusa mais frequentemente de crianças. Entre 56,7% a 77,1% reconhecem que existe esta conexão com violência contra a mulher por parceiro íntimo (SHARPE; WITTUM, 1999; GREEN;

GULLONE, 2005; WILLIAMS et al., 2008). Na Austrália e Nova Zelândia, 42,8% a 57% dos veterinários concordaram com a existência de uma ligação entre maus-tratos aos animais e a prática frequente de outros crimes. As mulheres participantes foram significativamente mais propensas a acreditar na existência do "Elo" (GREEN; GULLONE, 2005; WILLIAMS et al., 2008). Nos USA, os médicos veterinários com idade acima de 40 anos frequentemente não reconheceram a existência desse elo e decidiram não intervir nos casos de abuso contra animais e pessoas (SHARPE; WITTUM, 1999). Além disso, apesar do reconhecimento da existência do "Elo", apenas a metade (44,7%-50,2%) dos veterinários entrevistados na Austrália, Nova Zelândia e nos USA sentem que têm uma responsabilidade com as pessoas vítimas de violência (SHARPE; WITTUM, 1999; GREEN; GULLONE, 2005; WILLIAMS et al., 2008).

Em uma entrevista com 169 veterinários australianos, unicamente 5,9% responderam que tiveram certeza e 17,8% suspeitaram que estavam acontecendo atos de abuso contra mulheres e crianças no mesmo lar onde existiam maus-tratos aos animais. Na maioria dos casos, um homem adulto era o perpetrador (GREEN; GULLONE, 2005).

Diferentes razões induzem os médicos veterinários a não efetuar a denúncia em caso de suspeita de maus-tratos (SHARPE; WITTUM, 1999): o treinamento inadequado para identificar maus-tratos aos animais (GREEN; GULLONE, 2005; CREEVY; SHAVER; CORNELL, 2013; WOOLF, 2015); falta de clareza e uniformidade nas definições de maus-tratos, abuso, crueldade e negligência (GREEN; GULLONE, 2005); recursos insuficientes para ajudar as vítimas (WILLIAMS et al., 2008); medo das represálias e das consequências legais por violar a confidencialidade (DONLEY; PATRONEK; LUKE, 1999); frustração causada pela impunidade (DONLEY; PATRONEK; LUKE, 1999); medo de perder a clientela (GREEN; GULLONE, 2005; CREEVY; SHAVER; CORNELL, 2013); e a falta de informação sobre os direitos e as responsabilidades legais com as vítimas de abuso. Somente 7,8% dos veterinários de pequenos animais da *American Veterinary Medical Association (AVMA)* acredita ter embasamento legal relativo a abuso contra crianças e mulheres, e 43,6% quanto a maltrato aos animais (SHARPE; WITTUM, 1999).

A justificativa mais frequentemente relatada por esses profissionais, para não efetuar a denúncia é a falta do treinamento (GREEN; GULLONE, 2005;

CREEVY; SHAVER; CORNELL, 2013; WOOLF, 2015). Os sinais que ajudam a diagnosticar traumas não acidentais são: Inconsistência na história, comportamento do tutor e dos animais, e injúrias tais como hematomas, fraturas em membros, costelas e dentes, queimaduras, lacerações e trauma ocular. Muitos médicos veterinários não se encontram familiarizados com as mesmas, dificultando assim o diagnóstico de maus-tratos aos animais (MUNRO; THRUSFIELD, 2001; GREEN; GULLONE, 2005). As faculdades de veterinária reconhecem a possibilidade de que esses profissionais tenham que enfrentar casos de maus-tratos aos animais durante sua prática profissional. Nos USA e na Canadá, a maioria (97%) dos decanos de 31 departamentos dessa área concordou com o fato de que os veterinários têm uma alta probabilidade de enfrentar casos de maus-tratos aos animais, e 61% afirmaram que esses casos poderiam estar relacionados com violência no ambiente familiar. Entretanto, apenas 17% citaram que seus alunos recebiam informação adequada em relação ao abuso, sendo a média da duração de treinamento relativo a maus-tratos aos animais de 76 minutos, e de abuso contra pessoas de oito minutos, evidenciando assim, a falta de preparo dos estudantes (LANDAU, 1999). Outros estudos concordaram com o descrito anteriormente, pois 84,2% dos veterinários afirmou que a educação profissional não inclui informação adequada acerca da prevenção de maus-tratos aos animais e da violência humana (SHARPE; WITTUM, 1999). Igualmente, aproximadamente 30% dos veterinários entrevistados disseram que se sentiam inexperientes nessa área, não estando qualificados para agir (GREEN; GULLONE, 2005), o que mostra a importância de desenvolver estratégias que melhorem o treinamento e a consciência dos médicos veterinários.

Programas extracurriculares de assistência às vítimas humanas e animais da violência, em parceria com entidades especializadas na área podem proporcionar um mecanismo para sensibilizar e treinar os alunos das escolas de medicina veterinária. A presença deste tipo de programas em 9 de 33 faculdades de América do Norte melhorou significativamente a sensibilização dos alunos com respeito ao "Elo" (CREEVY; SHAVER; CORNELL, 2013).

Os veterinários têm um papel indispensável na detecção de maus-tratos aos animais e na intervenção dos diferentes tipos de violência humana, pois são os primeiros ou únicos profissionais que possuem acesso às situações de abuso no contexto da família. Assim, os médicos veterinários têm um papel fundamental no

encaminhamento dos casos, e a obrigação moral de implementarem distintas estratégias e abordagens que ajudem a reduzir a violência na sociedade (LANDAU, 1999; SHARPE; WITTUM, 1999; BENETATO; REISMAN; MCCOBB, 2011). Porém, na atualidade, o papel dos médicos veterinários no ciclo da violência não é reconhecido pelos outros profissionais envolvidos, ou pelas pessoas vítimas de abuso (HARDESTY et al., 2013). Logo, apesar das vítimas humanas terem contato com os veterinários, a maioria não está disposta a confiar neste profissional para relatar situações de abuso (FEBRES et al., 2012; TIPLADY; WALSH; PHILLIPS, 2012). Dessa forma, é necessário o desenvolvimento de estudos que ajudem a identificar as formas sobre como este profissional pode oferecer apoio e informação às vítimas (HARDESTY et al., 2013). Divulgar à população o papel que o médico veterinário tem na promoção do bem-estar das famílias poderia contribuir a uma participação mais ativa desse profissional na intervenção da violência.

Os trabalhadores das entidades de proteção de pessoas, frequentemente relatam preocupação com o bem-estar dos animais de companhia, porém são poucas as agências que avaliam de rotina a condição dos animais (ZILNEY; ZILNEY, 2005; GIRARDI; POZZULO, 2012). Do mesmo modo, raramente as investigações de abuso a pessoas são iniciadas como resultado da observação das condições do animal (GIRARDI; POZZULO, 2012). Esses resultados mostram a necessidade da criação de trabalhos intersetoriais que visem o bem-estar conjunto das pessoas e animais vítimas de abuso (PEAK; ASCIONE; DONEY, 2012; LONG; KULKARNI, 2013); de programas de educação humanitária para abusadores de animais e pessoas (TALLICHET; HENSLEY; EVANS, 2012) e do reconhecimento os veterinários como uma parte fundamental na identificação, relato e encaminhamento de casos às agências correspondentes (HARDESTY et al., 2013). Infelizmente, poucas pesquisas tem sido desenvolvidas quanto às intervenções que devem ser feitas em casos de maus-tratos aos animais (HENSLEY; TALLICHET, 2008; TIPLADY; WALSH; PHILLIPS, 2012).

2.4. CONCLUSÃO

As taxas de coocorrência entre os maus-tratos aos animais e a violência interpessoal foram consideráveis na maioria dos artigos. Isso ressalta a importância

da inclusão dos animais de companhia como uma população vulnerável frequentemente afetada pela violência na família. Quase todos os estudos encontraram uma relação entre os maus-tratos aos animais e a violência doméstica, o abuso infantil e o comportamento criminal, assim como sua utilidade como indicador de outros tipos de comportamento violento. Porém menos da metade das publicações comparou a população do estudo com um grupo sem características de violência ou desordem psiquiátrica, elucidando a importância de abordar os maus-tratos aos animais em populações não violentas, com a finalidade de identificar fatores individuais e na família que estejam associados com este tipo de abuso.

A maioria dos estudos estão concentrados na América do Norte. Treze países publicaram pelo menos um artigo sobre o tema, sugerindo que o "Elo" ainda é desconhecido em diferentes regiões do mundo. Logo, estudos devem ser desenvolvidos para entender sua ocorrência nas diferentes culturas. A participação dos médicos veterinários nesta área é fundamental para a proteção das pessoas e dos animais vítimas de violência, sendo imprescindível que as faculdades de medicina veterinária ofereçam uma formação adequada para seus alunos. O número limitado de publicações no campo da medicina veterinária reflete a falta do reconhecimento do papel dos veterinários na prevenção e intervenção do ciclo da violência. Trabalhos multidisciplinares e intersetoriais, que visem o bem-estar das pessoas e animais vítimas de abuso, são indispensáveis para a prevenção e diminuição das taxas de todos os tipos de violência na sociedade.

REFERÊNCIAS

ALLEN, M.; GALLAGHER, B.; JONES, B. Domestic violence and the abuse of pets: Researching the Link and its implications in Ireland. **Practice**, v. 18, n. 3, p. 167–181, 2006.

ARLUKE, A. et al. The relationship of animal abuse to violence and another forms of antisocial behavior. **Journal of interpersonal violence**, v. 14, n. 9, p. 963–975, 1999.

ARLUKE, A.; MADFIS, E. Animal abuse as a warning sign of school massacres: A critique and refinement. **Homicide Studies**, v. 18, n. 1, p. 7–22, 2014.

ASCIONE, F. R. Battered women's reports of their partners' and their children's cruelty to animals. **Journal of Emotional Abuse**, v. 1, n. 1, p. 119–133, 1998.

ASCIONE, F. R. et al. Cruelty to animals in normative, sexually abused, and outpatient psychiatric samples of 6- to 12-year-old children: Relations to maltreatment and exposure to domestic violence. **Anthrozoos**, v. 16, n. 3, p. 194–212, 2003.

ASCIONE, F. R. et al. Battered pets and domestic violence: animal abuse reported by women experiencing intimate violence and by nonabused women. **Violence Against Women**, v. 13, n. 4, p. 354–373, 2007.

BAGLIVIO, M. T. et al. Juvenile animal cruelty and firesetting behavior. **Criminal Behaviour and Mental Health**, 2016.

BALDRY, A. C. Animal abuse and exposure to interparental violence in italian youth. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 18, n. 203, p. 258–281, 2003.

BALDRY, A. C. Animal abuse among preadolescents directly and indirectly victimized at school and at home. **Criminal Behaviour and Mental Health**, v. 15, n. 2, p. 97–110, 2005.

BAXENDALE, S. et al. Risk factors in adolescents' involvement in violent behaviours. **Journal of Aggression, Conflict and Peace Research**, v. 7, n. 1, p. 2–18, 2015.

BECKER, K. D. et al. A study of firesetting and animal cruelty in children: family influences and adolescent outcomes. **Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry**, v. 43, n. 7, p. 905–912, 2004.

BENETATO, M. A; REISMAN, R.; MCCOBB, E. The veterinarian's role in animal cruelty cases. **Journal of the American Veterinary Medical Association**, v. 238, n. 1, p. 31–34, 2011.

BOAT, B. W. et al. Childhood cruelty to animals: Psychiatric and demographic correlates. **Journal of Aggression, Maltreatment and Trauma**, v. 20, n. 7, p. 812–819, 2011.

BOND, M.; LAWRIE, M. Violence breeds violence. **Australian Veterinary Journal**, v. 82, n. 8, p. 529, 2004.

BROWNE, J. A.; HENSLEY, C.; MCGUFFEE, K. M. Does Witnessing Animal Cruelty and Being Abused During Childhood Predict the Initial Age and Recurrence of Committing Childhood Animal Cruelty? **International journal of offender therapy and comparative criminology**, 2016.

BURCHFIELD, K. B. The sociology of animal crime: An Examination of incidents and arrests in Chicago. **Deviant Behavior**, v. 37, n. 4, p. 368–384, 2016.

CARLISLE-FRANK, P.; FRANK, J. M.; NIELSEN, L. Selective battering of the family pet. **Anthrozoos**, v. 17, n. 1, p. 26–42, 2004.

CREEVY, K. E.; SHAVER, S. L.; CORNELL, K. K. Domestic violence shelter partnerships and veterinary student attitudes at North American veterinary schools and colleges. **Journal of Veterinary Medical Education**, v. 40, n. 2, p. 184–191, 2013.

CURRIE, C. L. Animal cruelty by children exposed to domestic violence. **Child Abuse and Neglect**, v. 30, p. 425–435, 2006.

DADDS, M. R.; WHITING, C.; HAWES, D. J. Associations among cruelty to animals, family conflict, and psychopathic traits in childhood. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 21, n. 3, p. 411–429, 2006.

DEGUE, S.; DILILLO, D. Is animal cruelty a “ red flag ” for family violence? investigating co-occurring violence toward children, partners, and pets. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 24, n. 6, p. 1036–1056, 2009.

DONLEY, L.; PATRONEK, G. J.; LUKE, C. Animal abuse in Massachusetts: A summary of case reports at the MSPCA and attitudes of Massachusetts veterinarians. **Journal of applied animal welfare science : JAAWS**, v. 2, n. 1, p. 59–73, 1999.

DUNCAN, A.; THOMAS, J. C.; MILLER, C. Significance of family risk factors in development of childhood animal cruelty in adolescent boys with conduct problems. **Journal of Family Violence**, v. 20, n. 4, p. 235–239, 2005.

EYRE, P. Professing change. **Journal of Veterinary Medical Education**, v. 28, n. 1, p. 3–9, 2001.

FAVER, C. A; STRAND, E. B. To leave or to stay?: Battered women’s concern for vulnerable pets. **Journal of ilterpersonal Violence**, v. 18, n. 12, p. 1367–1377, 2003.

FEBRES, J. et al. Adulthood animal abuse among women court-referred to batterer intervention programs. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 27, n. 15, p. 3115–3126, 2012.

FELTHOUS, A. R. Aggression against cats, dogs and people. **Child Psychiatry and Human Development**, v. 10, n. 3, p. 169–177, 1980.

FELTHOUS, A. R.; KELLERT, S. R. Violence against animals and people: Is aggression against living creatures generalized? **The Bulletin of the American Academy of Psychiatry and the Law**, v. 14, n. 1, p. 55–69, 1986.

FIELDING, W. J. Domestic violence and dog care in New Providence, The Bahamas. **Society & Animals**, v. 18, p. 183–203, 2010.

FLYNN, C. P. Animal abuse in childhood and later support for interpersonal violence in families. **Society and animals**, v. 7, n. 2, p. 161–172, 1999.

FLYNN, C. P. Battered women and their animal companions : Symbolic interaction between human and nonhuman animals. **Society & Animals**, v. 8, n. 2, p. 99–127, 2000a.

FLYNN, C. P. Woman's best friend: Pet abuse and the role of companion animals in the lives of battered women. **Violence Against Women**, v. 36, n. 2, p. 162–177, 2000b.

FLYNN, C. P. Why family professionals can no longer ignore violence toward animals. **Family Relations**, v. 49, p. 87–95, 2000c.

GALLAGHER, B.; ALLEN, M.; JONES, B. Animal abuse and intimate partner violence: Researching the link and its significance in Ireland - a veterinary perspective. **Irish veterinary journal**, v. 61, n. 10, p. 658–667, 2008.

GIRARDI, A.; POZZULO, J. D. The significance of animal cruelty in child protection investigations. **Social Work Research**, v. 36, n. 1, p. 53–60, 2012.

GIRARDI, A.; POZZULO, J. D. Childhood experiences with family pets and internalizing symptoms in early adulthood. **Anthrozoös**, v. 28, n. 3, p. 421–436, 2015.

GLEYZER, R.; FELTHOUS, A. R.; HOLZER III, C. E. Animal Cruelty and psychiatric disorders. **The Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law**, v. 30, n. 2, p. 257–265, 2002.

GREEN, P. C.; GULLONE, E. Knowledge and attitudes of Australian veterinarians to animal abuse and human interpersonal violence. **Australian Veterinary Journal**, v. 83, n. 10, p. 619–625, 2005.

GUPTA, M. Functional links between intimate partner violence and animal abuse: Personality features and representations of aggression. **Society & Animals**, v. 16, p. 223–242, 2008.

HAMMERSCHMIDT, J.; MOLENTO, C. F. M. Protocol for expert report on animal welfare in case of companion animal cruelty suspicion. **Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science**, v. 51, n. 4, p. 282–296, 2014.

HARDESTY, J. L. et al. Coercive control and abused women's decisions about their pets when seeking shelter. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 28, n. 13, p. 2617–2639, 2013.

HARTMAN, C. A. et al. Intimate partner violence and animal abuse in an immigrant-rich sample of mother-child dyads recruited from domestic violence programs. **Journal of Interpersonal Violence**, p. 1–18, 2015.

HARTMAN, C. A. et al. Exploring empathy and callous – unemotional traits as predictors of animal abuse perpetrated by children exposed to intimate partner violence. **Journal of Interpersonal Violence**, p. 1–19, 2016.

HELLER, M. S.; EHRLICH, S. M.; LESTER, D. Childhood cruelty to animals, firesetting, and enuresis as correlates of competence to stand trial. **Journal of General Psychology**, v. 110, n. 2, p. 151–153, 1984.

HELLMAN, D. S.; BLACKMAN, N. Enuresis, firesetting and cruelty to animals: a triad predictive of adult crime. **American Journal of Psychiatry**, v. 122, n. 12, p. 1431–1435, 1966.

HENDERSON, B. B.; HENSLEY, C.; TALLICHET, S. E. Childhood animal cruelty methods and their link to adult interpersonal violence. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 26, n. 11, p. 2211–2227, 2011.

HENRY, B. C. The relationship between animal cruelty, delinquency, and attitudes toward the treatment of animals. **Society & Animals**, v. 12, n. 3, p. 185–207, 2004a.

HENRY, B. C. Exposure to animal abuse and group context: Two factors affecting participation in animal abuse. **Anthrozoos**, v. 17, n. 4, p. 290–305, 2004b.

HENRY, B. C. Empathy, home environment, and attitudes toward animals in relation to animal abuse. **Anthrozoos**, v. 19, n. 1, p. 17–34, 2006.

HENSLEY, C. Learning to be cruel?: Exploring the onset and frequency of animal cruelty. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, v. 49, n. 1, p. 37–47, 2005.

HENSLEY, C.; TALLICHET, S. Animal cruelty motivations: Assessing demographic and situational influences. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 20, n. 11, p. 1429–1443, 2005.

HENSLEY, C.; TALLICHET, S. E. The Effect of inmates' self-reported childhood and adolescent animal cruelty: motivations on the number of convictions for adult violent interpersonal crimes. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, v. 52, n. 2, p. 175–184, 2008.

HENSLEY, C.; TALLICHET, S. E. Childhood and adolescent animal cruelty methods and their possible link to adult violent crimes. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 24, n. 1, p. 147–158, 2009.

HENSLEY, C.; TALLICHET, S. E.; DUTKIEWICZ, E. L. Recurrent childhood animal cruelty: Is there a relationship to adult recurrent interpersonal violence? **Criminal Justice Review**, v. 34, n. 2, p. 248–257, 2009.

HENSLEY, C.; TALLICHET, S. E.; DUTKIEWICZ, E. L. Childhood bestiality: a potential precursor to adult interpersonal violence. **Journal of interpersonal violence**, v. 25, n. 3, p. 557–567, 2010.

HENSLEY, C.; TALLICHET, S. E.; DUTKIEWICZ, E. L. Examining demographic and situational factors on animal cruelty motivations. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, v. 55, n. 3, p. 492–502, 2011.

HENSLEY, C.; TALLICHET, S. E.; DUTKIEWICZ, E. L. Exploring the age of onset and recurrence of childhood animal cruelty: Can animal cruelty be learned from witnessing others commit it? **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, v. 56, n. 4, p. 614–626, 2012a.

HENSLEY, C.; TALLICHET, S. E.; DUTKIEWICZ, E. L. The predictive value of childhood animal cruelty methods on later adult violence: Examining demographic and situational correlates. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, v. 56, n. 2, p. 281–295, 2012b.

HENSLEY, C.; TALLICHET, S. E.; SINGER, S. D. Exploring the possible link between childhood and adolescent bestiality and interpersonal violence. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 21, n. 7, p. 910–923, 2006.

KAVANAGH, P. S.; SIGNAL, T. D.; TAYLOR, N. The Dark triad and animal cruelty: Dark personalities, dark attitudes, and dark behaviors. **Personality and Individual Differences**, v. 55, p. 666–670, 2013.

KELLERT, S. R.; FELTHOUS, A. R. Childhood Cruelty toward animals among criminals and noncriminals. **Human Relations**, v. 38, n. 12, p. 1113–1129, 1985.

KEMPE, C. H. et al. The battered-child syndrome. **Journal of the American Medical Association**, v. 181, p. 17–24, 1962.

KNIGHT, K. E.; ELLIS, C.; SIMMONS, S. B. Parental predictors of children's animal abuse: Findings from a national and intergenerational sample. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 29, n. 16, p. 3014–34, 2014.

KOMOROSKY, D.; WOODS, D. R.; EMPIE, K. Considering companion animals: An examination of companion animal policies in California domestic violence shelters. **Society & Animals**, v. 23, n. 3, p. 298–315, 2015.

KRIENERT, J. L. et al. Examining the nexus between domestic violence and animal abuse in a national sample of service providers. **Violence and Victims**, v. 27, n. 2, p. 280–285, 2012.

- LANDAU, R. E. A survey of teaching and implementation: the veterinarian's role in recognizing and reporting abuse. **Journal of the American Veterinary Medical Association**, v. 215, n. 3, p. 328–331, 1999.
- LEVITT, L.; HOFFER, T. A.; LOPER, A. B. Criminal histories of a subsample of animal cruelty offenders. **Aggression and Violent Behavior**, v. 30, p. 48–58, 2016.
- LOCKWOOD, R. Animal cruelty and human violence : The veterinarian's role in making the connection-The American experience. **Canadian Veterinary Journal**, v. 41, n. November, p. 876–878, 2000.
- LOCKWOOD, R.; ARKOW, P. Animal abuse and interpersonal violence: The cruelty connection and its implications for veterinary pathology. **Veterinary Pathology**, v. 53, n. 5, p. 910–918, 2016.
- LONG, D. D.; KULKARNI, S. J. Cross-reporting of interpersonal violence and animal cruelty: The charlotte project. **Journal of Sociology and Social Welfare**, v. 40, n. 4, p. 131–148, 2013.
- LORING, M. T.; BOLDEN-HINES, T. A. Pet abuse by batterers as a means of coercing battered women into committing illegal behavior. **Journal of Emotional Abuse**, v. 4, n. 1, p. 27–37, 2004.
- LUCIA, S.; KILLIAS, M. Is animal cruelty a marker of interpersonal violence and delinquency? Results of a Swiss National Self-Report study. **Psychology of Violence**, v. 1, n. 2, p. 93–105, 2011.
- MACDONALD, J. M. The treat to kill. **The American Journal of Psychiatry**, v. 120, n. 2, p. 125–130, 1963.
- MARLET, E. F.; MAIORKA, P. C. Análise retrospectiva de casos de maus tratos contra cães e gatos na cidade de São Paulo. **Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science**, v. 47, n. 11, p. 385–394, 2010.
- MCDONALD, S. E. et al. Children's experiences of companion animal maltreatment in households characterized by intimate partner violence. **Child Abuse and Neglect**, v. 50, p. 116–127, 2015.
- MCDONALD, S. E. et al. Patterns of adjustment among children Exposed to intimate partner violence: A person-centered approach. **Journal of Child & Adolescent Trauma**, v. 9, n. 2, p. 137–152, 2016.
- MCEWEN, F. S.; MOFFITT, T. E.; ARSENEAULT, L. Is childhood cruelty to animals a marker for physical maltreatment in a prospective cohort study of children? **Child Abuse and Neglect**, v. 38, p. 533–543, 2014.
- MELLOR, D. et al. The relationship between childhood cruelty to animals and psychological adjustment: A malaysian study. **Anthrozoos**, v. 21, n. 4, p. 363–374, 2008.

MILLER, K. S.; KNUTSON, J. F. Reports of severe physical punishment and exposure to animal cruelty by inmates convicted of felonies and by university students. **Child Abuse and Neglect**, v. 21, n. 1, p. 59–82, 1997.

MUNRO, H. M.; THRUSFIELD, M. V. “Battered pets”: non-accidental physical injuries found in dogs and cats. **The Journal of Small Animal Practice**, v. 42, p. 279–90, 2001.

NATHANSON, J. N. Animal hoarding: slipping into the darkness of comorbid animal and self-neglect. **Journal of elder abuse & neglect**, v. 21, n. 4, p. 307–24, 2009.

NEWBERRY, M. Pets in danger: Exploring the link between domestic violence and animal abuse. **Aggression and Violent Behavior**, p. 1–9, 2016.

OSBURN, B.; SCOTT, C.; GIBBS, P. One world - One medicine - One health: Emerging veterinary challenges and opportunities. **Revue scientifique et technique (International Office of Epizootics)**, v. 28, n. 2, p. 481–486, 2009.

OVERTON, J. C.; HENSLEY, C.; TALLICHET, S. E. Examining the relationship between childhood animal cruelty motives and recurrent adult violent crimes toward humans. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 27, n. 5, p. 899–915, 2012.

PAPPAIOANOU, M. Veterinary medicine protecting and promoting the public’s health and well-being. **Preventive Veterinary Medicine**, v. 62, p. 153–163, 2004.

PEAK, T.; ASCIONE, F.; DONEY, J. Adult protective services and animal welfare: Should animal abuse and neglect be assessed during adult protective services screening? **Journal of Elder Abuse & Neglect**, v. 24, p. 37–49, 2012.

ROBERTSON, I. A. Legally protecting and compelling veterinarians in issues of animal abuse and domestic violence. **New Zealand veterinary journal**, v. 58, n. 3, p. 114–120, 2010.

SANDERS, C. E. et al. Bullies, victims, and animal abusers: Do they exhibit similar behavioral difficulties? **Society & Animals**, v. 21, p. 225–239, 2013.

SANDERS, C. E.; HENRY, B. C. Nonhuman animal cruelty, bullying, and behavioral difficulties among women. **Society & Animals**, v. 23, n. 1, p. 68–80, 2015.

SANDERS, C.; HENRY, B. Bullying and animal abuse: Is there a connection? **Society & Animals**, v. 15, p. 107–126, 2007.

SCHWARTZ, R. L. et al. Psychological profile of male and female animal abusers. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 27, n. 5, p. 846–861, 2012.

SHARPE, M. S.; WITTUM, T. E. Veterinarian involvement in the prevention and intervention of human violence and animal abuse: A survey of small animal practitioners. **Anthrozoös**, v. 12, n. 2, p. 97–104, 1999.

SHERMAN, B. L.; SERPELL, J. A. Training veterinary students in animal behavior to preserve the human-animal bond. **Journal of veterinary medical education**, v. 35, n. 4, p. 496–502, 2008.

SIMMONS, C. A.; LEHMANN, P. Exploring the link between pet abuse and controlling behaviors in violent relationships. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 22, n. 9, p. 1211–1222, 2007.

STOLT, L. B.; JOHNSON, Y. J.; KANEENE, J. B. Attitudes of veterinarians, animal control directors, and county prosecutors in Michigan regarding enforcement of state cruelty legislation. **Journal of the American Veterinary Medical Association**, v. 211, p. 1521–1523, 1997.

STRAND, E. B.; FAVER, C. A. Battered women's concern for their Pets: A closer look. **Journal of Family Social Work**, v. 9, n. 4, p. 39–58, 2005.

SUJATA, S. et al. An adolescent with bestiality behaviour: psychological evaluation and community health concerns. **Indian Journal Community Medicine**, v. 41, p. 23–26, 2016.

TALLICHET, S. E. et al. Targets for cruelty: Demographic and situational factors affecting the type of animal abused. **Criminal Justice Studies**, v. 18, n. 2, p. 173–182, 2005.

TALLICHET, S. E.; HENSLEY, C. Rural and urban differences in the commission of animal cruelty. **International journal of offender therapy and comparative criminology**, v. 49, n. 6, p. 711–726, 2005.

TALLICHET, S. E.; HENSLEY, C. The social and emotional context of childhood and adolescent animal cruelty: is there a link to adult interpersonal crimes? **International journal of offender therapy and comparative criminology**, v. 53, n. 5, p. 596–606, 2009.

TALLICHET, S. E.; HENSLEY, C.; EVANS, R. A. Place-based differences in the commission of recurrent animal cruelty. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, v. 56, n. 8, p. 1283–1298, 2012.

THOMPSON, K.; GULLONE, E. An investigation into the association between the witnessing of animal abuse and adolescents' behavior toward animals. **Society & Animals**, v. 14, n. 3, p. 221–243, 2006.

TIPLADY, C. M.; WALSH, D. B.; PHILLIPS, C. J. C. Intimate partner violence and companion animal welfare. **Australian Veterinary Journal**, v. 90, n. 1–2, p. 48–53, 2012.

TRIVERS, C. et al. Cruelty towards the family pet: a survey of women experiencing domestic violence on the Central Coast, New South Wales. **Medical journal of Australia**, v. 191, n. 7, p. 409–410, 2009.

VAUGHN, M. G. et al. Correlates of cruelty to animals in the United States: Results from the national epidemiologic survey on alcohol and related conditions. **Journal of Psychiatric Research**, v. 43, p. 1213–1218, 2009.

VAUGHN, M. G. et al. Effects of childhood adversity on bullying and cruelty to animals in the United States: Findings from a national sample. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 26, n. 17, p. 3509–3525, 2011.

VOLANT, A. M. et al. The relationship between domestic violence and animal abuse: an Australian study. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 23, n. 9, p. 1277–1295, 2008.

WALTERS, D.; NOON, A. Family context and externalizing correlates of childhood animal cruelty in adjudicated delinquents. **Journal of interpersonal violence**, v. 30, n. 8, p. 1369–1386, 2015.

WALTERS, G. D. Testing the direct, indirect, and moderated effects of childhood animal cruelty on future aggressive and non-aggressive offending. **Aggressive Behavior**, v. 40, p. 238–249, 2014.

WALTERS, G. D. Parent and child reports of animal cruelty and their correlations with parent and child reports of child delinquency. **Psychology, Crime & Law**, v. 0, n. 0, p. 1–10, 2016a.

WALTERS, G. D. Animal cruelty and firesetting as behavioral markers of fearlessness and disinhibition: putting two-thirds of Macdonald's triad to work. **Journal of Forensic Psychiatry and Psychology**, v. 9949, n. January, p. 1–14, 2016b.

WAX, D. E.; HADDOX, V. G. Enuresis, fire Setting, and animal cruelty: A useful danger signal in predicting vulnerability of adolescent males to assaultive behavior. **Child Psychiatry and Human Development**, v. 4, n. 3, p. 151–156, 1974.

WILLIAMS, V. M. et al. Animal abuse and family violence: survey on the recognition of animal abuse by veterinarians in New Zealand and their understanding of the correlation between animal abuse and human violence. **New Zealand veterinary journal**, v. 56, n. 1, p. 21–28, 2008.

WONG, J. et al. Childhood cruelty to animals in China: The relationship with psychological adjustment and family functioning. **Child: Care, Health and Development**, v. 39, n. 5, p. 668–675, 2012.

WOOLF, J. A. How can veterinarians be reporters of animal abuse when they are not taught to recognize it? **Journal of the American Veterinary Medical Association**, v. 247, n. 12, p. 1363–1364, 2015.

YAMAZAKI, S. A comparison of maltreated children and non-maltreated children on their experiences with animals- A Japanese study. **Anthrozoos**, v. 23, n. 1, p. 55–67, 2010.

YOFFE-SHARP, B. L.; LOAR, L. M. The veterinarian's responsibility to recognize and report animal abuse. **Journal of the American Veterinary Medical Association**, v. 234, n. 6, p. 732–737, 2009.

ZILNEY, L. A.; ZILNEY, M. Reunification of child and animal welfare agencies: Cross-reporting of abuse in Wellington County, Ontario. **Child Welfare**, v. 84, n. 1, p. 47–66, 2005.

ZINSSTAG, J. et al. From “one medicine” to “one health” and systemic approaches to health and well-being. **Preventive Veterinary Medicine**, v. 101, p. 148–156, 2011.

3. INTERSETORIALIDADE PARA UMA ABORDAGEM INTEGRAL DOS CASOS DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS E FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

RESUMO

Os problemas socioeconômicos limitam a qualidade de vida das pessoas e dos animais e precisam de uma abordagem intersetorial. Os animais de companhia são as vítimas esquecidas da condição de vulnerabilidade de seus donos. Igualmente, os médicos veterinários não são incluídos nas ações intersetoriais dirigidas às questões sociais que interferem na saúde. O objetivo do presente trabalho foi analisar a importância de trabalhos intersetoriais na complementaridade das práticas profissionais do médico veterinário e da assistência social, buscando a integralidade para uma nova abordagem de casos de maus-tratos aos animais e famílias em situação de vulnerabilidade social. Assim como identificar quais fatores auxiliaram e dificultaram a implementação de uma ação intersetorial entre a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) do município de Pinhais, Paraná. Utilizou-se de metodologia qualitativa, tendo como instrumento de coleta de dados a pesquisa-participativa. Os resultados mostraram que o planejamento em conjunto, a sensibilização dos funcionários, a criação de uma estrutura de comunicação e a utilização das atividades comumente realizadas pelo equipamentos, são fundamentais para o êxito da intersetorialidade. A alta demanda de trabalho, a falta de recursos e de capacitação contínua, assim como a inserção de atividades não executadas anteriormente pelas instituições, são desafios importantes das ações intersetoriais. Percebeu-se a dificuldade em inserir a questão animal como um fator a ser considerado na vulnerabilidade social e na promoção da saúde, e de incluir a profissão veterinária como uma área que visa o bem-estar da família. Deste modo, conclui-se que, os profissionais dos programas sociais ainda categorizam o médico veterinário unicamente como um clínico responsável pelo bem-estar, principalmente referente à saúde dos animais.

Palavras-Chave: Ação intersetorial. Assistência social. Medicina Veterinária. Determinantes socioeconômicos.

ABSTRACT

Socioeconomic problems limit the people and animals quality of life. These are multidimensional and need an intersectoral approach. However, companion animals are the forgotten victims of vulnerability of their owners. Likewise, veterinarians are not included in intersectoral actions directed at social issues that interfere with health. The objective of the present study was to analyze the importance of intersectoral works in the complementarity of the professional practices of veterinarians and social workers, seeking the integrality for a new approach of animal abuse cases and families in situation of social vulnerability. In addition, identifying the facilitating and restrictive factors of an intersectoral partnership between the Secretaria Municipal de Assistência Social and Secretaria Municipal de Meio Ambiente of Pinhais, Paraná, Brazil. A qualitative methodology was used, having as instrument of data collection the participatory research. The results showed that joint planning, employee awareness, the creation of a communicative structure and the use of the activities commonly performed by institutions, are critical for the success of intersectorality. The high demand for labor, the lack of resources and continuous training, as well as the insertion of activities not previously performed by the institutions are the most difficult challenges to overcome the construction of actions. The difficulty in inserting the animal question as a factor to be considered in the social vulnerability and health promotion, and including the veterinary profession as an area for the health and well-being of the family were perceived. Thus, it is concluded that social program professionals still categorize the veterinarian only as a clinician responsible for welfare, mainly concerning the health of animals.

Key words: Intersectoral action. Social assistant. Veterinary medicine. Socioeconomic determinants of health.

3.1. INTRODUÇÃO

O atual conceito de saúde não se limita apenas à prevenção e tratamento de doenças, pois reconhece que fatores sociais, ambientais e políticos, entre outros, podem interferir na qualidade de vida de um indivíduo, de uma família ou comunidade (BERNARDI et al., 2010). Neste contexto, a intersetorialidade surgiu como resposta à necessidade de realizar uma abordagem não compartimentalizada aos problemas, entendendo que na busca da promoção da saúde é indispensável a articulação e integração das diversas instituições públicas e privadas, assim como dos conhecimentos dos diferentes profissionais (COSTA, 2004; BERNARDI et al., 2010; MORETTI et al., 2010; SILVA; RODRIGUES, 2010; SCHERER; PIRES; JEAN, 2013).

Intersetorialidade, segundo Inojosa (2001, p. 105), é "a articulação de saberes e experiências com vistas ao planejamento para a realização e a avaliação de políticas, programas e projetos, com o objetivo de alcançar resultados sinérgicos em situações complexas". As ações intersetoriais são desenvolvidas principalmente na área da saúde, devido ao reconhecimento da existência de seus determinantes sociais, e da ineficácia dos programas com base na assistência médica curativa e hospitalar, para promover a qualidade de vida dos indivíduos (CSDH, 2011). Na proteção social, os programas intersetoriais também são utilizados, como um caminho para enfrentar a multidimensionalidade dos problemas socioeconômicos (CUNILL-GRAU, 2014), aceitando que os serviços fragmentados não podem satisfazer as diversas necessidades das famílias (FRIEND; SHLONSKY; LAMBERT, 2008), nem enfrentar problemas complexos como a pobreza e a desigualdade social (GONÇALVES, 2012; FAUSTINO, 2014).

No Brasil, a questão da intersetorialidade está inserida na Política Nacional de Promoção em Saúde (PNPS) e na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Estas têm dentro de seus princípios o desenvolvimento de programas que permitam a articulação das diferentes políticas públicas, visando a criação de ambientes mais favoráveis para a promoção da saúde e do desenvolvimento das famílias (BRASIL, 2004, 2006; MORETTI et al., 2010; ANDRADE et al., 2012; FAUSTINO, 2014; CAVALCANTI; CORDEIRO, 2015).

Apesar dos avanços, uma profissão pouco considerada na intersetorialidade, especialmente quando são abordadas as questões sociais, é a

medicina veterinária. Os profissionais dessa área estão inseridos em diversos programas, principalmente da vigilância sanitária e epidemiológica (SVOBODA; JAVOROUSKI, 2011), que abordam a comunidade e permitem uma aproximação ao ambiente familiar. Desta forma, os médicos veterinários têm a oportunidade de determinar os fatores sociais que caracterizam a condição de vulnerabilidade familiar (INDÁ; MORITZ; BERNARDINI, 2013).

Outro fator comumente esquecido no planejamento e execução das ações intersetoriais são os animais de estimação. Cães e gatos não são incluídos dentro da definição legislativa de família, mas isto não impede que muitos tutores reconheçam e legitimem os mesmos como membros da família, criando-se então o conceito de família multiespécie (FARACO, 2008). Na concepção social, a vulnerabilidade pode ser considerada como a situação de dependência de pessoas ou grupos sociais, que não permite ou coloca em risco a autodeterminação e o exercício efetivo de direitos (LEÓN, 2011; MALAGÓN, 2015). Desta maneira, as crianças e os adolescentes são considerados vulneráveis, devido a sua situação intrínseca de dependência dos adultos (FONSECA et al., 2013). Neste âmbito, os animais de companhia também podem ser incluídos na condição de vulneráveis. Porém, nos programas sociais no Brasil é incomum que estes sejam inseridos como vítimas da situação de pobreza, violência, ou de outros tipos de riscos socioeconômicos na qual se encontram seus tutores.

Cães e gatos são membros do sistema social de seus donos, compartilhando as mesmas vulnerabilidades e benefícios socioeconômicos (BOAT; KNIGHT, 2001). Logo, estes podem atuar como indicadores para detectar ativamente famílias em condição de risco ou como fatores a considerar nas estratégias para minimizar o quadro enfrentado por famílias em situação de vulnerabilidade. Um claro exemplo é a existência de uma associação entre os maus-tratos aos animais e os diferentes tipos de violência na família (ASCIONE et al., 2007). Assim, investigações mostram a importância de indagar se existe outro tipo de abuso no ambiente doméstico, após a identificação de maus-tratos aos animais na família (MCPHEDRAN, 2009), e do papel dos médicos veterinários na intervenção dos diferentes tipos de violência interpessoal, principalmente mediante a denúncia desse tipo de crime contra a fauna (LOCKWOOD, 2000; WILLIAMS et al., 2008).

Apesar do reconhecimento internacional desta associação e do vínculo humano-animal, a atuação do médico veterinário no Brasil e no mundo como importante agente no campo da saúde pública e da proteção social ainda é limitada (INDÁ; MORITZ; BERNARDINI, 2013). Neste sentido, este trabalho teve como objetivo analisar a importância da inclusão de trabalhos intersetoriais para a complementaridade dos diversos saberes e práticas profissionais do médico veterinário e da assistência social, buscando a integralidade para uma nova abordagem de casos de maus-tratos aos animais e famílias em situação de vulnerabilidade social. Assim como identificar quais fatores que auxiliaram e dificultaram a implementação de uma ação intersetorial entre a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) do município de Pinhais, Paraná.

3.2. MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo utilizou-se de metodologia qualitativa, tendo como instrumento de coleta de dados a pesquisa participativa, sendo analisadas três questões: a construção de um trabalho intersetorial que inclua os animais de companhia e os médicos veterinários na vulnerabilidade social; a atuação do médico veterinário como promotor da qualidade de vida de pessoas em situação de vulnerabilidade; e, finalmente, a assistência social nos casos de maus-tratos aos animais.

Com a finalidade de expor a necessidade da inclusão dos animais de companhia como vítimas de vulnerabilidade e indicadores de violência doméstica, foram contatadas as seguintes instituições da região metropolitana de Curitiba: três Conselhos Tutelares (CT), um Centro de Referência de Atendimento à Mulher (GRAM), uma Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), uma Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) e uma Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA). Apenas duas Secretarias, oriundas da cidade de Pinhais-PR, aceitaram conhecer o projeto e realizar um trabalho intersetorial: a SEMAS do município de Pinhais, Paraná, por meio dos quatro Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS); e a SEMMA, por meio da Seção de Defesa e Proteção Animal (SEDEA), totalizando seis instituições participantes.

O município de Pinhais possui uma população censitária de 117.008 habitantes e 34.583 famílias em domicílios particulares permanentes (IPARDES, 2016). No que tange ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o município oferece o serviço de Proteção Social Básica, por meio de quatro CRAS, e de Proteção Social Especial, por meio de um CREAS. Em 2015, 13.359 famílias possuíam Cadastro Único para Programas Sociais, sendo que 50,88% destas declararam uma renda mensal de até um salário mínimo (SUBPLAN, 2016).

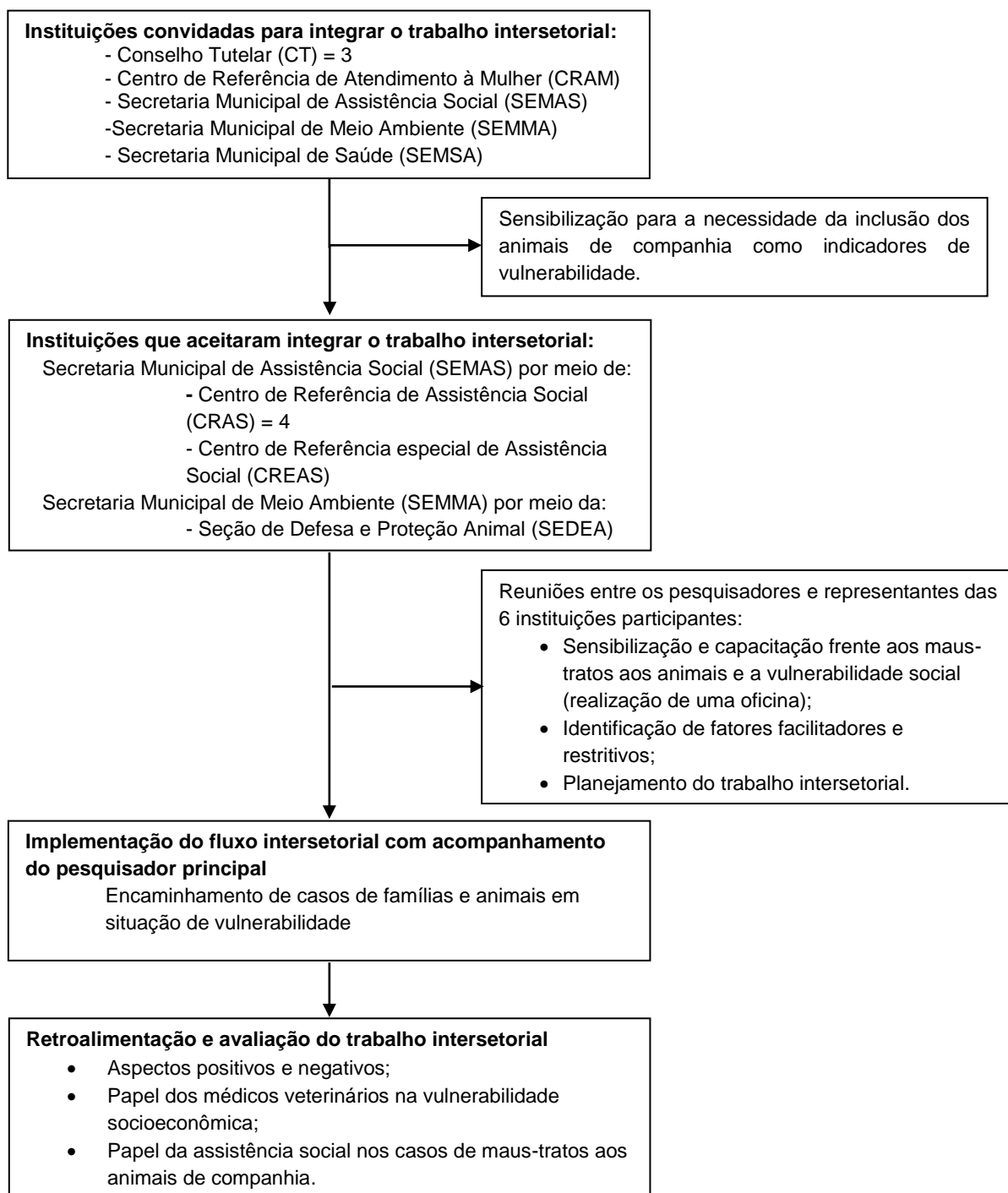
O CRAS é uma unidade pública estatal que organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da PNAS. Além disso, promove a inserção das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade nos programas sociais. Tem por objetivo fortalecer os vínculos familiares e comunitários, buscando priorizar a promoção da autonomia, das potencialidades e o fortalecimento das famílias e indivíduos (BRASIL, 2004). Por sua vez, o CREAS é responsável pela oferta de orientação e apoio especializados e continuados a indivíduos e famílias com direitos violados por ocorrências de abandono, maus-tratos físicos e, ou psíquicos, abuso sexual, situação de rua ou trabalho infantil, entre outras (BRASIL, 2004). Essas instituições contam com uma equipe composta basicamente por assistentes sociais, pedagogos e psicólogos capazes de orientar e acompanhar as famílias e indivíduos, ajudando-os a romper com os processos de exclusão e marginalização (MOTA; GOTO, 2009).

No que concerne à SEDEA, suas ações se desenvolvem em três ramos: educação ambiental, manejo populacional de cães e gatos e bem-estar animal. A SEDEA integra o Departamento de Controle e Fiscalização Ambiental da SEMMA; realiza vistorias para verificar situações de maus-tratos aos animais que são recebidas por denúncias sigilosas. Esta instituição executa outras funções atribuídas a este órgão, como um programa de castração gratuita de cães e gatos para famílias de baixa renda, e a adoção de animais por meio da realização de feiras mensais. Essa instituição conta com uma equipe composta por médicos veterinários capacitados na identificação de casos de maus-tratos.

Nove reuniões, entre outubro/2015 e outubro/2016, e uma oficina entre os pesquisadores e representantes das instituições supracitadas foram realizadas visando conhecer as atividades desenvolvidas pelos diferentes setores; sensibilizar e capacitar os envolvidos quanto à vulnerabilidade social e aos maus-tratos aos animais; discernir as melhores estratégias para a integração das instituições;

identificar os fatores facilitadores ou restritivos do desenvolvimento do trabalho intersetorial e monitorar e avaliar para poder retroalimentar esse processo. A FIGURA 2 resume as atividades realizadas para o desenvolvimento desse trabalho intersetorial.

FIGURA 2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM ATENDIMENTO INTERSETORIAL DE CASOS DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS E DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.



FONTE: O autor (2017)

O trabalho intersetorial entre pesquisadores e instituições teve início em outubro/2015 e foi concluído em dezembro/2016. O instrumento utilizado para a coleta dos dados referentes ao trabalho intersetorial e as percepções dos profissionais envolvidos foi a escrita de notas de campo durante as reuniões, os encontros e as atividades intersetoriais. Igualmente se logrou obter informações das avaliações do projeto realizadas e encaminhadas aos pesquisadores em formato de ofício, identificadas unicamente com o nome da instituição. Para nortear as avaliações foram elaboradas e enviadas a cada instituição nove perguntas abertas para indagar sobre os aspectos positivos e negativos do trabalho (APÊNDICE A); a importância da assistência social e os médicos veterinários nos casos de maus-tratos aos animais e famílias vulneráveis; assim como os benefícios gerados para as populações alvo das instituições participantes.

A técnica de análise dos dados coletados foi a de conteúdo, sendo realizado em três fases: pré-análise, exploração do material, e tratamento e interpretação dos resultados (BARDIN, 2011). O ordenamento dos dados da pesquisa se deu a partir da leitura do material, permitindo a organização das ideias, nas seguintes categorias:

- Fatores facilitadores e dificultadores da organização de ações intersetoriais: definidos como os elementos e processos que permitiram e obstaculizaram o desenvolvimento da parceria intersetorial. Duas subcategorias foram incluídas; as oportunidades e os limitantes internos e externos mencionados pelos participantes e identificados pelos pesquisadores durante o planejamento e a execução das ações intersetoriais.
- Atuação da medicina veterinária e da assistência social nos casos de vulnerabilidade social e maus-tratos aos animais: inclui as percepções das instituições participantes quanto a seu papel na intervenção dos problemas socioeconômicos das famílias e dos animais maltratados. Foi dividida em duas subcategorias: importância dos médicos veterinários nos casos de famílias em situação de vulnerabilidade e importância das instituições da

assistência social nos casos de maus-tratos aos animais de companhia.

3.3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.3.1. FATORES FACILITADORES E DIFICULTADORES DA ORGANIZAÇÃO DE AÇÕES INTERSETORIAIS

A implementação de um trabalho intersetorial envolve diversos fatores que favorecem ou limitam o sucesso de uma parceria. Os principais elementos que auxiliaram e dificultaram a realização deste estudo encontram-se na TABELA 4.

TABELA 4. PRINCIPAIS FATORES FACILITADORES E DIFICULTADORES ENVOLVIDOS NA CRIAÇÃO DA PARCERIA INTERSETORIAL ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMAS) E A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (SEMMA) DE PINHAIS, PR, BRASIL.

Classificação	Fatores
Facilitadores	Boa aceitação dos gestores e demais funcionários das instituições participantes; Reconhecimento da existência do vínculo humano - animal; Trabalhos realizados pela SEMMA e a SEMAS com populações vulneráveis de forma não articulada entre as instituições; Participação da academia no atendimento de demandas sociais; Disponibilidade dos gestores para promover a discussão entre os setores; Planejamento conjunto; Abordagem social feita pelos do médico veterinário.
Dificultadores	Alta demanda de trabalho dos funcionários da SEMAS e da SEMMA; Poucos recursos humanos e financeiros; Não inserção dos animais nas políticas e programas sociais; Falta de preparação dos assistentes sociais para considerar o animal na matricialidade familiar; Falta de preparação dos médicos veterinários para abordar a vulnerabilidade social; Falta de capacitação continuada dos participantes; Falta de engajamento com o projeto por parte de alguns profissionais da SEMAS e da SEDEA; A percepção sobre o papel do médico veterinário dos profissionais da área social limitada ao atendimento dos animais.

FONTE: O autor (2017)

3.3.1.1. OPORTUNIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DO TRABALHO INTERSETORIAL

Neste trabalho, os pesquisadores foram agentes fundamentais como proponentes e sensibilizadores da importância da inclusão dos maus-tratos aos animais como um indicador de vulnerabilidade social, e dos médicos veterinários

como profissionais capazes de identificar famílias vulneráveis. A elucidação das evidências científicas que demonstram a existência da coocorrência entre os maus-tratos aos animais, seja abuso intencional ou a falta de cuidados, e a violência doméstica (VOLANT et al., 2008; FIELDING, 2010), foi o principal instrumento para sensibilizar as instituições participantes com respeito ao tema. Desta forma, a aproximação da academia com a comunidade e o setor público tem um papel fundamental na construção de ações que possam contribuir com o desenvolvimento social das famílias (SANTOS, 2013).

A SEMAS e a SEMMA mostraram-se receptivas e pró-ativas para construir a parceria. O campo da assistência social tem facilidade para trabalhar com a intersectorialidade, uma vez que a complexidade e multidimensionalidade dos diversos tipos de problemas sociais estão inseridos na rotina diária destes profissionais. Isto garante uma visão mais ampla das situações enfrentadas, além da união com outros setores para resolução dos obstáculos (SILVA; RODRIGUES, 2010). Igualmente a medicina veterinária é uma área que tradicionalmente reconhece a sua responsabilidade com o bem-estar humano (PAPPAIOANOU, 2004), facilitando sua capacidade para trabalhar com instituições que centram suas atividades na busca da qualidade de vida das pessoas

O sucesso na execução das ações intersectoriais, assim como da integração dos setores participantes, implica no atendimento de forma articulada das necessidades sociais da população alvo. Para tanto, é necessária a definição conjunta do problema, bem como do delineamento das soluções para conseguir uma mudança na qualidade de vida dos indivíduos beneficiários dos serviços (CUNILL-GRAU, 2014; MENEZES et al., 2014). A planificação conjunta, a tomada de decisões com base em consensos e a confiança e igualdade da equipe são fatores indispensáveis na construção de uma parceria intersectorial (CHIRCOP; BASSETT; TAYLOR, 2015). Mesmo assim, a maioria das iniciativas intersectoriais, além de ser informais, não envolvem um trabalho prévio de aproximação dos participantes, sendo o planejamento realizado por apenas um setor (WESTPHAL; MENDES, 2000; SILVA; RODRIGUES, 2010).

Nesse sentido, a realização de encontros sistemáticos auxiliam na superação da deficiência da comunicação intersectorial e favorecem o fortalecimento das parcerias (MENEZES et al., 2014). Assim, as reuniões entre os pesquisadores e os representantes dos setores da assistência social e da proteção

animal foram um instrumento para aproximar as instituições, bem como um espaço de discussão e de interação que permitiu a cada um dos agentes expressar seus interesses e limitações, contribuir na definição dos objetivos em comum e propor possíveis soluções aos problemas abordados. Logo, a discussão e o planejamento em conjunto foram fatores destacados pelas instituições como aspectos positivos e indispensáveis na criação e execução da atual parceria. Igualmente, a disposição dos gestores de ambas secretarias para respaldar, incentivar e fortalecer o diálogo entre os diferentes setores que podem contribuir para melhorar a qualidade de vida dos indivíduos vulneráveis, sejam humanos ou animais, foi relevante.

Durante as reuniões, os processos existentes em cada instituição que poderiam ser utilizados para o desenvolvimento da parceria intersetorial foram mapeados. Quatro processos foram identificados como fundamentais: a visita domiciliar, os atendimentos às vítimas de violência familiar, os registros de informação sobre as famílias e os fluxos de encaminhamento dos casos.

A visita domiciliar permite que os profissionais adentrem o espaço da família e, assim, identifiquem suas demandas e potencialidades (DRULLA et al., 2009). Igualmente, a visita favorece o estabelecimento de vínculos entre a população e as instituições (ALBUQUERQUE; BOSI, 2009; CUNHA; SÁ, 2013). Neste trabalho, as visitas foram consideradas uma ferramenta facilitadora da criação de uma relação de confiança com as famílias vulneráveis e da realização de intervenções por parte dos profissionais. No caso da assistência social, a visita fornece a oportunidade de conhecer as condições de vida, habitação e estrutura das famílias, que podem incluir os animais de companhia (BOAT; KNIGHT, 2001), além de identificar os fatores de riscos para a vulnerabilidade. A visita auxilia no desenvolvimento de uma estratégia centrada na matricialidade familiar incluindo abordagem a todos os membros da família para promover a superação da situação de vulnerabilidade social. É importante destacar que antes da construção da parceria, nenhuma das abordagens realizadas por este setor considerava os animais como um fator a ser avaliado no ambiente familiar.

Por outro lado, a visita domiciliar realizada pelos médicos veterinários da SEDEA é realizada com o objetivo de determinar a veracidade da denúncia de maus-tratos, assim como realizar orientações para melhorar as condições de vida dos mesmos. Porém, durante a avaliação dos animais, os médicos veterinários têm a oportunidade de adentrar o espaço da família e identificar situações de risco ou

casos de pessoas vulneráveis. Assim, durante os encontros e discussões, a visita domiciliar realizada pela SEDEA foi considerada como uma possível estratégia para a busca ativa de famílias com necessidade de inclusão e acompanhamento pelos programas sociais. Com a finalidade de ter um maior conhecimento dos aspectos familiares durante as visitas fiscalizadoras, foi incluída a coleta das seguintes informações sobre a família: número de habitantes; faixa etária; grau de escolaridade; situação empregatória e condições da moradia (APÊNDICE B).

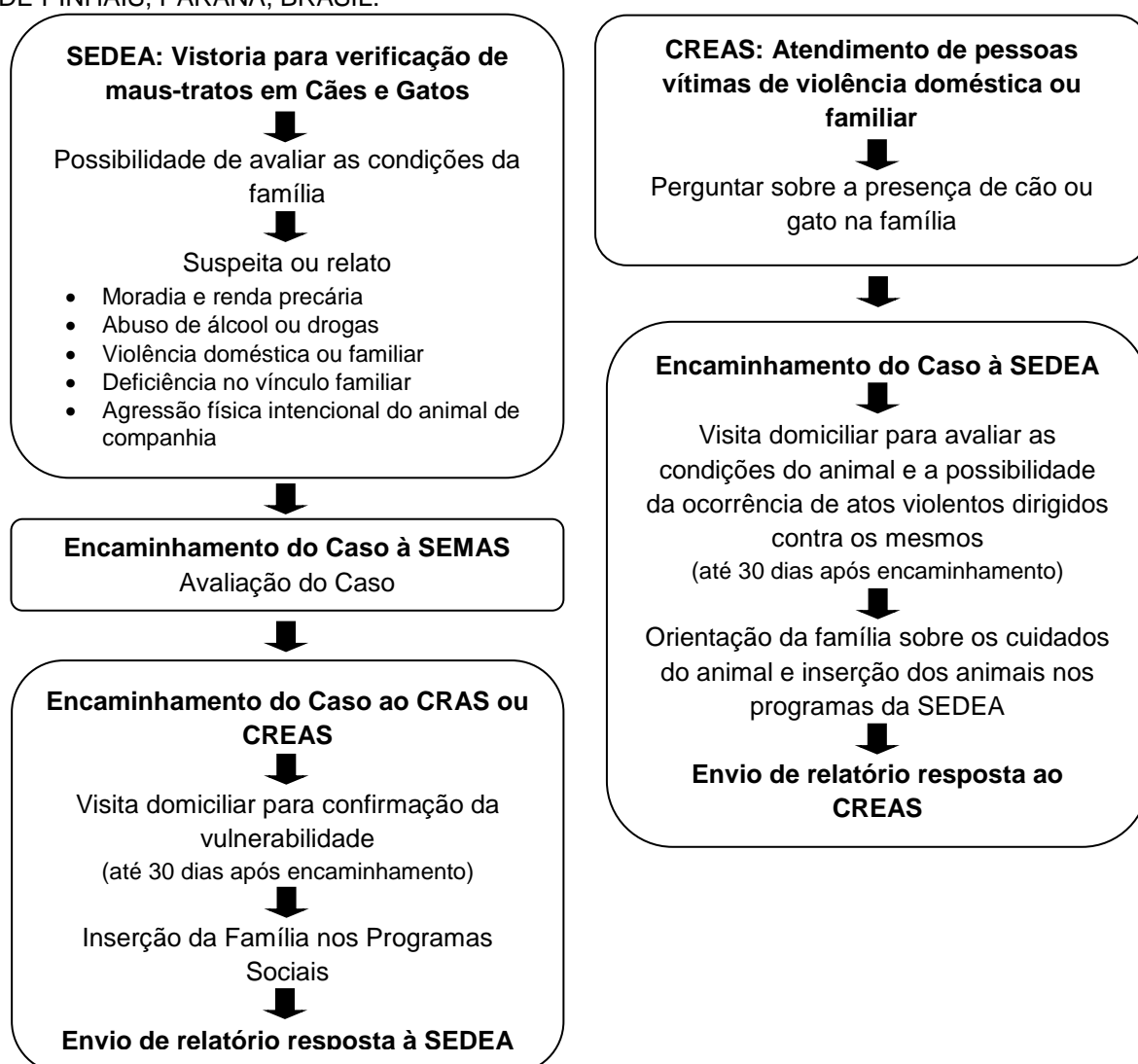
Os atendimentos às vítimas de violência familiar realizados pelo CREAS oferecem um acompanhamento individual, flexível e contínuo, que permite aos profissionais da assistência social conhecer a estrutura familiar e as situações de violação de direitos (BRASIL, 2004). Neste contexto, considerou-se esse espaço como uma ferramenta adequada para identificar a presença de animal de estimação nas famílias em condição de risco. Desta forma, foi inclusa a pergunta sobre guarda de cão ou gato nesses atendimentos.

Outro instrumento citado durante as reuniões para a construção da intersectorialidade foi relacionado aos registros tanto de pessoas quanto de animais, objetivando o conhecimento do histórico da situação social das famílias abordadas e o armazenamento dos dados para facilitar a construção das ações intervencionistas na família.

A literatura descreve sete fatores relacionados com o sucesso da organização de uma parceria intersectorial: prazos de tempo flexíveis; missão unificada; funções e responsabilidades claras; utilização das competências e capacidades específicas das organizações envolvidas; visibilidade dos resultados da parceria; gestão neutra e empoderadora da ação intersectorial, e, como aspecto fundamental, presença de uma estrutura de comunicação e retroalimentação, por meio da qual os parceiros possam compartilhar ideias, experiências e informações (KOELEN; VAANDRAGER; WAGEMAKERS, 2012). Ao considerar estas perspectivas relevantes, os setores participantes determinaram que o melhor caminho para a implantação da ação intersectorial e do seu sucesso era a criação de um fluxo de encaminhamento de casos de vulnerabilidade social e maus-tratos aos animais descrito na FIGURA 3. Em caso de detecção de uma família em alto grau de vulnerabilidade, ou um animal com grau de bem-estar muito baixo, sem vulnerabilidade na família, a SEDEA realizava encaminhamento a SEMAS, a qual era a encarregada de enviar os casos para a área especializada, seja CRAS ou

CREAS. Por outro lado, nos casos de violência familiar, quando a pessoa vítima de violência relatava a presença de um cão ou gato como parte da sua família, o CREAS devia encaminhar o caso para a SEDEA que avaliava a condição do animal, definindo se podia ou não estar em situação de maus-tratos. Depois do encaminhamento, os profissionais responsáveis deviam realizar uma visita ao local dentro dos 30 dias após o recebimento do caso. Foram propostas pelos pesquisadores fichas de encaminhamento e resposta da situação das pessoas e dos animais encontrados durante as visitas domiciliares (APÊNDICE C). O encaminhamento dos casos foi realizado por meio de correio eletrônico das respectivas secretarias com uma mesma identificação.

FIGURA 3. FLUXO INTERSETORIAL DE ENCAMINHAMENTO DE CASOS DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS E FAMÍLIAS VULNERÁVEIS ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMAS) E A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE (SEMMA) DE PINHAIS, PARANÁ, BRASIL.



A implementação do fluxo intersetorial permitiu o desenvolvimento de atividades conjuntas nas famílias multiespécie, categorizadas em condição de vulnerabilidade, facilitando o acesso aos serviços e programas oferecidos por cada uma das instituições participantes. Além disso, o fluxo operou como uma estrutura de comunicação e retroalimentação, permitindo o intercâmbio de informações sobre cada um dos casos encaminhados, seja de famílias ou animais vulneráveis. O fluxo de encaminhamento de casos foi refinado pelos pesquisadores, considerando as limitações expostas pelas instituições.

3.3.1.2. LIMITANTES NA IMPLEMENTAÇÃO DO TRABALHO INTERSETORIAL

Das sete instituições contatadas somente duas (SEMAS e SEMMA) aceitaram construir uma parceria intersetorial, evidenciando que, apesar do interesse das políticas públicas em adotar a intersectorialidade, os serviços não estão preparados para assumir essa nova abordagem (SCHERER; PIRES; JEAN, 2013). Pesquisas no campo da saúde mostram que, embora seja reconhecida a necessidade da colaboração intersetorial para a promoção da saúde, não há efetivamente no cotidiano ações intersectoriais consolidadas (GONÇALVES et al., 2011; SCHERER; PIRES; JEAN, 2013). Além disso, tem sido evidenciado que a articulação da saúde com outros setores não tem sido a perspectiva predominante adotada pelos gestores responsáveis pela execução da política de saúde (MONNERAT; DE SOUZA, 2011).

A falta de recursos humanos, físicos e financeiros, a demanda de trabalho e o tempo insuficiente para a realização das vistorias, foram limitantes para o adequado desenvolvimento do fluxo de encaminhamento de casos e para o cumprimento dos prazos outorgados. Esses fatores institucionais foram citados tanto pela assistência social quanto pela proteção animal e são frequentemente mencionados como dificultadores do processo de criação e execução das ações em diversos estudos que avaliam a viabilidade da intersectorialidade (SILVA; RODRIGUES, 2010; MENEZES et al., 2014; HERMENS et al., 2015). Logo, algumas visitas domiciliares não foram realizadas dentro dos prazos estipulados em decorrência do encaminhamento tardio dos casos e da não possibilidade da efetuação de uma rápida visita. O não cumprimento dos prazos resultou na falta do oportuno atendimento de vítimas em situação de vulnerabilidade, o que ressalta a

importância de superar esses aspectos restritivos com o objetivo de oferecer um apropriado serviço à população.

Do mesmo modo que os profissionais da Equipe da Saúde da Família têm relatado uma falta de preparação para lidar com o novo conceito de saúde, que inclui a complexidade de seus determinantes sociais (SCHERER; PIRES; JEAN, 2013), os participantes deste estudo relataram dificuldades para inserir uma nova abordagem nas atividades de cada uma das instituições. Os animais de companhia não eram um fator a ser considerado nos trabalhos dos CRAS e do CREAS do município, muito menos incluídos na PNAS e nos programas sociais dirigidos ao auxílio das populações vulneráveis. Desta forma, apesar de reconhecerem a existência do vínculo humano-animal, os profissionais da assistência social relataram não estar adequadamente preparados para incluir na condição social da família a presença de maus-tratos aos animais de estimação, justificado pela ausência do tema na formação profissional. Em decorrência disso, no fluxo de encaminhamento de casos, só foi incluída a pergunta sobre a presença ou não de animais de companhia nos lares, sem o devido aprofundamento quanto a estes serem potenciais vítima da situação de violência.

No que tange aos médicos veterinários da SEDEA, esses relataram falta de conhecimento para identificar famílias com problemas socioeconômicos, orientar e abordar os tutores de animais de companhia em situação de vulnerabilidade, com a finalidade de instaurar um vínculo que permita a execução de ações que melhorem o bem-estar das pessoas e dos animais.

É importante notar que a intersectorialidade gera alterações nas dinâmicas e nos processos organizacionais das instituições participantes (ANDRADE et al., 2012; CUNILL-GRAU, 2014). Ressalta-se a importância de sensibilizar e preparar cada um dos profissionais, coordenadores e executores das ações intersectoriais, por meio de capacitação continuada, de tal forma que cada um dos agentes participantes entenda a necessidade da parceria e da sua potencialidade no processo (CAVALCANTI; CORDEIRO, 2015). Conhecer a relevância do suporte de uma rede intersectorial articulada e sistematizada, com o devido conhecimento sobre as atribuições de cada instituição a ela vinculada, é vital para garantir a proteção e manutenção dos direitos dos indivíduos em condição de vulnerabilidade (BORSOI; BRANDÃO; CAVALCANTI, 2009).

Neste trabalho, cada uma das instituições envolvidas expôs suas políticas, funções e atividades, como uma forma de sensibilizar e melhorar o conhecimento acerca dos maus-tratos aos animais, da vulnerabilidade social e das ações desenvolvidas em cada um dos setores. De forma semelhante, uma oficina foi realizada pelos pesquisadores como instrumento de capacitação e sensibilização dos profissionais da assistência social frente à problemática dos maus-tratos aos animais de companhia. Porém, o processo de capacitação não foi contínuo, devido à alta demanda de trabalho e à falta de tempo hábil para organizar e efetivar espaços e atividades que permitissem capacitar estes profissionais.

O CREAS mencionou a falta de capacitação junto com a alta demanda de trabalho como os principais responsáveis pela falta de engajamento nas ações intersetoriais. Além disso, houve também dificuldade de incutir nos funcionários desta instituição a importância da associação entre os maus-tratos aos animais e a vulnerabilidade social, principalmente quanto à violência doméstica. Assim, apesar da inclusão da pergunta sobre a guarda ou não de animais de estimação nos atendimentos às vítimas de violência doméstica ser algo fácil de ser realizado, poucos profissionais do CREAS incluíram essa questão na sua rotina. Igualmente, as fichas de encaminhamento e resposta, proposta pelos pesquisadores, não foram inseridas pelos profissionais da assistência social, mostrando a dificuldade de implantar um novo processo nas atividades habitualmente desenvolvidas pelos setores.

Nos programas de proteção às pessoas vítimas de violência familiar é frequente encontrar uma fragmentação entre os serviços que protegem as crianças e aqueles destinados às mulheres, principalmente pela dificuldade de incluir uma nova população alvo nas ações comumente realizadas pelas instituições. Este é um impedimento para o fornecimento de uma atenção integral (KOHL et al., 2005; FRIEND; SHLONSKY; LAMBERT, 2008; BUTTON; PAYNE, 2009; HILL; THIES, 2010). Sabe-se que a capacitação contínua dos profissionais, embora seja uma atividade desafiadora, permite a inserção da avaliação da presença de outros tipos de violência no mesmo entorno familiar (MILLS; YOSHIHAMA, 2002; KOHL et al., 2005). Assim, considerando o exposto acima, uma melhor capacitação, acompanhada de uma maior discussão dos resultados que mostre que a parceria ajudou a população alvo, poderia aumentar a sensibilização frente à inserção da questão animal nos casos de vulnerabilidade social.

3.3.2. ATUAÇÃO DA MEDICINA VETERINÁRIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS CASOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL E MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS

3.3.2.1. IMPORTÂNCIA DOS MÉDICOS VETERINÁRIOS NOS CASOS DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Nas avaliações realizadas pelos CRAS e pelo CREAS foi evidente que os funcionários dessas instituições reconheciam o médico veterinário apenas como o profissional encarregado do bem-estar dos animais e não como um agente que pode ajudar na promoção da qualidade de vida de seus tutores. Assim, quando questionados quanto à importância dos médicos veterinários nos casos de famílias em condição de vulnerabilidade, somente um dos cinco órgãos considerou sua relevância na detecção desses casos, especificamente em situações de violência doméstica:

"Acreditamos que os encaminhamentos do setor de Proteção Animal deram visibilidade às famílias identificadas ou não com situação de violência intrafamiliar" (CREAS).

As outras instituições apenas mencionaram a ajuda fornecida às famílias por meio do atendimento veterinário, da inserção dos animais nos programas de esterilização e das orientações referentes aos cuidados que os animais precisam:

"Quando há animais nestas famílias, acreditamos que seja na prevenção de doenças e no controle da reprodução destes animais". "Este profissional se torna importante, devido ao seu conhecimento no que concerne a proteção e bem estar dos animais" (CRAS).

O médico veterinário é um profissional capaz de interferir na sociedade para ajudar na prevenção das doenças transmissíveis, na promoção da saúde e na proteção da vida e do bem-estar humano (SOUZA, 2010). Desta forma, desde

1957 a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconhece a Medicina veterinária como uma profissão da área da saúde (OMS, 1957), que pode contribuir principalmente na prevenção e controle de doenças transmissíveis e contaminantes ambientais (CONRAD et al., 2009). No Brasil, a Resolução CNS/MS n. 287/1998 inseriu este profissional como relevante na saúde pública (BRASIL, 1998), e atualmente é promovida sua participação dentro dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF). Porém, ainda hoje, a importância do médico veterinário no campo da saúde não é devidamente reconhecida, sendo negligenciada sua atuação nessa área (SOUZA, 2010). Neste contexto, a visibilidade do médico veterinário perante a população ainda é bastante restrita, principalmente como consequência de uma divulgação limitada com relação às atividades desenvolvidas por esse profissional, atribuindo-lhe apenas a prática da clínica médica veterinária e da inspeção sanitária de matadouros (INDÁ; MORITZ; BERNARDINI, 2013).

Além do anteriormente citado, os funcionários da assistência social destacaram a correta detecção das situações de vulnerabilidade, realizada pelos médicos veterinários fiscais, durante as vistorias de maus-tratos aos animais de companhia, sendo uma comprovação da capacidade deste profissional para efetuar a intersecção entre a saúde e o bem-estar humano e animal (PAPPAIOANOU, 2004; INDÁ; MORITZ; BERNARDINI, 2013). Da mesma forma, reconheceram o fluxo intersetorial como uma oportunidade de trabalhar, em prol das famílias vulneráveis, com um profissional raramente contemplado nos programas sociais. O campo da medicina veterinária deve reconhecer a importância do trabalho em conjunto com áreas das ciências sociais, criando profissionais dotados de conhecimentos e habilidades transdisciplinares para formular, implementar e avaliar soluções que visem romper o ciclo da pobreza e de outras problemáticas, principalmente em comunidades de baixa renda (HERNANDEZ et al., 2009).

Os médicos veterinários da SEDEA citaram que, além da promoção do bem-estar aos animais, os profissionais dessa área têm como função atuar em prol da saúde na família. Logo, criando uma relação de confiança com os tutores de animais alvos da fiscalização, podem ser mais um apoio às vítimas de vulnerabilidade social. Desta forma, estes profissionais durante o trabalho intersetorial, perceberam a importância de desenvolver uma conduta mais assistencialista, nos casos de maus-tratos aos animais das famílias com alto grau

de vulnerabilidade social, como uma ferramenta para melhorar o bem-estar das pessoas e dos animais envolvidos:

"O médico veterinário pode ser um profissional de saúde da família. As pessoas confiam muito no veterinário e o encaram como um personagem capaz de oferecer apoio. As pessoas encaram que a sensibilidade que o veterinário tem com os animais é o sinal que elas precisam para acreditar que ele poderá inclusive ajuda-las. Normalmente durante as visitas as pessoas "contam" sobre toda a sua vida e inclusive podem encarar o veterinário como uma figura de apoio psicológico" (SEDEA).

3.3.2.2. IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NOS CASOS DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS DE COMPANHIA

Com respeito à importância da assistência social nos casos de maus-tratos aos animais de companhia, somente o CREAS e a SEDEA citaram que as instituições da assistência social têm um papel relevante na identificação de casos de maus-tratos aos animais. Neste sentido, foi observado que existe uma falta de sensibilização e preparação que a formação das ciências sociais oferece sobre o tema, sendo mencionado que a questão animal não é uma competência da assistência social:

"Nós não trabalhamos a questão dos animais visto que não temos esta competência"

Cinco dos órgãos mencionaram que a melhora das condições das famílias vulneráveis, acompanhada dos encaminhamentos e das orientações pertinentes, também poderia favorecer o bem-estar dos animais de estimação:

"Ajudando as famílias os animais são ajudados" (SEDEA). "O projeto ajudou os animais em situação de vulnerabilidade, pois possibilitou ações por parte do poder público e do usuário em

prol da melhoria de vida, mesmo que de maneira pontual"
(CRAS).

Nos casos de violência doméstica nos quais os profissionais do CREAS questionaram sobre a guarda de animal de companhia e fizeram o respectivo encaminhamento para a SEDEA, foi difícil acessar à condição dos animais devido, principalmente, à impossibilidade de localizar os tutores dos animais no endereço indicado. Igualmente, houve dificuldade para abordar o tema de violência na família e determinar se nos casos existia coocorrência com agressão contra os animais, por parte dos funcionários da SEDEA. Desta forma, o melhor momento para conhecer se os animais de companhia são parte do ciclo de violência na família, é quanto a vítima procura ajuda nas instituições de assistência social e está disposta a falar da situação de violência. Nesse sentido, os estudos mostram a relevância da observação das condições de manutenção dos animais de estimação pelas entidades que protegem às pessoas em situação de vulnerabilidade, considerando que, em muitas oportunidades, o bem-estar dos mesmos depende do bem-estar de seus tutores, podendo ser um indicador de condições de risco (BOAT; KNIGHT, 2001; GIRARDI; POZZULO, 2012; PEAK; ASCIONE; DONEY, 2012; ZILNEY; ZILNEY, 2005).

É importante a inclusão da questão sobre a guarda de animal de companhia no lar, assim como, da relação que as pessoas têm estabelecido com os mesmos, com a finalidade de oferecer uma abordagem mais completa aos casos de vulnerabilidade social, principalmente de violência ou negligência na família (BOAT; KNIGHT, 2001; PEAK; ASCIONE; DONEY, 2012). Neste estudo foi observado que alguns dos profissionais do CRAS e CREAS não foram adequadamente sensibilizados frente à importância do reconhecimento de maus-tratos aos animais, não resultando na inserção da rotina a avaliação dos animais e a questão referente à presença de cão ou gato nas famílias em condição de violência. É reconhecido que as instituições de assistência social não se encontram adequadamente preparadas para abordar o assunto de forma integralizadora, gerando como consequência a avaliação da condição dos animais por poucas instituições (ZILNEY; ZILNEY, 2005; GIRARDI; POZZULO, 2012).

3.4. CONCLUSÕES

O presente estudo revelou que para a criação de um trabalho intersetorial, que supere as limitações internas de cada uma das entidades, é fundamental que o planejamento das ações seja feito com a participação de todos os setores envolvidos. Igualmente, devem ser consideradas as atividades já executadas pelas instituições como processos para a realização de trabalhos conjuntos. Destaca-se a participação das universidades como um disseminador de novos conhecimentos e um facilitador na aproximação dos diferentes setores que visam o desenvolvimento da sociedade.

Conclui-se que a maioria das instituições participantes reconhecem a existência do vínculo humano-animal, e a necessidade da construção de ações intersetoriais, que possam abordar a complexidade dos problemas sociais. Entretanto, na prática, percebeu-se dificuldades de inserir a questão animal como um fator a ser considerado na vulnerabilidade social e na promoção da saúde. Houve dificuldade em incluir o médico veterinário como um profissional capaz de realizar a interseção entre a saúde humana e animal, não apenas no que tange as doenças transmissíveis e contagiosas, mas também nos agravos não contagiosos, como a violência, e nos determinantes sociais da saúde. Deste modo, ressalta-se a necessidade de uma adequada formação e capacitação contínua dos profissionais das diferentes áreas, sobre a importância da inserção dos animais de companhia como vítimas e indicadores da vulnerabilidade de seus tutores. O desenvolvimento de trabalhos intersetoriais que aproximem as instituições e comprovem a importância de considerar os animais de companhia como membros vulneráveis da família, poderiam contribuir na sensibilização dos agentes que visam o bem-estar das pessoas e dos animais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. B. B.; BOSI, M. L. M. Visita domiciliar no âmbito da Estratégia Saúde da Família: percepções de usuários no Município de Fortaleza, Ceará, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, n. 5, p. 1103–1112, 2009.

ANDRADE, L. M. B. et al. Análise da implantação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família no interior de Santa Catarina. **Saúde & Transformação Social**, v. 3, n. 1, p. 18–31, 2012.

ASCIONE, F. R. et al. Battered pets and domestic violence: animal abuse reported by women experiencing intimate violence and by nonabused women. **Violence Against Women**, v. 13, n. 4, p. 354–373, 2007.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERNARDI, A. P. et al. Intersetorialidade – um desafio de gestão em saúde pública. **Saúde & Transformação Social**, v. 1, n. 1, p. 137–142, 2010.

BOAT, B. W.; KNIGHT, J. C. Experiences and needs of adult protective services case managers when assisting clients who have companion animals. **Journal of Elder Abuse & Neglect**, v. 12, n. 3–4, p. 145–155, 2001.

BORSOI, T. D. S.; BRANDÃO, E. R.; CAVALCANTI, M. D. L. T. Ações para o enfrentamento da violência contra a mulher em duas unidades de atenção primária à saúde no município do Rio de Janeiro. **Interface: Communication, Health, Education**, v. 13, p. 165–174, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução N° 287 de 08 de outubro de 1998**. Conselho Nacional de Saúde. 1998.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília, DF, 2006.

BUTTON, D. M.; PAYNE, B. K. Training child protective services workers about domestic violence: Needs, strategies, and barriers. **Children and Youth Services Review**, v. 31, p. 364–369, 2009.

CAVALCANTI, A.; CORDEIRO, J. As ações intersetoriais na Estratégia de Saúde da Família : um estudo da representação do conceito de saúde e de suas práticas na Atenção Básica. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 10, n. 37, p. 1–9, 2015.

CHIRCOP, A.; BASSETT, R.; TAYLOR, E. Evidence on how to practice intersectoral collaboration for health equity: a scoping review. **Critical Public Health**, v. 25, n. 2, p. 178–191, 2015.

COMMISSION ON SOCIAL DETERMINANTS OF HEALTH (CSDH). **Closing the Gap in a Generation: health equity through action on the social determinants of health. Final Report.** Geneva: CSDH/WHO, 2008. 247p.

CONRAD, P. A. et al. Evolution of a transdisciplinary “One Medicine-One Health” approach to global health education at the University of California, Davis. **Preventive Veterinary Medicine**, v. 92, n. 4, p. 268–274, 2009.

COSTA, A. M. Integralidade na atenção e no cuidado à saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 3, p. 5–15, 2004.

CUNHA, M. S.; SÁ, M. C. A visita domiciliar na estratégia de saúde da família: Os desafios de se mover no território. **Interface: Communication, Health, Education**, v. 17, n. 44, p. 61–73, 2013.

CUNILL-GRAU, N. La intersectorialidad en las nuevas políticas sociales. Un acercamiento analítico-conceptual. **Gestión y política pública**, v. 23, n. 1, p. 5–46, 2014.

DRULLA, A. G. et al. A visita domiciliar como ferramenta ao cuidado familiar. **Cogitare Enfermagem**, v. 14, n. 4, p. 667–674, 2009.

FARACO, C. B. **Interação Humano-Cão: o social constituído pela relação interespecie.** 2008. 108p. Tese (Doutorado em Psicologia), Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2008.

FAUSTINO, T. Q. S. Intersetorialidade no cenário do Sistema Único de Assistência Social: um diálogo com a literatura atual. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 7, n. 14, p. 153–192, 2014.

FIELDING, W. J. Domestic violence and dog care in New Providence, The Bahamas. **Society & Animals**, v. 18, p. 183–203, 2010.

FONSECA, F. F. et al. The vulnerabilities in childhood and adolescence and the Brazilian public policy intervention. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 31, n. 2, p. 258–264, 2013.

FRIEND, C.; SHLONSKY, A.; LAMBERT, L. From evolving discourses to new practice approaches in domestic violence and child protective services. **Children and Youth Services Review**, v. 30, p. 689–698, 2008.

GIRARDI, A.; POZZULO, J. D. The significance of animal cruelty in child protection investigations. **Social Work Research**, v. 36, n. 1, p. 53–60, 2012.

GONÇALVES, A. M. et al. Promoção da saúde no cotidiano das equipes de saúde da família: uma prática intersectorial. **Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro**, v. 1, n. 1, p. 94–101, 2011.

GONÇALVES, E. J. **Sistema Único de Assistência Social : o desafio do Sistema Único de Assistência Social**. 127p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

HERMENS, N. et al. Intersectoral action to enhance the social inclusion of socially vulnerable youth through sport: an exploration of the elements of successful partnerships between youth work organisations and local sports clubs. **Social Inclusion**, v. 3, n. 3, p. 98–107, 2015.

HERNANDEZ, J. A. et al. Education of global veterinarians. **Preventive Veterinary Medicine**, v. 92, n. 4, p. 275–283, 2009.

HILL, J. R.; THIES, J. Program theory and logic model to address the co-occurrence of domestic violence and child maltreatment. **Evaluation and Program Planning**, v. 33, p. 356–364, 2010.

INDÁ, F. M. C.; MORITZ, G. O.; BERNARDINI, I. S. Análise da Viabilidade de Inserção do Médico Veterinário no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) no Município de Florianópolis. **Coleção Gestão da Saúde Pública**, v. 8, p. 75–91, 2013.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Caderno estatístico**. Município de Pinhais. 2016. 40p.

INOJOSA, R. M. Sinergia em Políticas e Serviços Públicos: Desenvolvimento Social com Intersetorialidade. **Cadernos FUNDAP**, v. 22, p. 102–110, 2001.

KOELEN, M. A.; VAANDRAGER, L.; WAGEMAKERS, A. The healthy alliances (HALL) framework: Prerequisites for success. **Family Practice**, v. 29, n. SUPPL. 1, p. 132–138, 2012.

KOHL, P. L. et al. Child welfare as a gateway to domestic violence services. **Children and Youth Services Review**, v. 27, p. 1203–1221, 2005.

LEÓN, F.J. Pobreza, vulnerabilidad y calidad de vida en América Latina. Retos para la bioética. **Acta Bioethica**, v. 17, n. 1, p. 19-29, 2011.

LOCKWOOD, R. Animal cruelty and human violence : The veterinarian's role in making the connection-The American experience. **Canadian Veterinary Journal**, v. 41, p. 876–878, 2000.

MALAGÓN, R.A. O Conceito de vulnerabilidade e seu caráter biossocial. **Interface Comunicação saúde educação**, v. 19, n. 53, p 237-249, 2015.

MCPHEDRAN, S. Animal abuse, family violence, and child wellbeing: A review. **Journal of Family Violence**, v. 24, n. 1, p. 41–52, 2009.

MENEZES, P. R. M. et al. Enfrentamento da violência contra a mulher: articulação intersetorial e atenção integral. **Saude e Sociedade**, v. 23, n. 3, p. 45–52, 2014.

MILLS, L. G.; YOSHIHAMA, M. Training children's services workers in domestic violence assessment and intervention: research findings and implications for practice. **Children and Youth Services Review**, v. 24, n. 8, p. 561–581, 2002.

MONNERAT, G. L.; SOUZA, R. G. Da Seguridade Social à intersectorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil. **Revista Katálysis**, v. 14, n. 1, p. 41–49, 2011.

MORETTI, A. C. et al. Intersetorialidade nas ações de promoção de saúde realizadas pelas equipes de saúde bucal de Curitiba (PR). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. Supl. 1, p. 1827–1834, 2010.

MOTA, S.; GOTO, T. Plantão psicológico no CRAS em Poços de Caldas. **Revista de Psicologia**, v. 1, n. 3, p. 521–530, 2009.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (OMS). Grupo Consultivo sobre Veterinária de Salud Pública. Ginebra, 1957. p. 3-29. Disponível em: http://whqlibdoc.who.int/trs/WHO_TRS_111_spa.pdf. Acesso em: 10 jan. 2017.

PAPPAIOANOU, M. Veterinary medicine protecting and promoting the public's health and well-being. **Preventive Veterinary Medicine**, v. 62, p. 153–163, 2004.

PEAK, T.; ASCIONE, F.; DONEY, J. Adult protective services and animal welfare: Should animal abuse and neglect be assessed during adult protective services screening? **Journal of Elder Abuse & Neglect**, v. 24, p. 37–49, 2012.

SANTOS, A. M. As funções da universidade: ensino, pesquisa e extensão. **Revista Extensão em Foco**, v. 1, n. 1, p. 6–12, 2013.

SCHERER, M. D. A.; PIRES, D. E. P.; JEAN, R. A. Construção da interdisciplinaridade no trabalho da Equipe de Saúde da Família. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 18, n. 11, p. 3203–3212, 2013.

SILVA, K. L.; RODRIGUES, A. T. Ações intersetoriais para promoção da saúde na Estratégia Saúde da Família: experiência, desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 63, p. 762–769, 2010.

SOUZA, P. C. A. A inserção do Médico Veterinário na área da saúde. **Revista do Conselho Federal de Medicina Veterinária**, v. XVI, n. 49, p. 5–7, 2010.

SUBPROCURADURIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL (SUBPLAN), Ministério Público do Estado do Paraná. **Indicadores - Assistência Social**. Paraná, 2013. Disponível em: <http://www.planejamento.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2640>. Acesso em: 30 dez. 2016.

SVOBODA, W. K.; JAVOROUSKI, E. B. O papel e a importância do médico veterinário na saúde pública. **Revista do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná**, n. 34, ano IX, p. 16-18, 2011.

VOLANT, A. M. et al. The relationship between domestic violence and animal abuse: an Australian study. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 23, n. 9, p. 1277–1295, 2008.

WESTPHAL, M. F.; MENDES, R. Cidade saudável : uma experiência de interdisciplinaridade e intersetorialidade. **Revista de Administração Pública**, v. 34, n. 6, p. 47–61, 2000.

WILLIAMS, V. M. et al. Animal abuse and family violence: survey on the recognition of animal abuse by veterinarians in New Zealand and their understanding of the correlation between animal abuse and human violence. **New Zealand Veterinary Journal**, v. 56, n. 1, p. 21–28, 2008.

ZILNEY, L. A.; ZILNEY, M. Reunification of Child and Animal Welfare Agency Cross-Reporting of Abuse in Wellington Country, Ontario. **Child Welfare**, v. 84, n. 1, p. 47–66, 2005.

4. FATORES DE RISCO PARA A OCORRÊNCIA DE MAUS-TRATOS EM CÃES E GATOS NO AMBIENTE FAMILIAR

RESUMO

Os cães e gatos frequentemente encontram-se em condições de maus-tratos no interior dos lares. Apesar disso, poucos esforços são realizados para conhecer os determinantes socioeconômicos que influenciam a ocorrência deste crime. Objetivou-se com este estudo identificar e analisar os fatores de risco associados com os maus-tratos aos animais de companhia no ambiente familiar. Os dados dos registros das vistorias de maus-tratos aos cães e gatos da Seção de Defesa e Proteção Animal (SEDEA) do município de Pinhais, Paraná, foram utilizados para definir o grau de bem-estar por meio do Protocolo de Perícia em Bem-estar Animal para Diagnóstico de Maus-tratos contra Animais de Companhia (PPBEA). Informações sobre os tutores também foram registradas. Foi estimada a dependência entre os fatores familiares e os maus-tratos aos animais. As associações entre as variáveis foi estimada pela razão dos produtos cruzados – *Odds Ratio* (OR) e respectivos intervalos de confiança. Utilizaram-se, também, procedimentos de regressão logística. O número de animais no domicílio, as condições financeiras e o nível educacional dos responsáveis pelos cães e gatos tiveram relação com os maus-tratos. A violência doméstica esteve associada ao abuso físico dos cães. A única variável identificada como fator de risco foi o baixo grau de escolaridade do tutor. A ocorrência de maus-tratos aos animais está associada a dificuldades socioeconômicas. Neste sentido, questões ligadas às condições sociais e financeiras das famílias são aspectos relevantes a serem considerados na identificação de maus-tratos aos animais. Em conjunto com os aspectos socioeconômicos, outros fatores como o vínculo humano-animal devem ser avaliados em vistorias de maus-tratos aos cães e gatos. Entender os determinantes que influenciam a ocorrência de maus-tratos aos animais é fundamental para sua prevenção.

Palavras-Chave: Animais de companhia. Fatores socioeconômicos. Nível educacional. Negligência animal. Abuso físico.

ABSTRACT

Dogs and cats are often abused within homes. Despite this, few research have been developed to know the socioeconomic determinants for the occurrence of this crime. The objective of this study was to identify and to analyze the risk factors associated with maltreatment of companion animals in the family environment. Data from the records of animal abuse cases of *Seção de Defesa e Proteção Animal* (SEDEA) of Pinhais, Paraná, Brazil, were used to determine the degree of animal welfare using the Protocol for Expert Report on Animal Welfare in Case of Companion Animal Cruelty Suspicion. Information about the owners has also been recorded. The dependence between the family factors and the animal abuse was estimated. The associations among the variables were estimated by the cross-product ratios - *Odds Ratio* (OR) and corresponded confidence intervals. Logistic regression procedures were also used. The number of animals in the household, the financial conditions and educational level of the owners were related to the animal abuse. Domestic violence was associated with physical abuse of dogs. The only variable identified as a risk factor was a low education level of owner. The occurrence of animal abuse is associated with socioeconomic difficulties. In this way, issues related to the social and financial family conditions are relevant aspects to be considered in the identification of animal abuse. Along with socio-economic aspects, other factors such as the human-animal bond should be evaluated in investigations of dog and cat abuse. Understanding the determinants that influence the occurrence of animal abuse is key to prevention.

Key words: Companion animals. Socioeconomic factors. Educational level. Animal Neglect. Physical abuse.

4.1. INTRODUÇÃO

As famílias multiespécie são evidência da existência de uma relação próxima entre os seres humanos e os animais. As pessoas podem criar fortes vínculos emocionais com os cães e gatos (COHEN, 2002) e reconhecê-los como membros da família (FLYNN, 2000).

Dentro do âmbito familiar, a interação humano-animal pode ser mutuamente benéfica para o bem-estar dos indivíduos envolvidos (FARACO, 2008; FRIEDMANN; SON, 2009; HODGSON; DARLING, 2011). Porém, relações disfuncionais e negativas, como os maus-tratos aos animais, podem surgir dentro desse ambiente, (NATHANSON, 2009; HAMMERSCHMIDT; MOLENTO, 2012, 2014). Neste sentido, cabe aos médicos veterinários contribuir para a preservação de um equilíbrio harmônico nesta relação (FARACO, 2008). Esse profissional tem a obrigação ética de intervir em uma interação negativa, que prejudique o bem-estar das pessoas e dos animais, e identificar os fatores individuais, familiares, sociais e culturais que influenciam positiva e negativamente o vínculo humano-animal, assim como sua relevância no bem-estar da comunidade (SHERMAN; SERPELL, 2008; ARKOW, 2013).

A ocorrência de maus-tratos aos animais de companhia é um fenômeno universal, frequentemente subestimado e considerado como um problema isolado e de pouca importância no contexto social (VERMEULEN; ODENDAAL, 1993; ARKOW, 2013). Não obstante, nos últimos anos tem-se aumentado a demanda da sociedade para coibir os crimes contra a fauna e o sofrimento animal (MARLET; MAIORKA, 2010; BURCHFIELD, 2016), reconhecendo-se o valor intrínseco destes indivíduos (FARACO, 2008), além da responsabilidade que os tutores têm com os mesmos. Igualmente, é evidente o interesse da comunidade científica por aumentar as pesquisas sobre este tipo de crime e incluí-lo como parte do espectro da violência doméstica e familiar, assim como no âmbito da saúde pública em nível global (ALLEN; GALLAGHER; JONES, 2006; ASCIONE, 2007; FIELDING, 2010; ARKOW; GULLONE, 2012).

As maiores taxas de violência contra mulheres, crianças, jovens e idosos encontram-se no interior dos lares (COSTA et al., 2007; SLACK et al., 2011; FRANZIN et al., 2014). Referente aos maus-tratos aos animais, essa informação ainda é desconhecida, porém algumas pesquisas relatam uma alta ocorrência

desse tipo de crime dentro das residências dos tutores (ASCIONE et al., 2007; BURCHFIELD, 2016).

Nos diferentes tipos de violência na família, sabe-se que fatores socioeconômicos, ambientais, familiares e individuais da vítima e do agressor, contribuem para a existência de diversos tipos de abuso contra as mulheres, crianças e idosos (SIDEBOTHAM; HERON, 2006; VIEIRA et al., 2008; PÉREZ-CÁRCELES et al., 2009). Agnew (1998, p. 182), criou o modelo psicológico social do abuso animal, o qual propõe que existem características sociodemográficas dos agressores, que marcam a percepção sobre os animais e influenciam a apresentação da violência contra os mesmos.

Diversos estudos centrados na violência interpessoal relatam correlação entre a violência na família e o abuso físico ou emocional dos animais de companhia (CURRIE, 2006; ASCIONE et al., 2007; MCDONALD et al., 2015; NEWBERRY, 2016). Apesar disso, pouca atenção tem sido dirigida à identificação dos fatores de risco e proteção, associados a maus-tratos aos cães e gatos no ambiente familiar. Entender esses determinantes é de suma importância para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e controle que diminuam a presença de interações negativas do vínculo humano-animal. Considerando o número representativo de cães e gatos nos domicílios brasileiros, objetivou-se com o presente estudo estabelecer quais são os determinantes socioeconômicos do ambiente familiar para os casos de maus-tratos em cães e gatos, provenientes das denúncias atendidas na Seção de Defesa e Proteção Animal do Município de Pinhais (SEDEA), no período compreendido entre abril e dezembro de 2016.

4.2. MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo foi desenvolvido no período de abril de 2016 até dezembro do mesmo ano, na Seção de Defesa e Proteção Animal (SEDEA) da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) de Pinhais, Paraná, Brasil. A SEDEA atua como órgão fiscalizador, realizando registro, verificação, acompanhamento e punição administrativa das denúncias de maus-tratos aos animais do município. Igualmente, encaminha as ocorrências para processo judicial, quando as consideram pertinentes.

A verificação da ocorrência de maus-tratos aos animais em Pinhais é realizada por meio de uma vistoria ao local, feita por médicos veterinários fiscais, em companhia dos residentes da área da medicina veterinária do coletivo. Durante as fiscalizações são detectadas as inadequações e orienta-se os tutores quanto as mudanças que devem ser efetuadas para aumentar o grau de bem-estar dos animais.

Dados referentes aos cuidados fornecidos aos animais de estimação e informações dos tutores e do ambiente familiar foram coletados dos registros das vistorias de maus-tratos. Neste estudo foram consideradas as denúncias referentes aos cães e gatos com tutor. As informações de animais de empresas foram excluídas. Para fins do presente trabalho, entende-se por maus-tratos aos animais de companhia "qualquer situação de dor fisiológica e/ou psicológica, sofrimento, privação e morte, causado pelos seres humanos de forma intencional, maliciosa ou irresponsável, bem como não intencional ou por ignorância" (VERMEULEN; ODENDAAL, 1993, p. 249). Desta forma, entraram dentro da categoria de maus-tratos: negligência e abuso físico. A pesquisadora principal acompanhou as fiscalizações e acesso às informações após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Setor de Ciências da Saúde (CEP-SD) da Universidade Federal do Paraná.

4.2.1. DIAGNÓSTICO DE BEM-ESTAR DOS CÃES E GATOS REFERIDOS NAS DENÚNCIAS DE MAUS-TRATOS AVALIADOS PELA SEDEA

Coletaram-se dos registros das vistorias de maus-tratos aos animais realizadas pela SEDEA referentes ao número de cães e gatos no domicílio e tipo de maus-tratos identificado. Os médicos veterinários fiscais acompanhados pelos médicos veterinários residentes da SEDEA avaliam aspectos referentes aos cuidados nutricionais, de conforto, de saúde e comportamentais que os tutores fornecem, de forma rotineira, aos animais de companhia. Também, descrevem as condições dos animais de forma detalhada nas fichas de vistorias e notificação e realizam documentação fotográfica dos casos. Neste trabalho, os registros foram analisados para realizar um diagnóstico indireto documental do grau de bem-estar

dos cães e gatos, assim como para determinar a ocorrência ou não de maus-tratos aos animais da moradia.

4.2.1.1. INDICADORES AVALIADOS

A utilização de protocolos que avaliem de uma maneira técnica o grau de bem-estar animal é indispensável na tomada de decisões éticas, bem como na prossecução dos casos de suspeita de maus-tratos aos animais (BROOM; MOLENTO, 2004; HAMMERSCHMIDT; MOLENTO, 2014). Desta forma, para o desenvolvimento do presente estudo foi utilizado o Protocolo de Perícia em Bem-estar para Diagnóstico de Maus-tratos contra Animais de Companhia (PPBEA) (HAMMERSCHMIDT; MOLENTO, 2014).

O PPBEA tem como base as cinco liberdades e representa uma combinação de parâmetros que inclui o estado físico e mental, além das condições ambientais nas quais encontram-se os animais de estimação. Esse protocolo permite determinar o grau de bem-estar e a ocorrência de maus-tratos, por meio de avaliações observacionais, estruturadas e não invasivas das condições dos animais. O PPBEA estabelece a presença de falências em quatro categorias de indicadores: nutricionais; de conforto; de saúde e comportamentais.

Nem todos os parâmetros descritos no PPBEA são avaliados na rotina ou registrados pelos médicos veterinários da SEDEA, pois alguns deles dependem da resposta dos tutores denunciados e outros não são facilmente acessíveis. Desta forma, para a realização do diagnóstico de bem-estar foram incluídos e registrados para análise somente os indicadores habitualmente avaliados pela seção (TABELA 5).

TABELA 5. INDICADORES SELECIONADOS PARA AVALIAR O GRAU DE BEM-ESTAR DOS ANIMAIS DE COMPANHIA EM DENÚNCIAS DE MAUS-TRATOS RECEBIDAS PELA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL (SEDEA) DO MUNICÍPIO DE PINHAIS, PR.

TIPO DE INDICADOR	INDICADORES AVALIADOS
Nutricional	Escore da condição corporal (1-5) Presença de água fresca no local Condições de limpeza do bebedouro Condições de limpeza do comedouro
De conforto	Presença de abrigo Abrigo fornece proteção adequada contra intempéries climáticas Superfície confortável para descanso Tipo de contenção do animal Forma de contenção permite pequenas corridas Condições de limpeza do ambiente
De saúde	O animal demonstra dor (arqueamento de dorso, claudicação, dor à palpação) Evidência de doença (diarreia, secreções anormais, alopecia) Presença de lesões ou ferimentos Atendimento veterinário Livre acesso a rua
Comportamental	O animal consegue expressar seu comportamento natural Isolamento social Evidência de comportamentos anormais Atitude do animal frente à presença do cuidador (medo)

FONTE: Adaptado de HAMMERSCHMIDT E MOLENTO (2014)

4.2.1.2. CATEGORIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DE INDICADORES

Seguindo as recomendações do PPBEA cada indicador avaliado foi classificado em inadequado, regular ou adequado (HAMMERSCHMIDT; MOLENTO, 2014). Os indicadores nutricionais oferecem informação sobre fome, sede e subnutrição. Uma decisão final de inadequado foi estabelecida quando os animais tinham escore corporal um ou dois e quando foi detectada a não disponibilidade de água fresca para o animal. Pontuação de regular foi considerada nos animais com escore corporal quatro ou cinco e quando o comedouro e bebedouro estivessem sujos. Adequado foi atribuído aos animais com escore corporal ideal, com água fresca disponível no local e comedouro e bebedouro limpos.

Referente aos indicadores de conforto, o quais avaliam o ambiente dos animais, inadequado foi considerado quando haviam casos de inexistência de abrigo, ausência de superfície confortável para descanso, ambiente muito sujo e severa restrição de movimentos. Nos casos classificados como regular, o abrigo

estava presente, embora oferecesse proteção contra as intempéries climáticas, as condições de limpeza foram regulares e/ou existia uma moderada restrição de espaço. Na ponderação de adequado, o abrigo, a superfície de descanso, o espaço e a limpeza eram apropriados.

Os indicadores de saúde visam identificar dor, doença ou lesão. Nos casos de animais com dor ou sinais de doença sem comprovação de assistência veterinária este indicador foi considerado inadequado. A pontuação foi regular quando os animais tinham uma lesão não dolorosa. Também, em casos de cães com acesso a rua sem supervisão, de animais com pelagem suja, opaca ou embaraçada ou doentes que estivessem recebendo tratamento veterinário. Para animais sem sinais de dor ou doença e cães sem livre acesso a rua a classificação foi adequada.

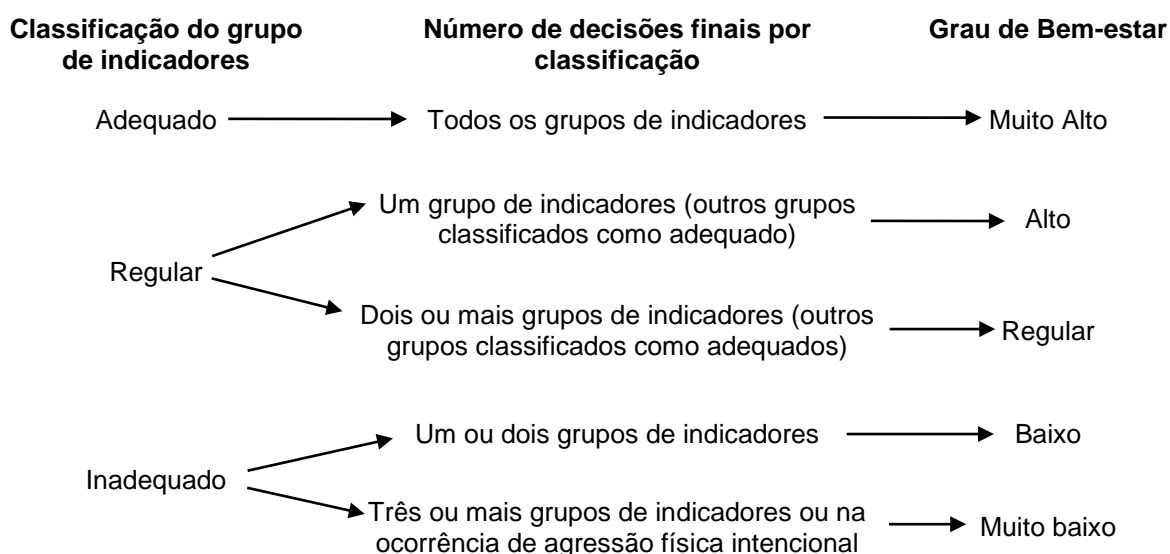
Os indicadores comportamentais referem-se à possibilidade do animal expressar comportamento natural da espécie. Igualmente inclui informação sobre os sentimentos predominantes no animal. Recursos insuficientes para que o animal expresse seu comportamento natural, severa restrição de espaço, isolamento social, presença de comportamentos anormais ou evidência de medo frente ao tutor foram os aspectos para considerar o indicador como inadequado. Pontuação regular foi indicada nas situações com restrições moderadas de espaço e de recursos para que o animal expresse seu comportamento natural. A classificação de adequado foi estabelecida quando os animais tiveram contato social, com ausência de comportamentos anormais e de evidência de medo frente à presença do tutor.

O Protocolo de Perícia em Bem-estar Animal para Diagnóstico de Maus-tratos contra Animais de Companhia (PPBEA) não menciona nenhuma especificação referente a como chegar a um diagnóstico grupal. É importante considerar que o objetivo do estudo não foi avaliar individualmente o grau de bem-estar dos animais referidos nas denúncias de maus-tratos. Especificamente procurou-se estabelecer as falências referentes aos cuidados oferecidos pelos tutores a seus animais de estimação em cada grupo de indicadores. Assim, nos casos com mais de um cão ou gato no mesmo domicílio, foi considerado um diagnóstico grupal, registrando apenas a classificação mais baixa apresentada ao avaliar o conjunto de animais.

4.2.1.3. DIAGNÓSTICO FINAL DO GRAU DE BEM-ESTAR DOS ANIMAIS NO DOMICÍLIO

Após a classificação de cada grupo de indicadores, realizou-se a integração das decisões finais com o propósito de definir o grau de bem-estar dos animais da moradia e determinar a ocorrência de maus-tratos. O protocolo propõe a avaliação do bem-estar em uma escala de cinco graus: muito alto, alto, regular, baixo e muito baixo. Sendo que baixo e muito baixo são consideradas categorias negativas que representam uma qualidade de vida ruim e a ocorrência de maus-tratos. Em casos de agressão intencional o protocolo considera o grau de bem-estar muito baixo. Por outro lado, os níveis muito alto e alto refletem uma boa qualidade de vida. O método de integração está descrito na FIGURA 4.

FIGURA 4. MÉTODO DE INTEGRAÇÃO SIMPLES DA DECISÃO FINAL POR GRUPO DE INDICADORES PARA DETERMINAR O GRAU DE BEM-ESTAR NOS ANIMAIS DE COMPANHIA.



FONTE: Adaptado de HAMMERSCHMIDT E MOLENTO (2014)

4.2.2. PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS TUTORES DOS ANIMAIS DE COMPANHIA REFERIDOS NAS DENÚNCIAS DE MAUS-TRATOS.

Com a finalidade de conhecer o perfil dos tutores dos animais de companhia alvo das fiscalizações de maus-tratos, foram coletados os seguintes dados dos registros das vistorias de maus-tratos (APÊNDICE B): número de moradores na casa, descrevendo a idade, sexo, escolaridade de cada um dos

membros da família; situação empregatícia ou recebimento de aposentadoria das pessoas adultas; presença de deficientes físicos ou mentais; dificuldades financeiras para prover o sustento aos membros da família e presença de violência doméstica. Não ter completado o ensino fundamental foi considerado como baixo grau de escolaridade. A detecção de dificuldades financeiras e de violência doméstica foi realizada mediante o relato dos tutores e de pessoas da comunidade, assim como pela visualização das condições das moradias, da desorganização do lar e do comportamento dos membros da família.

Para fins deste estudo, violência doméstica foi definida como uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, entre pessoas que habitem ou tenham habitado o mesmo domicílio, que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação (WHO,1996). Dentro dessa subcategoria estão inseridos a violência entre parceiros ou ex-parceiros íntimos, além do abuso infantil e os maus-tratos aos idosos no interior dos lares, incluindo atos de negligência e omissão, e todos os tipos de abuso físico, sexual e psicológico (WHO,1996; DAHLBERG; KRUG, 2007).

4.2.3. ANÁLISE DOS DADOS

Para a análise exploratória inicial, as associações entre a variável maus-tratos aos animais e as variáveis explicativas foram estimadas por meio do cálculo da razão dos produtos cruzados – *Odds ratios* (OR) e seus respectivos intervalos de confiança de 95%. Os testes qui-quadrado ou de Fisher foram utilizados para verificar a significância das associações. As variáveis que apresentaram significância estatística com um valor de $p \leq 0,10$ foram selecionadas e consideradas para ser incluídas em um modelo de regressão logística. A relação entre as variáveis e o abuso físico dos cães foi analisada mediante o teste de Fisher. As variáveis que apresentaram um nível descritivo inferior a 0,10 na análise de maus-tratos foram escolhidas para fazer comparação do nível de cuidado por indicador nutricional, de conforto, de saúde e comportamental mediante os testes U de Mann-whitney ou Kruskal-Wallis. As análises foram realizadas usando o programa R versão 3.2.5.

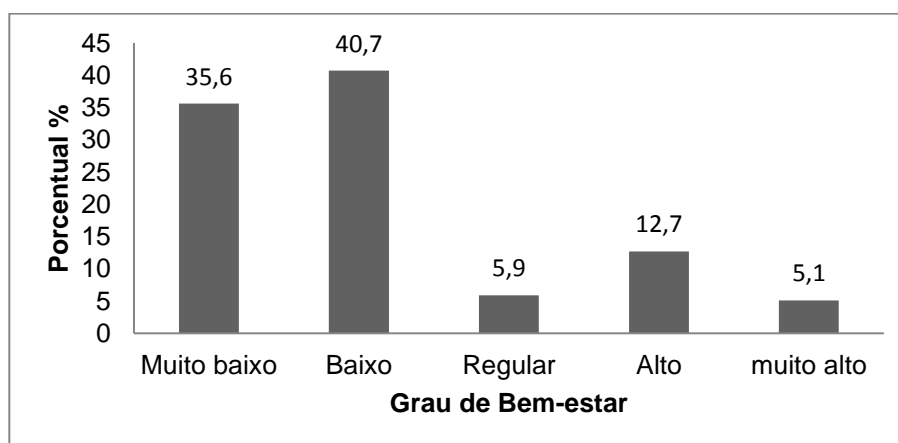
4.3. RESULTADOS

Um total de 267 vistorias de maus-tratos aos animais foram realizadas pela SEDEA desde abril a dezembro de 2016. A maioria (n=255, 95,5%) das vistorias estiveram relacionadas com cães e gatos. Dos 174 casos nos quais foi possível avaliar a condição dos cães e gatos, 89,7% dos mesmos estavam alocados em domicílios residenciais. Obteve-se 118 (44,2%) resultados relativos aos dados da condição dos animais e da situação socioeconômica da família.

4.3.1. PERFIL DO BEM-ESTAR DOS ANIMAIS ALVO DAS VISTORIAS DE MAUS-TRATOS

Dos 118 casos analisados, 90 (76,3%) foram categorizados como maus-tratos, devido à determinação de um grau muito baixo (n=42, 35,6%) ou baixo (n=48, 40,7%) de bem-estar animal respectivamente (FIGURA 5). Dos 90 casos da categoria maus-tratos, negligência foi o tipo de maus-tratos mais frequente, estando presente em todos os casos (n=90, 100%), seguido de agressão física (n=6, 6,7%). Dos 90 casos com negligência, 2 (2,2%) foram referentes a abandono, sendo importante considerar que a baixa frequência do abandono deve-se à dificuldade de localizar e coletar os dados dos tutores destes animais de companhia. Nos casos de agressão, apenas indivíduos da espécie canina estiveram envolvidos.

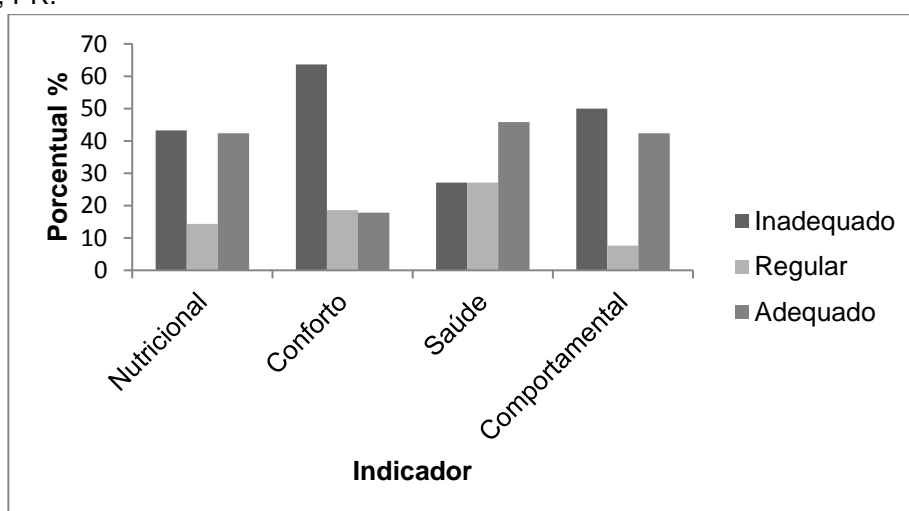
FIGURA 5. DISTRIBUIÇÃO DO GRAU DE BEM-ESTAR DOS CÃES E GATOS NOS DOMICÍLIOS ALVO DAS FISCALIZAÇÕES DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS REALIZADAS PELA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL (SEDEA) DE PINHAIS, PR.



FONTE: O autor (2017)

A maior parte das denúncias realizadas pela população foram com respeito à espécie canina (n=112, 94,9%), três casos (2,5%) referentes às condições de manutenção de gatos e três casos (2,5%) relativos às duas espécies (n=3, 2,5%). Dos 118 casos, cães e gatos encontravam-se em domicílios em 26 (22%). Foi possível avaliar o bem-estar das duas espécies em 14 (53,8%) casos, sendo que em 78,6% (n=11) o grau de bem-estar dos cães foi mais baixo que o grau dos gatos. As principais falências nos cuidados fornecidos aos animais foram observadas no indicador de conforto e comportamental, sendo inadequado em 63,6% (n= 75) e 50% (n=59) respectivamente (FIGURA 6).

FIGURA 6. DISTRIBUIÇÃO DO PARECER DOS QUATRO INDICADORES AVALIADOS COM OS DADOS COLETADOS DURANTE AS VISTORIAS DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS DE COMPANHIA REALIZADAS PELA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL(SEDEA) DE PINHAIS, PR.



FONTE: O autor (2017)

4.3.2. INFORMAÇÃO SOBRE O CONTEXTO AMBIENTAL E FAMILIAR DOS TUTORES DOS ANIMAIS ALVO DAS FISCALIZAÇÕES

A TABELA 6 apresenta a distribuição de frequência das variáveis do contexto ambiental e familiar que poderiam influenciar na ocorrência de maus-tratos aos cães e gatos. Nos dois grupos, maus-tratos e não maus-tratos, a maioria das famílias proprietárias dos animais estava constituída de duas a quatro pessoas (n=53, 58,9%), enquanto uma minoria dos tutores morava sozinho (n=10, 11,1%). Em 33% (n=39) do número total de casos analisados as crianças estiveram expostas às condições de maus-tratos aos animais de companhia. Quanto aos

indicadores sociofamiliares, pode-se observar que a maior parte dos tutores com algum tipo de vulnerabilidade socioeconômica esteve presente no grupo de maus-tratos. A variável violência doméstica teve a menor frequência, sendo importante considerar a dificuldade para detectar este tipo de vulnerabilidade.

TABELA 6. DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS VARIÁVEIS DO CONTEXTO SOCIOFAMILIAR QUE PODERIAM INFLUENCIAR A OCORRÊNCIA DOS MAUS-TRATOS AOS CÃES E GATOS DOS CASOS VERIFICADOS PELA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL (SEDEA) DE PINHAIS, PR.

Variável	Maus-tratos		Não maus-tratos		Total	
	N	%	N	%	N	%
Número de cães e gatos						
1 a 2 animais	35	38,9	13	46,4	48	40,7
3 a 6 animais	37	41,1	5	17,9	42	35,6
7 a 10 animais	8	8,9	3	10,7	11	9,3
> 10 animais	10	11,1	7	25	17	14,4
Presença de crianças						
Sim	39	43,3	8	28,6	47	39,8
Não	51	56,7	20	71,4	71	60,2
Presença de idosos						
Sim	33	36,7	7	25	40	33,9
Não	57	63,3	21	75	78	66,1
Número total de pessoas						
1 pessoa	10	11,1	2	7,1	12	10,2
2 a 4 pessoas	53	58,9	17	60,7	70	59,3
≥ 5 pessoas	27	30	9	32,1	36	30,5
Presença de pessoa com deficiência						
Sim	26	28,9	4	14,3	30	25,4
Não	64	71,1	24	85,7	88	74,6
Responsável com baixo grau de escolaridade^a						
Sim	38	42,7	6	21,4	44	37,6
Não	51	57,3	22	78,6	73	62,4
Responsável com ensino superior^a						
Sim	15	16,9	9	32,1	24	20,5
Não	74	83,1	19	67,9	93	79,5
Dificuldades financeiras						
Sim	27	30	3	10,7	30	25,4
Não	63	70	25	89,3	88	74,6
Violência doméstica						
Sim	11	12,2	1	3,6	12	10,2
Não	79	87,8	27	96,4	106	89,2
Total de casos avaliados	90	76,3	28	23,7	118	100

^aDado coletado em 117 casos

FONTE: O autor (2017)

4.3.3. DETERMINANTES PARA A OCORRÊNCIA DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS

Na análise dos dados por meio da razão dos produtos cruzados – *Odds ratio* e seus respectivos intervalos de 95% de confiança, não foi encontrada

diferença entre os grupos estudados na maioria das variáveis. Somente, a variável responsável pelos animais com baixo grau de escolaridade foi caracterizada como um fator de risco. Assim, a chance de sofrer maus-tratos foi 2,73 vezes mais provável nos animais de tutores que possuíam no máximo ensino fundamental incompleto. Quanto a variável violência doméstica, pode-se observar que há um intervalo de confiança muito amplo no valor do *Odds ratio*, demonstrando a necessidade de se obter uma amostra maior para analisar a importância desta vulnerabilidade nos maus-tratos aos cães e gatos (TABELA 7).

TABELA 7. ASSOCIAÇÃO ENTRE OS MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS E AS CARACTERÍSTICAS DO CONTEXTO FAMILIAR DOS TUTORES DOS CÃES E GATOS ALVO DAS VISTÓRIAS REALIZADAS PELA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL (SEDEA) DE PINHAIS, PR, COM SEUS RESPECTIVOS *ODDS RATIO*.

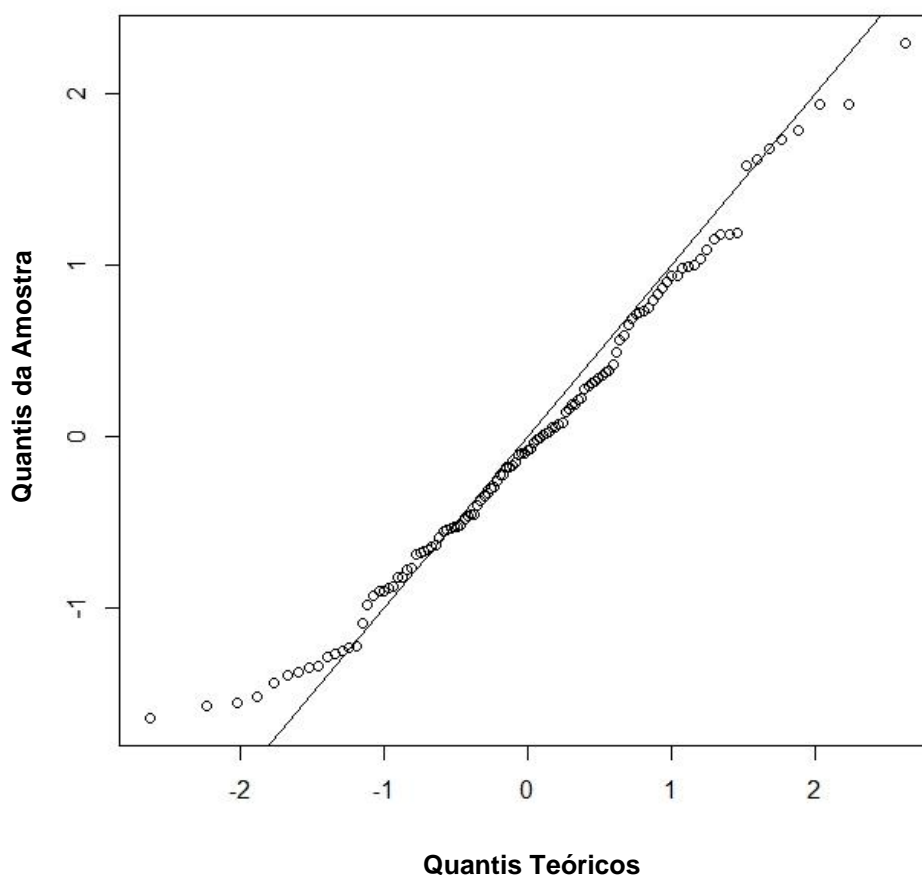
Variável	OR	IC - 95%	P-valor
Número de animais de companhia (cães e gatos)			
1 a 2 animais	1,00		
3 a 6 animais	2,75	0,89 - 8,51	0,090*
7 a 10 animais	0,99	0,23 - 4,32	
> 10 animais	0,53	0,17 - 1,69	
Presença de crianças			
Sim	1,91	0,76 - 4,80	0,163
Não	1,00		
Presença de idosos			
Sim	1,74	0,67 - 4,52	0,255
Não	1,00		
Número total de pessoas			
1 pessoa	1,00		
2 a 4 pessoas	0,62	0,12 - 3,13	0,829
≥ 5 pessoas	0,60	0,11 - 3,27	
Presença de pessoa com deficiência física ou mental			
Sim	2,44	0,77 - 7,72	0,121
Não	1,00		
Responsável com baixo grau de escolaridade			
Sim	2,73	1,01 - 7,39	0,043**
Não	1,00		
Responsável com Ensino superior			
Sim	0,43	0,16 - 1,13	0,081*
Não	1,00		
Dificuldades econômicas			
Sim	3,57	0,99 - 12,84	0,041**
Não	1,00		
Violência doméstica			
Sim	3,76	0,46 - 30,49	0,289
Não	1,00		

OR: *Odds ratio*, IC 95%: Intervalo de confiança, * P=<0,10, ** P= <0,05

FONTE: O autor (2017)

As variáveis número total de animais de companhia (cães e gatos); responsáveis com ensino superior; responsáveis com baixo grau de escolaridade; e dificuldades financeiras foram significativas, sendo então selecionadas e consideradas para serem incluídas em um modelo de regressão logística. As variáveis explicativas que foram conjuntamente significativas para explicar a variável maus-tratos foram: número total de animais de companhia (cães e gatos) e responsáveis com baixo grau de escolaridade. O modelo se ajustou bem aos dados, como é possível verificar no gráfico dos resíduos quantílicos aleatorizados (FIGURA 7).

FIGURA 7. GRÁFICO DOS RESÍDUOS QUANTÍLICOS ALEATORIZADOS DO MODELO DE REGRESSÃO LOGÍSTICA PARA A VARIÁVEL MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS, INCLUINDO AS VARIÁVEIS NÚMERO DE ANIMAIS DE COMPANHIA E RESPONSÁVEL COM BAIXO GRAU DE ESCOLARIDADE.



FONTE: O autor (2017)

Na análise de regressão logística confirmou-se que o responsável com baixo grau de escolaridade é a única variável significativa para ser considerada como fator de risco. Quando as pessoas responsáveis pelos cuidados dos cães e

gatos apresentaram baixo grau de escolaridade o risco de maus-tratos foi 3 vezes maior em relação aos tutores com ensino fundamental completo (TABELA 8).

TABELA 8. REGRESSÃO LOGÍSTICA DOS FATORES DETERMINANTES NO AMBIENTE FAMILIAR PARA A OCORRÊNCIA DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAS DE COMPANHIA DOS CASOS VERIFICADOS PELA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL (SEDEA) DE PINHAIS, PR.

Variável	OR	IC - 95%	P-valor
Número de animais de companhia (cães e gatos)			
1 a 2 animais	1,00		
3 a 6 animais	3,08	0,97 - 9,78	0,055*
7 a 10 animais	0,94	0,20 - 4,29	0,938
> 10 animais	0,50	0,15 - 1,68	0,269
Responsável com baixo grau de escolaridade			
Sim	3,16	1,12 - 3,16	0,0287
Não	1,00		**

OR: *Odds ratio*, IC 95%: Intervalo de confiança * P=<0,10 ** P= <0,05
 FONTE: O autor (2017)

4.3.4. DETERMINANTES PARA A OCORRÊNCIA DE ABUSO FÍSICO EM CÃES

As variáveis dificuldades financeiras, presença de outro tipo de violência na família, e baixo grau de escolaridade, são reportadas na literatura como fatores relacionados com a violência doméstica (SLACK et al., 2011). Logo, foram escolhidas para analisar a ocorrência de abuso físico em cães (n=6) e realizar comparação com o grupo no qual não foi detectado maus-tratos aos animais (n=28). Todas as variáveis mostraram relação significativa com os atos de agressão no teste de Fisher (TABELA 9). Análise de fator de risco não foi realizada devido ao número pequeno de casos de abuso físico.

TABELA 9. DISTRIBUIÇÃO DE FREQUÊNCIA DAS VARIÁVEIS DO CONTEXTO FAMILIAR QUE PODERIAM INFLUENCIAR A OCORRÊNCIA DE ABUSO FÍSICO AOS CÃES NOS CASOS AVALIADOS PELA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL (SEDEA) DE PINHAIS, PR.

Variável	Abuso físico		Não maus-tratos		Total		P-Valor
	N	%	N	%	N	%	
Responsável baixo grau de escolaridade							
Sim	5	83,3	6	21,4	11	32,4	0,008**
Não	1	4,1	22	78,6	23	67,6	
Dificuldades financeiras							
Sim	3	50	3	10,7	6	17,6	0,053*
Não	3	50	25	89,3	28	82,4	
Violência doméstica							
Sim	4	66,7	1	3,6	5	14,7	0,002**
Não	2	5,1	27	96,4	29	85,3	

* P=<0,10 ** P= <0,05

FONTE: O autor (2017)

4.3.5. CARACTERIZAÇÃO DAS FALÊNCIAS SEGUNDO O TIPO DE INDICADOR

Considerando a categoria inadequado como o escore mais baixo e adequado como a melhor pontuação em cada um dos indicadores avaliados, foram realizadas comparações entre as variáveis que encontraram dependência com os maus-tratos aos animais de companhia. Encontrou-se que um maior número de animais tem relação com uma maior dificuldade para cuidar da saúde dos cães e gatos ($p= 0,029$) (TABELA 10).

TABELA 10. COMPROMETIMENTO DOS INDICADORES SEGUNDO O NÚMERO DE ANIMAIS DE COMPANHIA PRESENTES NOS DOMICÍLIOS ALVO DAS FISCALIZAÇÕES DE MAUS-TRATOS REALIZADAS PELA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL (SEDEA) DE PINHAIS, PR.

Indicador	Número de animais de companhia (cães e gatos)								P-Valor
	1 a 2 animais		3 a 6 animais		7 a 10 animais		>10 animais		
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Nutricional									
Inadequado	15	31,3	20	47,6	7	63,6	9	52,9	0,167
Regular	8	16,7	7	16,7	1	9,1	1	5,9	
Adequado	25	52,1	15	35,7	3	27,3	7	41,2	
Conforto									
Inadequado	28	58,3	31	73,8	7	63,6	9	52,9	0,532
Regular	10	20,8	4	9,5	2	18,8	6	35,3	
Adequado	10	20,8	7	16,7	2	18,2	2	17,8	
Saúde									
Inadequado	9	18,8	12	28,6	3	27,3	8	47,1	0,029**
Regular	11	22,9	11	26,2	4	36,4	6	35,3	
Adequado	28	58,3	19	45,2	4	36,4	3	17,6	
Comportamental									
Inadequado	23	47,9	23	54,8	6	54,5	7	41,2	0,800
Regular	3	6,3	3	7,1	1	9,1	2	11,8	
Adequado	22	45,8	16	38,1	4	36,4	8	47,1	
Total	48	40,7	42	35,6	11	9,3	17	14,4	-

** $P < 0,05$

FONTE: O autor (2017)

Referente ao nível educacional das pessoas responsáveis pelos animais de estimação alvo das fiscalizações, pode-se observar, na TABELA 11 que os tutores dos animais com baixo grau de escolaridade cometeram mais falências no indicador nutricional ($p=0,024$). Igualmente o fato dos donos dos cães e gatos terem ensino superior completo ou incompleto esteve relacionado com melhores cuidados alusivos aos indicadores de conforto ($p=0,068$) e de saúde ($p=0,086$).

TABELA 11. COMPROMETIMENTO DOS INDICADORES SEGUNDO O NÍVEL EDUCACIONAL DOS TUTORES DOS CÃES E GATOS ALVO DAS FISCALIZAÇÕES DE MAUS-TRATOS REALIZADAS PELA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL (SEDEA) DE PINHAIS, PR.

Indicador	Baixa escolaridade				P-Valor	Ensino superior				P-Valor
	Sim		Não			Sim		Não		
	N	%	N	%		N	%	N	%	
Nutricional					0,024**					0,139
Inadequado	25	56,8	25	34,2		9	37,5	41	44,1	
Regular	5	11,4	12	16,4		0	0	17	18,3	
Adequado	14	31,8	36	49,3		15	62,5	35	37,6	
Conforto					0,629					0,068*
Inadequado	29	65,9	45	61,6		12	50	62	66,7	
Regular	8	18,2	14	19,2		4	16,7	18	19,4	
Adequado	7	15,9	14	19,2		8	33,3	13	14	
Saúde					0,108					0,086*
Inadequado	16	36,4	16	21,9		3	12,5	29	31,2	
Regular	11	25	20	27,4		7	29,2	24	25,8	
Adequado	17	38,6	37	50,7		14	58,3	40	43	
Comportamental					0,689					0,110
Inadequado	23	52,3	35	47,9		8	33,3	50	53,8	
Regular	3	6,8	6	8,2		3	12,5	6	6,5	
Adequado	18	40,9	32	43,8		13	54,2	37	39,8	
Total	44	37,6	73	62,4	-	24	20,5	93	79,5	-

* P<0,10 ** P<0,05

FONTE: O autor (2017)

Nos domicílios onde foram identificadas dificuldades financeiras, os animais de companhia receberam significativamente menos cuidados nutricionais ($p=0,001$), de conforto ($p=0,082$) e de saúde ($p=0,021$) (TABELA 12).

TABELA 12. COMPROMETIMENTO DOS INDICADORES SEGUNDO A PRESENÇA DE DIFICULDADES ECONÔMICAS NAS FAMÍLIAS PROPRIETÁRIAS DOS CÃES E GATOS ALVO DAS FISCALIZAÇÕES DE MAUS-TRATOS REALIZADAS PELA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL (SEDEA) DE PINHAIS, PR.

Indicador	Dificuldades Financeiras				P-Valor
	Sim		Não		
	N	%	N	%	
Nutricional					
Inadequado	21	70	30	34,1	0,001**
Regular	3	10	14	15,9	
Adequado	6	20	44	50	
Conforto					
Inadequado	23	76,7	52	59,1	0,082*
Regular	4	13,3	18	20,5	
Adequado	3	10	18	20,5	
Saúde					
Inadequado	14	46,7	18	20,5	0,021**
Regular	6	20	26	29,5	
Adequado	10	33,3	44	50	
Comportamental					
Inadequado	15	50	44	50,0	0,727
Regular	4	13,3	5	5,7	
Adequado	11	36,7	39	44,3	
Total	30	25,4	88	74,6	-

* P<0,10 **P<0,05

FONTE: O autor (2017)

4.4. DISCUSSÃO

Os animais de companhia, especialmente os cães e gatos, são considerados como membros das famílias pela maioria dos tutores (FLYNN, 2000; HOWELL; MORNEMENT; BENNETT, 2016). Porém, apesar da proximidade afetiva destes animais com os seres humanos, não é incomum que essas espécies sofram maus-tratos no interior de seus lares (BURCHFIELD, 2016). Entretanto, poucos esforços têm sido realizados para compreender os determinantes para a ocorrência de maus-tratos aos animais nas famílias.

Nesse trabalho a maioria das histórias corresponderam a animais em domicílios. No Brasil, assim como em diferentes países do mundo, as maiores taxas de violência contra mulheres, crianças e idosos acontecem dentro do ambiente familiar (COSTA et al., 2007; GADONI-COSTA; ZUCATTI; DELL'AGLIO, 2011; SLACK et al., 2011; FRANZIN et al., 2014; CLÉMENT; BÉRUBÉ; CHAMBERLAND, 2016). Os resultados do presente estudo sugerem que assim como ocorre na violência interpessoal, os animais também são vítimas no interior dos lares. Não obstante, é importante considerar que os resultados também podem refletir uma baixa taxa de denúncia referente aos animais em outros contextos.

Nas denúncias realizadas pela comunidade, assim como nas moradias avaliadas, a espécie canina foi mais frequentemente envolvida em situação de maus-tratos do que a felina, assim como em outros estudos que analisaram as denúncias de maus-tratos (VERMEULEN; ODENDAAL, 1993; WATT; WARAN, 1993; DONLEY; PATRONEK; LUKE, 1999; HAMMERSCHMIDT; MOLENTO, 2012). Entretanto, outras pesquisas identificaram os gatos como as principais vítimas do abandono e de abuso físico (VERMEULEN; ODENDAAL, 1993; WATT; WARAN, 1993; MARLET; MAIORKA, 2010). Desta forma, o maior número de denúncias sobre os cães pode estar relacionada a uma facilidade de visualizar as condições de manutenção dos mesmos (VERMEULEN; ODENDAAL, 1993; DONLEY; PATRONEK; LUKE, 1999; HAMMERSCHMIDT; MOLENTO, 2012). Além disso, há pelo menos um cão e um gato, respectivamente em 44,3% e 17,7% dos domicílios no Brasil (IBGE, 2015). A proporção de cães e gatos no município de Pinhais, ainda é desconhecida. Esse dado é imprescindível para determinar se uma espécie é mais acometida por maus-tratos do que a outra.

Nos casos em que foi avaliado o bem-estar das duas espécies, os cuidados fornecidos aos cães apresentaram mais falhas como consequência de práticas comuns como a restrição severa de espaço e a pouca higienização do local. Esses achados são compatíveis com os relatos de Vermeulen e Odendaal (1993) que encontraram uma maior ocorrência de negligência em cães que em gatos nas denúncias analisadas, tendo uma relação com inadequações referentes ao ambiente desses animais.

As principais inadequações encontradas tiveram relação com o indicador de conforto e com o comportamental, sendo consistente com os relatos de outras pesquisas nos Estados Unidos e na África do Sul, nas quais as maiores falências foram referentes ao alojamento dos animais correspondendo a 62% e 34,5% respectivamente (VERMEULEN; ODENDAAL, 1993; DONLEY; PATRONEK; LUKE, 1999). Não obstante, é importante considerar que uma porcentagem importante das famílias não supriu as necessidades mais básicas dos animais, como a ausência de sede e fome.

No presente estudo, em todas as histórias caracterizadas como maus-tratos houve ocorrência de negligência, inclusive nos casos de abuso físico, ratificando a deficiência nos cuidados como o tipo mais comum de maus-tratos aos animais na família (CROOK, 2000; HAMMERSCHMIDT; MOLENTO, 2012). Poucos casos de agressão intencional foram identificados. Os casos de abuso físico podem ser subnotificados devido à dificuldade de identificar as lesões ocasionadas por traumas não acidentais durante as fiscalizações (VERMEULEN; ODENDAAL, 1993). Esse obstáculo é agravado pela falta de treinamento dos médicos veterinários durante sua graduação (LANDAU, 1999; WILLIAMS et al., 2008). Desta forma, os atos violentos contra os animais registrados neste estudo foram basicamente detectados pelo relato de um membro da família ou da comunidade.

A aceitação de uma cultura que considera os seres humanos como indivíduos superiores, acompanhada da condição de dependência que os animais de estimação têm de seus tutores, são particularidades essenciais na condição de vulnerabilidade que os cães e gatos têm frente à ocorrência de maus-tratos (VERMEULEN; ODENDAAL, 1993). Aspectos similares têm sido considerados na violência interpessoal. Logo, os estudos sobre os diferentes tipos de violência na família situam a posição de dependência da vítima como questão fundamental nos

casos de violência por parceiro íntimo contra a mulher (AĞÇAY et al., 2015; SILVA et al., 2015) e de abuso infantil (FONSECA et al., 2013).

A ocorrência de violência doméstica está influenciada pelos fatores demográficos, culturais e socioeconômicos tanto da vítima, quanto do agressor (SLACK et al., 2011; CHOI; THOMAS, 2015; JONES; LOGAN-GREENE, 2016). Com relação aos maus-tratos aos animais de companhia, esses aspectos ainda não têm sido esclarecidos. Porém, acredita-se que os cuidados oferecidos a cães e gatos, e os atos de agressão também encontram-se influenciados pelas características intrínsecas de seus tutores (VERMEULEN; ODENDAAL, 1993; AGNEW, 1998; BOAT; KNIGHT, 2001). A família, provedora primária dos cuidados aos animais tem a obrigação de satisfazer as necessidades dos mesmos. Dessa forma, as condições socioeconômicas não eximem os tutores de sua responsabilidade. Porém, o entendimento dos fatores relacionados com os maus-tratos em cães e gatos no contexto familiar é de suma importância para o desenvolvimento de ações para a prevenção e criação de estratégias que visem melhorar a qualidade de vida das pessoas e animais em situação de vulnerabilidade.

A presença de um maior número de animais no domicílio exige dos tutores uma alta demanda financeira. Desta forma, neste estudo, esperava-se que o número de animais de companhia tivesse relação com a ocorrência de maus-tratos. O grupo de um a dois animais teve menor prevalência deste crime que a categoria de três a seis animais. Porém, quando comparado com os grupo de sete a dez e mais do que dez animais, não foram encontradas diferenças. Esta mesma contradição tem sido relatada na literatura. Assim, o fato de se ter mais de um animal de estimação tem sido relacionado de forma positiva (MEYER; FORKMAN, 2014) e negativa (MARINELLI et al., 2007) com o nível de cuidado e o vínculo do tutor com os mesmos. Ao se analisar a comparação dos escores dos diferentes tipos de indicadores, observou-se que cães e gatos dos lares com um ou dois animais, comparados com os outros grupos, tiveram uma melhor condição de saúde, pois dispunham de melhor cuidado quanto ao atendimento veterinário e cuidados preventivos.

Referente ao tamanho e a estrutura familiar, não se encontrou diferença significativa entre os grupos com e sem maus-tratos. O número de pessoas que moravam no domicílio, assim como a presença de crianças, idosos e pessoas com

deficiência, que demandam uma maior atenção por parte dos tutores dos animais, não interferiu na ocorrência dos maus-tratos. Os resultados de estudos anteriores são discrepantes. Estudos mostraram que pessoas solteiras sem filhos dão uma melhor atenção a seus cães por terem maior disponibilidade de tempo e menos obrigações com pessoas sob seus cuidados (SHORE; RILEY; DOUGLAS, 2006; MARINELLI et al., 2007; MEYER; FORKMAN, 2014). Enquanto isso, Adamelli et al. (2005) relataram que os gatos com mais de um responsável receberam melhores cuidados. A variável estrutura familiar neste estudo pode ter sido influenciada por outros fatores socioeconômicos e culturais que favorecem ou dificultam a ocorrência de maus-tratos.

Em um número considerável de casos (n=39, 33%) as crianças estiveram expostas às situações de maus-tratos a seus cães e gatos. As famílias são agentes principais na formação de crenças, atitudes e valores sociais, logo é no ambiente familiar que as crianças internalizam as regras e costumes sociais (DARIE, 2015). Neste contexto, as crianças expostas a negligência ou agressão aos animais de companhia podem aprender que essas situações são formas aceitáveis de se tratar os animais de estimação. Neste sentido, Browne et al. (2016) relataram que as crianças que testemunham atos de agressão contra os animais são mais propensas a abusar fisicamente dos mesmos como consequência da aprendizagem social.

A situação financeira dos tutores mostrou associação com a ocorrência de maus-tratos aos animais de companhia, assim como quando foi analisado especificamente a agressão intencional aos cães. Os problemas econômicos dos tutores têm sido frequentemente relacionados com o abandono dos animais de companhia (SALMAN et al., 1998; SCARLETT et al., 1999). Igualmente, outros tipos de abuso como as briga de cães, os atos cruéis contra os animais e a falta de assistência veterinária apresentam uma maior prevalência em regiões economicamente vulneráveis (VERMEULEN; ODENDAAL, 1993; HODGSON; DARLING, 2011; FREIWALD; LITSTER; WENG, 2014; BURCHFIELD, 2016).

Apesar dos poucos esforços em conhecer a relação entre a baixa renda nas famílias e os maus-tratos aos cães e gatos, as pesquisas sobre casos de abuso em crianças e outras pessoas vulneráveis podem nortear a compreensão da influência deste fator no tratamento dado aos animais de estimação. O desemprego e a baixa renda são considerados determinantes para a violência por parceiro

íntimo em mulheres (BABU; KAR, 2009; AĞÇAY et al., 2015; YANG; MAGUIRE-JACK, 2016) e o abuso físico ou a negligência em crianças (COOPE; THEOBALD, 2006; SLACK et al., 2011; CHAN, 2014; DOUGLAS; MOHN, 2014; GUPTA; JINDAL; KAMBOJ, 2014). Não obstante é importante considerar que a violência ocorre nas diferentes classes sociais. Sabe-se que a subnotificação de casos de violência contra as pessoas é maior em lares com alto nível econômico (OLIVEIRA et al., 2014). Desta forma as estratégias para a prevenção da violência devem ser executados nos diversos setores da sociedade.

A instabilidade financeira pode estar relacionada com um contexto social que limita as habilidades dos pais para satisfazer as necessidades básicas de seus filhos (HONOR, 2014). Assim por exemplo, uma situação econômica desfavorável dificulta o fornecimento de adequados cuidados nutricionais, sanitários e educacionais às crianças (HORNOR, 2014; CHUNG et al., 2016; GREEN et al., 2016). Igualmente, sabe-se que as dificuldades econômicas geram sentimentos de frustração e perda de laços afetivos, contribuindo para o desenvolvimento de comportamentos violentos (IEP, 1998; GOMES; PEREIRA, 2005).

Neste sentido, a maior prevalência dos maus-tratos aos animais nas moradias onde foram identificados problemas econômicos, mostra que a carência de recursos e os relacionamentos conflitantes não afetam unicamente às pessoas, atingindo também aos cães e gatos da família. As falências associadas com as dificuldades financeiras dos tutores estiveram relacionadas com os indicadores de nutrição, de conforto e de saúde, sendo compatíveis com o contexto caracterizado por privação e condições insalubres nas quais encontram-se as famílias em situação de pobreza (GOMES; PEREIRA, 2005). Porém, assim como acontece na violência doméstica a maior prevalência de maus-tratos aos animais, igualmente, poderia estar relacionada à subnotificação de casos nas famílias com alto nível econômico.

O abuso físico intencional nos cães foi significativamente associado à presença de violência doméstica no domicílio. Estes achados são compatíveis com as pesquisas sobre o "*Elo*", um termo utilizado para definir a conexão entre a crueldade contra os animais e a violência interpessoal (MCPHEDRAN, 2009). Sabe-se que nos lares caracterizados por um ambiente violento, os animais estão em risco de ser vítimas do comportamento agressivo do perpetrador (WILLIAMS et al., 2008; NEWBERRY, 2016). Ascione et al. (2007) reportou que a prevalência de

maus-tratos aos animais é 11 vezes maior nos casos de mulheres e crianças vítimas de violência doméstica, quando comparadas as mesmas fora de um ambiente violento.

Por outro lado, a violência não mostrou dependência na análise geral da ocorrência de maus-tratos. Não obstante, estes resultados devem ser interpretados com cautela, devido ao número pequeno de casos de violência doméstica detectados no presente trabalho. Fielding (2010) encontrou que nos lares com violência os cães receberam significativamente menos cuidados essenciais e de enriquecimento quando comprados a lares com famílias sem violência, concluindo que as preocupações com os relacionamentos humanos podem influenciar nos cuidados oferecidos aos animais de companhia.

O nível educacional dos responsáveis pelos cães e gatos alvo das fiscalizações esteve relacionado com a ocorrência de maus-tratos. Os tutores dos animais com ensino superior incompleto ou completo ofereceram melhores cuidados relacionados com os indicadores de conforto e saúde. Por outro lado, baixo grau de escolaridade esteve associado a uma maior deficiência no indicador nutricional. Apesar de terem sido encontrado outros fatores associados com a presença de maus-tratos aos animais, somente a variável baixo grau de escolaridade foi considerada como um fator de risco na análise de cálculo de *Odds ratio* e no modelo de regressão logística, ratificando a importância da educação na ocorrência deste crime. Vaughn et al., (2009) relataram que as pessoas com um nível educacional mais baixo abusavam mais frequentemente dos animais.

Nas pesquisas sobre violência doméstica, nas diferentes culturas, a educação deficiente do perpetrador é um fator de risco para sua ocorrência (WALTON-MOSS et al., 2005; DUBOWITZ et al., 2011; LI; GODINET; ARNSBERGER, 2011; AĞÇAY et al., 2015). Este fator tem sido explicado pelo papel que a educação desempenha na percepção do abuso. Neste sentido, as pessoas com um baixo grau de escolaridade não consideram algumas ações relacionadas com a punição ou privação como atos de agressão ou negligência infantil (CHOI; THOMAS, 2015). Desta forma, maus-tratos aos animais de companhia poderia estar relacionada a uma insuficiência no conhecimento sobre o bem-estar animal, assim como à aceitação social e cultural de práticas que inerentemente afetam a qualidade de vida dos animais. Estudos relatam a existência de uma alta deficiência no entendimento dos cuidados que os cães e

gatos necessitam (ADAMELLI et al., 2005; RAMÓN; SLATER; WARD, 2010; YIMER et al., 2012), sendo que os responsáveis com educação universitária têm um maior nível de conhecimento (RAMÓN; SLATER; WARD, 2010).

Contrariando os achados da presente pesquisa, alguns estudos têm achado uma relação entre ter educação superior e exercer um menor nível de cuidado dos animais de companhia (MARINELLI et al., 2007), possivelmente relacionado à influência que o ensino em algumas profissões exerce sobre grau de empatia frente ao sofrimento animal (ELLINGSEN et al., 2010). Igualmente, resultados discrepantes foram reportados nos casos de abandono, nos quais baixo (NEW et al., 2000) e alto (SALMAN et al., 1998) grau de escolaridade têm sido associados com este tipo de maus-tratos, evidenciando a importância de se analisar o tipo de educação superior que os tutores recebem (ELLINGSEN et al., 2010), assim como outros possíveis fatores envolvidos.

Em vista da relevância da falta de conhecimento sobre as necessidades dos animais de companhia, as estratégias de intervenção familiar, para a prevenção e o controle dos maus-tratos aos animais de companhia, devem ser direcionadas ao aumentar da consciência da família sobre esta problemática. Igualmente, o desenvolvimento de programas educacionais nas comunidades são fundamentais na busca por um maior grau de bem-estar para os animais de estimação (VERMEULEN; ODENDAAL, 1993; MARITI et al., 2011).

A maioria das variáveis analisadas neste estudo, não foram consideradas fatores de risco para os maus-tratos aos animais de companhia, porém estiveram associadas aos mesmos. A ocorrência do abuso infantil depende fundamentalmente da ausência de um relacionamento benéfico entre os pais e as crianças (DRULLA et al., 2009; FRANZIN et al., 2014), das concepções socioculturais da sociedade e dos valores e atitudes únicas dos indivíduos e das famílias (CALHEIROS; MONTEIRO, 2000; HORNOR, 2014; CHOI; THOMAS, 2015). Desta forma, quando estes aspectos são positivos, a influência que os outros fatores socioeconômicos têm na apresentação de maus-tratos às crianças diminui (SIDEBOTHAM; HERON, 2006).

Neste sentido, sendo evidente que nem todas as famílias em condição de vulnerabilidade socioeconômica têm seus animais de estimação em situação de maus-tratos, compreender o vínculo humano-animal e a percepção que os tutores dos cães e gatos têm acerca deste tipo de crime é essencial. As características

demográficas dos tutores parecem ser somente fatores secundários que influenciam a relação humano-animal (MARINELLI et al., 2007; RAMÓN; SLATER; WARD, 2010). Assim, com base em achados em crianças, pode-se deduzir que o vínculo, as percepções e as crenças culturais, são obstáculos para a obtenção de uma boa qualidade de vida para os cães e gatos (BURCHFIELD, 2016). Logo, durante as fiscalizações de maus-tratos, além de determinar as características socioeconômicas das famílias, o vínculo deveria ser acessado, mediante perguntas básicas sobre os motivos da guarda, e por meio da observação das condutas dos tutores.

4.5. CONCLUSÃO

A maior parte das denúncias corresponderam a situação de maus-tratos aos animais de companhia dentro do ambiente familiar, evidenciando que os tutores dos cães e gatos são frequentemente os responsáveis pela ocorrência deste tipo de crime. Encontrou-se que o número de cães e gatos no domicílio, o nível educacional dos tutores, as dificuldades econômicas e a violência doméstica são aspectos relacionados à ocorrência dos maus-tratos aos animais. Porém, somente o baixo grau de escolaridade dos tutores foi identificado como um fator de risco. Desta forma, esses achados mostram a importância de que futuros estudos avaliem outros fatores que podem estar relacionados com a ocorrência de maus-tratos aos cães e gatos como por exemplo vínculo humano-animal, às crenças culturais e os valores familiares, junto com contexto socioeconômico dos tutores dos animais.

Neste estudo houve limitações na identificação de famílias com dificuldades financeira e violência doméstica, assim como no tamanho da amostra para analisar algumas variáveis. Apesar disso, os resultados deste estudo têm implicações importantes na compreensão dos fatores relacionados aos maus-tratos em cães e gatos e no desenvolvimento de estratégias para sua prevenção. Assim, sugere-se que programas educativos direcionados a um maior conhecimento dos tutores acerca dos cuidados que os cães e gatos necessitam são essenciais na promoção de seu bem-estar.

REFERÊNCIAS

- ADAMELLI, S. et al. Owner and cat features influence the quality of life of the cat. **Applied Animal Behaviour Science**, v. 94, n. 1–2, p. 89–98, 2005.
- AĞÇAY, G. et al. Risk factors for violence against women by intimate partners in Sakarya, Turkey. **Journal of Forensic and Legal Medicine**, v. 36, p. 37–42, 2015.
- AGNEW, R. The causes of animal abuse: asocial-psychological analysis. **Theoretical Criminology**, v. 2, n. 2, p. 177–209, 1998.
- ALLEN, M.; GALLAGHER, B.; JONES, B. Domestic violence and the abuse of pets: Researching the Link and its implications in Ireland. **Practice**, v. 18, n. 3, p. 167–181, 2006.
- ARKOW, P. The Impact of Companion Animals on Social Capital and Community Violence: Setting Research, Policy and Program Agendas Animal Abuse and Family Violence Prevention Project, The Latham Foundation The National Link Coalition. **Journal of Sociology & Social Welfare**, v. 40, n. 4, p. 33–55, 2013.
- ARKOW, P.; GULLONE, E. **Animal Cruelty, Antisocial Behaviour, and Aggression: More than a Link**. Palgrave Macmillan, 2012.
- ASCIONE, F. R. Emerging research on animal abuse as a risk factor for intimate partner violence. **Intimate Partner Violence**, p. 3–17, 2007.
- ASCIONE, F. R. et al. Battered pets and domestic violence: animal abuse reported by women experiencing intimate violence and by nonabused women. **Violence against women**, v. 13, n. 4, p. 354–373, 2007.
- BABU, B. V; KAR, S. K. Domestic violence against women in eastern India: a population-based study on prevalence and related issues. **BMC Public Health**, v. 9, p. 129, 2009.
- BOAT, B. W.; KNIGHT, J. C. Experiences and Needs of Adult Protective Services Case Managers When Assisting Clients Who Have Companion Animals. **Journal of Elder Abuse & Neglect**, v. 12, n. 3–4, p. 145–155, 2001.
- BROOM, D. M.; MOLENTO, C. F. M. Bem estar animal: conceito e questões relacionadas - revisão. **Archives of Veterinary Science**, v. 9, n. 2, p. 1–11, 2004.
- BROWNE, J. A.; HENSLEY, C.; MCGUFFEE, K. M. Does Witnessing Animal Cruelty and Being Abused During Childhood Predict the Initial Age and Recurrence of Committing Childhood Animal Cruelty? **International journal of offender therapy and comparative criminology**, 2016.
- BURCHFIELD, K. B. The sociology of animal crime: An Examination of incidents and arrests in Chicago. **Deviant Behavior**, v. 37, n. 4, p. 368–384, 2016.
- CALHEIROS, M.; MONTEIRO, M. B. Mau trato e negligência parental contributos para a definição social dos conceitos. **sociologia, problemas e práticas**, v. 34, p. 145–176, 2000.

CHAN, K. L. Child victims and poly-victims in China: Are they more at-risk of family violence? **Child Abuse and Neglect**, v. 38, n. 11, p. 1832–1839, 2014.

CHOI, J. B.; THOMAS, M. Perceptual difference of child neglect among Korean parents and children: Implications for child welfare policy. **Children and Youth Services Review**, v. 55, p. 56–61, 2015.

CHUNG, E. K. et al. Screening for social determinants of health among children and families living in poverty: A guide for clinicians. **Current Problems in Pediatric and Adolescent Health Care**, v. 46, n. 5, p. 135–153, 2016.

CLÉMENT, M.; BÉRUBÉ, A.; CHAMBERLAND, C. Prevalence and risk factors of child neglect in the general population. **Public Health**, p. 1–7, 2016.

COHEN, S. P. Western Journal of Nursing Research. **Western Journal of Nursing Research**, v. 24, n. 6, p. 621–638, 2002.

COOPE, C. M.; THEOBALD, S. Children at risk of neglect: Challenges faced by child protection practitioners in Guatemala City. **Child Abuse and Neglect**, v. 30, p. 523–536, 2006.

COSTA, M. C. O. et al. O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 1129–1141, 2007.

CROOK, A. The CVMA animal abuse position - How we got here. **Canadian Veterinary Journal**, v. 41, p. 631–633, 2000.

CURRIE, C. L. Animal cruelty by children exposed to domestic violence. **Child Abuse and Neglect**, v. 30, p. 425–435, 2006.

DAHLBERG, L.L.; KRUG, E.G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11(Sup), p 1163-1178, 2007.

DARIE, N. Child's Exposures to Emotional Neglect in Drug users Families. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 180, n. November 2014, p. 1590–1598, 2015.

DONLEY, L.; PATRONEK, G. J.; LUKE, C. Animal abuse in Massachusetts: A summary of case reports at the MSPCA and attitudes of Massachusetts veterinarians. **Journal of applied animal welfare science : JAAWS**, v. 2, n. 1, p. 59–73, 1999.

DOUGLAS, E. M.; MOHN, B. L. Fatal and non-fatal child maltreatment in the US: An analysis of child, caregiver, and service utilization with the National Child Abuse and Neglect Data Set. **Child Abuse and Neglect**, v. 38, p. 42–51, 2014.

DRULLA, A. DA G. et al. A visita domiciliar como ferramenta ao cuidado familiar. **Cogitare Enfermagem**, v. 14, n. 4, p. 667–674, 2009.

DUBOWITZ, H. et al. Identifying children at high risk for a child maltreatment report. **Child Abuse and Neglect**, v. 35, p. 96–104, 2011.

ELLINGSEN, K. et al. The relationship between empathy, perception of pain and attitudes toward pets among Norwegian dog owners. **Anthrozoos**, v. 23, n. 3, p. 231–243, 2010.

FARACO, C. B. Interação humano-animal. **Ciência veterinária nos trópicos**, v. 11, n. 1, p. 31–35, 2008.

FIELDING, W. J. Domestic violence and dog care in New Providence, The Bahamas. **Society & Animals**, v. 18, p. 183–203, 2010.

FLYNN, C. P. Battered women and their animal companions : Symbolic interaction between human and nonhuman animals. **Society & Animals**, v. 8, n. 2, p. 99–127, 2000.

FONSECA, F. F. et al. The vulnerabilities in childhood and adolescence and the Brazilian public policy intervention. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 31, n. 2, p. 258–264, 2013.

FRANZIN, L. et al. Child and adolescent abuse and neglect in the city of Curitiba, Brazil. **Child Abuse and Neglect**, v. 38, n. 10, p. 1706–1714, 2014.

FREIWALD, A.; LITSTER, A.; WENG, H. Y. Survey to investigate pet ownership and attitudes to pet care in metropolitan Chicago dog and/or cat owners. **Preventive Veterinary Medicine**, v. 115, p. 198–204, 2014.

FRIEDMANN, E.; SON, H. The Human-Companion Animal Bond: How Humans Benefit. **Veterinary Clinics of North America - Small Animal Practice**, v. 39, n. 2, p. 293–326, 2009.

GADONI-COSTA, L. M.; ZUCATTI, A. P. N.; DELL'AGLIO, D. D. Violência contra a mulher : levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma Delegacia para a mulher. **Estudos de Psicologia**, v. 28, n. 2, p. 219–228, 2011.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social : uma questão de políticas públicas Socially vulnerable families : a public issue. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 2, p. 357–363, 2005.

GREEN, A. E. et al. The role of collaborations in sustaining an evidence-based intervention to reduce child neglect. **Child Abuse and Neglect**, v. 53, p. 4–16, 2016.

GUPTA, R. K.; JINDAL, N.; KAMBOJ, K. Neglected post burns contracture of hand in children: analysis of contributory socio-cultural factors and the impact of neglect on outcome. **Journal of Clinical Orthopaedics and Trauma**, v. 5, p. 215–220, 2014.

HAMMERSCHMIDT, J.; MOLENTO, C. F. M. Análise retrospectiva de denúncias de maus-tratos contra animais na região de Curitiba , Estado do Paraná , utilizando critérios de bem-estar animal. **Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science**, v. 49, n. 6, p. 431–441, 2012.

HAMMERSCHMIDT, J.; MOLENTO, C. F. M. Protocol for expert report on animal welfare in case of companion animal cruelty suspicion. **Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science**, v. 51, n. 4, p. 282–296, 2014.

HODGSON, K.; DARLING, M. Pets in the family: practical approaches. **Journal of the American Animal Hospital Association**, v. 47, p. 299–305, 2011.

HORNOR, G. Child neglect: assessment and intervention. **Journal of Pediatric Health Care**, v. 28, n. 2, p. 186–192, 2014.

HOWELL, T. J.; MORNEMENT, K.; BENNETT, P. C. Pet dog management practices among a representative sample of owners in Victoria, Australia. **Journal of Veterinary Behavior: Clinical Applications and Research**, v. 12, p. 4–12, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão. **Pesquisa Nacional de Saúde 2013: acesso e utilização dos serviços de saúde, acidentes e violência**. Rio de Janeiro. 2015.

INSTITUTO DE ESTUDIOS PERUANOS (IEP). **Pobreza y violencia domestica contra la Mujer en Lima Metropolitana**. Perú. 1998.

JONES, A.; LOGAN-GREENE, P. Understanding and responding to chronic neglect: A mixed methods case record examination. **Children and Youth Services Review**, v. 67, p. 212–219, 2016.

LANDAU, R. E. A survey of teaching and implementation: the veterinarian's role in recognizing and reporting abuse. **Journal of the American Veterinary Medical Association**, v. 215, n. 3, p. 328–331, 1999.

LI, F.; GODINET, M. T.; ARNSBERGER, P. Protective factors among families with children at risk of maltreatment: Follow up to early school years. **Children and Youth Services Review**, v. 33, n. 1, p. 139–148, 2011.

MARINELLI, L. et al. Quality of life of the pet dog: Influence of owner and dog's characteristics. **Applied Animal Behaviour Science**, v. 108, p. 143–156, 2007.

MARITI, C. et al. Improvement in children's humaneness toward nonhuman animals through a project of educational anthrozoology. **Journal of Veterinary Behavior: Clinical Applications and Research**, v. 6, n. 1, p. 12–20, 2011.

MARLET, E. F.; MAIORKA, P. C. Análise retrospectiva de casos de maus tratos contra cães e gatos na cidade de São Paulo. **Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science**, v. 47, n. 5, p. 385–394, 2010.

MCDONALD, S. E. et al. Children's experiences of companion animal maltreatment in households characterized by intimate partner violence. **Child Abuse and Neglect**, v. 50, p. 116–127, 2015.

MCPHEDRAN, S. Animal abuse, family violence, and child wellbeing: A review. **Journal of Family Violence**, v. 24, n. 1, p. 41–52, 2009.

MEYER, I.; FORKMAN, B. Dog and owner characteristics affecting the dog-owner relationship. **Journal of Veterinary Behavior: Clinical Applications and Research**, v. 9, p. 143–150, 2014.

NATHANSON, J. N. Animal hoarding: slipping into the darkness of comorbid animal and self-neglect. **Journal of elder abuse & neglect**, v. 21, n. 4, p. 307–24, 2009.

NEW, J. C. et al. Characteristics of shelter-relinquished animals and their owners compared with animals and their owners in U.S. pet-owning households. **Journal of Applied Animal Welfare Science**, v. 3, n. 3, p. 179–201, 2000.

NEWBERRY, M. Pets in danger: Exploring the link between domestic violence and animal abuse. **Aggression and Violent Behavior**, p. 1–9, 2016.

OLIVEIRA, S. F. et al. Violence against women: profile of the aggressors and victims and characterization of the injuries. A forensic study. *Journal of Forensic and Legal Medicine*, v. 23, p. 49-54, 2014.

PÉREZ-CÁRCELES, M. D. et al. Suspicion of elder abuse in South Eastern Spain: The extent and risk factors. **Archives of Gerontology and Geriatrics**, v. 49, n. 1, p. 132–137, 2009.

RAMÓN, M. E.; SLATER, M. R.; WARD, M. P. Companion animal knowledge, attachment and pet cat care and their associations with household demographics for residents of a rural Texas town. **Preventive Veterinary Medicine**, v. 94, n. 3–4, p. 251–263, 2010.

SALMAN, M. D. et al. Human and animal factors related to relinquishment of dogs and cats in 12 selected animal shelters in the United States. **Journal of Applied Animal Welfare Science**, v. 1, n. 3, p. 207–226, 1998.

SCARLETT, J. M. et al. Reasons for relinquishment of companion animals in U.S. animal shelters: Selected health and personal issues. **Journal of Applied Animal Welfare Science**, v. 2, n. 1, p. 47–57, 1999.

SHERMAN, B. L.; SERPELL, J. A. Training veterinary students in animal behavior to preserve the human-animal bond. **Journal of veterinary medical education**, v. 35, n. 4, p. 496–502, 2008.

SHORE, E. R.; RILEY, M. L.; DOUGLAS, D. K. Pet owner behaviors and attachment to yard versus house dogs. **Anthrozoos**, v. 19, n. 4, p. 325–334, 2006.

SIDEBOTHAM, P.; HERON, J. Child maltreatment in the “children of the nineties”: A cohort study of risk factors. **Child Abuse and Neglect**, v. 30, p. 497–522, 2006.

SILVA, E. P. et al. Incidence and risk factors for intimate partner violence during the postpartum period. **Revista de Saude Publica**, v. 49, n. 46, p. 1–9, 2015.

SLACK, K. S. et al. Risk and protective factors for child neglect during early childhood: A cross-study comparison. **Children and Youth Services Review**, v. 33, p. 1354–1363, 2011.

VAUGHN, M. G. et al. Correlates of cruelty to animals in the United States: Results from the national epidemiologic survey on alcohol and related conditions. **Journal of Psychiatric Research**, v. 43, p. 1213–1218, 2009.

VERMEULEN, H.; ODENDAAL, J. S. J. Proposed Typology of Companion Animal Abuse. **Anthrozoos: A Multidisciplinary Journal of The Interactions of People & Animals**, v. 6, n. 4, p. 248–257, 1993.

VIEIRA, L. J. E. D. S. et al. Fatores de risco para violência contra a mulher no contexto doméstico e coletivo. **Saude e Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 113–125, 2008.

WALTON-MOSS, B. J. et al. Risk factors for intimate partner violence and associated injury among urban women. **Journal of Community Health**, v. 30, n. 5, p. 377–389, 2005.

WATT, S. L.; WARAN, N. K. Companion animal cruelty : Who are the offenders ? **Applied Animal Behaviour Science**, v. 35, n. 3, p. 295–296, 1993.

WILLIAMS, V. M. et al. Animal abuse and family violence: survey on the recognition of animal abuse by veterinarians in New Zealand and their understanding of the correlation between animal abuse and human violence. **New Zealand veterinary journal**, v. 56, n. 1, p. 21–28, 2008.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **WHO Global Consultation on Violence and Health. Violence: a public health priority**. Geneveva. 1996.

YANG, M. Y.; MAGUIRE-JACK, K. Predictors of basic needs and supervisory neglect: evidence from the Illinois families study. **Children and Youth Services Review**, v. 67, p. 20–26, 2016.

YIMER, E. et al. Study on knowledge, attitude and dog ownership patterns related to rabies prevention and control in Addis Ababa, Ethiopia. **Ethiopian Veterinary Journal**, v. 16, n. 2, p. 27–39, 2012.

5. O MÉDICO VETERINÁRIO COMO AGENTE NA IDENTIFICAÇÃO DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA

RESUMO

O conceito da saúde única reconhece os determinantes sociais como fatores que estão relacionados com a ocorrência das diferentes doenças. Não obstante, estes são pouco considerados nos programas da promoção da saúde. Os médicos veterinários são agentes fundamentais na proteção do bem-estar e a saúde das pessoas e dos animais. Porém, sua função na identificação dos problemas socioeconômicos não tem sido abordada. O presente estudo avaliou o papel dos médicos veterinários na detecção de famílias vulneráveis e definiu quais indicadores contribuíram para sua identificação. Durante as vistorias de maus-tratos aos animais de companhia, os funcionários da Seção de Defesa e Proteção Animal (SEDEA) têm a oportunidade de acessar ao ambiente da família. Desta forma, foram incluídas perguntas demográficas na rotina das fiscalizações para conhecer o perfil dos tutores dos cães e gatos. A suspeita da ocorrência de vulnerabilidade também foi registrada. Quarenta e cinco casos com presença (n=30) e ausência (n=15) de vulnerabilidade foram encaminhados à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) para sua avaliação. Os indicadores que contribuíram para a identificação de pessoas vulneráveis estiveram baseados tanto no relato dos membros da família ou comunidade, quanto na visualização do ambiente familiar. A dificuldade financeira foi a vulnerabilidade de maior prevalência. Os coeficientes Kappa de Cohen mostraram uma concordância substancial entre os casos encaminhados e a confirmação dos mesmos. Aproximadamente a metade das famílias vulneráveis (41,6%) não estavam recebendo assistência prévia pela SEMAS. Os animais encontravam-se em maus-tratos em todas as famílias que já estavam recebendo acompanhamento pela SEMAS. Os resultados confirmam a capacidade dos médicos veterinários para detectar vulnerabilidade socioeconômica. Desta forma, esse profissional deveria ser inserido nas ações intersetoriais que abordam as questões sociais. Do mesmo modo, destaca-se a necessidade de que as instituições da assistência social incluam os animais de companhia nas avaliações sociais.

Palavras-Chave: Determinantes socioeconômicos da saúde. Visita domiciliar. Assistência social. Ação intersetorial

ABSTRACT

The concept of one health recognizes that the social determinants are related to the occurrence of different diseases. However, these factors are little considered in health promotion programs. Veterinarians are key agents in the protection of well-being and health of people and animals. However, its role in identifying socioeconomic problems has not been addressed. This study evaluated the veterinarians' role in the detection of vulnerable families and determined which indicators contributed to their identification. During pet abuse inspections, officials of Seção de defesa e proteção animal (SEDEA) have the opportunity to know the social and family environment. So, demographic questions are included in the routine of inspections to know the profile of dogs and cats' owners. The suspicion of vulnerability was also recorded. Forty-five cases with presence (n=30) and absence (n=15) of vulnerability were sent to Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMMAS) for verification. The indicators that contributed to identification of vulnerability were based on reports of the family members or the community, as well as on the visualization of social and family environment. Financial difficulty was the most prevalent vulnerability. Cohen's Kappa coefficients showed a substantial agreement between the referred cases and their confirmation. Almost half of all cases (41.6%) had not previously received assistance of SEMMAS. In all cases involving families that were already being assisted by SEMMAS, the animals were in maltreatment condition. The results confirm the veterinarians' ability to detect socioeconomic vulnerability. In this way, this professional should be included in the intersectoral actions that address social issues. Similarly, the need for human protection institutions to include pets in social assessments is highlighted.

Key words: Socioeconomic determinants of health. Home visit. Social work. Intersectoral action.

5.1. INTRODUÇÃO

O conceito da saúde única reconhece a importância da associação entre a saúde humana e animal e o meio ambiente (MARDONES et al., 2016), além dos benefícios que a realização de um controle integral das doenças traz para a saúde pública (BAUM et al., 2017). Atualmente essa visão é mais ampla e incorpora dentro de suas preocupações alguns determinantes sociais, culturais e políticos que contribuem à iniquidade em saúde, como é a vulnerabilidade socioeconômica (SCHELLING et al., 2005; BUSS; FILHO, 2007; BAUM et al., 2017). Neste contexto, aceita-se que as condições de vida dos indivíduos e das populações estejam relacionadas aos fatores de risco dos diversos problemas da saúde (BUSS; FILHO, 2007).

A condição de vulnerabilidade, que limita a autodeterminação e a capacidade de atuação das pessoas (LEÓN, 2011; MALAGÓN, 2015), é um fator relevante que favorece a ocorrência de doenças (BUSS; FILHO, 2007). Desta forma, políticas que beneficiem o progresso social são ferramentas indispensáveis na promoção da saúde (CHUNG et al., 2016). Porém, ainda são escassas as abordagens que incluam a influência dos contextos socioeconômicos na prevenção e controle das enfermidades.

Um dos eixos centrais da saúde única é incentivar a participação e inclusão da medicina veterinária, como a profissão que com seus conhecimentos pode articular a saúde humana, animal e ambiental (PAPPAIOANOU, 2004; MARDONES et al., 2016). Médicos veterinários têm a responsabilidade de proteger e promover o bem-estar das pessoas e dos animais, incluindo sua saúde (PAPPAIOANOU, 2004; SCHELLING et al., 2005; MARDONES et al., 2016). As funções deste profissional vão além de prevenir e controlar a disseminação de doenças transmissíveis (PAPPAIOANOU, 2004; OSBURN; SCOTT; GIBBS, 2009). Porém, a população geral, assim como os profissionais das outras áreas têm uma visão limitada sobre o papel relevante que cumprem os médicos veterinários na sociedade (SVOBODA; JAVOROUSKI, 2011).

As atribuições da medicina veterinária se encontram diretamente influenciadas pelas mudanças nas dinâmicas sociais, no conceito de saúde e nas interações dos seres humanos com os animais (FARACO, 2008; OSBURN; SCOTT; GIBBS, 2009; ZINSSTAG et al., 2011). As habilidades, os conhecimentos

e os recursos desta área se devem adaptar à complexidade dos problemas globais (MARABELLI, 2003). No Brasil, assim como na maioria dos países, dentro da saúde pública o campo deste profissional restringe-se principalmente à vigilância sanitária e epidemiológica (SVOBODA; JAVOROUSKI, 2011). Poucas ou nulas são as ações que os médicos veterinários realizam no contexto social (HERNANDEZ et al., 2009). A interação dos seres humanos com os animais é um aspecto fundamental que dá sentido à atuação da profissão veterinária e não se limita à disseminação de doenças, (FARACO, 2008). Os tutores e seus animais podem compartilhar os mesmos riscos sociais, afetando o bem-estar de todas as espécies envolvidas (BOAT; KNIGHT, 2001; DEGUE; DILILLO, 2009). Desta forma, cabe aos médicos veterinários contribuir à preservação de um equilíbrio harmônico nessa relação (FARACO, 2008; SHERMAN; SERPELL, 2008), tendo a obrigação de obrigação de identificar os fatores familiares, sociais e culturais, que afetam negativamente este vínculo.

Os profissionais da área da medicina veterinária participam de programas sanitários e ambientais, que lhes permitem conhecer o entorno familiar e detectar situações de vulnerabilidade socioeconômica. A identificação, orientação e o encaminhamento dos casos de vulnerabilidade facilitam o acesso dos indivíduos afetados aos programas sociais, promovendo desta forma o bem-estar das famílias e de seus animais. Neste sentido, objetivou-se com o presente trabalho determinar se os médicos veterinários conseguem identificar a vulnerabilidade socioeconômica; e definir quais indicadores contribuem para detecção de vulnerabilidade durante as vistorias de maus-tratos aos animais.

5.2. MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo foi desenvolvido na Seção de Defesa e Proteção Animal (SEDEA) da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Pinhais (SEMMA), Paraná, entre o mês de abril e dezembro de 2016. A coleta de dados foi realizada durante as vistorias de maus-tratos aos animais do município. Os quatro Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) do mesmo município colaboraram com o desenvolvimento da pesquisa.

5.2.1. SELEÇÃO DE INDICADORES DE VULNERABILIDADE

Reuniões entre os funcionários da SEDEA, da SEMAS e as pesquisadoras foram realizadas para aproximar os setores envolvidos no projeto, assim como para determinar os possíveis indicadores que poderiam contribuir à detecção de vulnerabilidade durante as vistorias de maus-tratos aos cães e gatos. Dessa forma, considerando as orientações dadas pelos assistentes sociais e as recomendações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2012), as pesquisadoras propuseram uma série de indicadores para guiar os médicos veterinários na suspeita de vulnerabilidade (TABELA 13).

TABELA 13. PROPOSTA DE INDICADORES A SER AVALIADOS PELOS MÉDICOS VETERINÁRIOS DURANTE AS VISTORIAS DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS DE COMPANHIA PARA DETECÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA.

Tipo de Vulnerabilidade	Indicador
Econômica	Desorganização e descuido na manutenção predial. Impossibilidade de construir barreira física. Acúmulo de lixo e entulhos. Relato de desemprego da maioria dos membros da família.
Violência	Relato de possuir dificuldades para sustentar a família. Criança (pessoa até 12 anos de idade) sozinha em casa. Relato de violência dos membros da família ou pessoa da comunidade. Família com deficientes físicos ou mentais que não esteja recebendo os cuidados necessários. Suspeita de agressão intencional aos animais de companhia dentro do ambiente familiar.
Abuso de substâncias	Relato de abuso de drogas ou álcool.
Fragilização de vínculo	Relato de desentendimentos familiares

FONTE: O autor (2017)

Devido à complexidade dos problemas sociais, durante o desenvolvimento do estudo, outros indicadores que contribuíram à suspeita de vulnerabilidade foram incluídos. Desse modo, os médicos veterinários tiveram a oportunidade de relatar qualquer aspecto que consideraram relevante nos registros da coleta de dados.

Para fins da pesquisa, entende-se por vulnerabilidade como qualquer situação de dependência na qual podem estar pessoas ou grupos sociais, que coloca em risco a autodeterminação e a livre eleição em seus ideais de vida e seu desenvolvimento, negando o exercício efetivo de direitos (LEÓN, 2011; MALAGÓN, 2015). Pretendeu-se identificar os seguintes tipos de vulnerabilidade:

- Econômica: famílias com dificuldades para prover o sustento dos seus membros (MDS, 2012).

- Violência: uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, ou outra pessoa da família que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação (WHO, 1996). Neste grupo foram incluídas a violência por parceiro íntimo contra a mulher, abuso de crianças, idosos ou pessoa com deficiência e a autonegligência.
- Abuso de substâncias: abuso de drogas ou álcool por parte de algum dos membros da família.
- Fragilização de vínculos familiares: desconstrução de vínculos afetivos e relacionais na família que pode gerar a não proteção de seus membros, sem ser considerada como uma situação de violência (GOMES; PEREIRA, 2005; MIOTO; SILVA; SILVA, 2007; MDS, 2012). Nesta categoria foram consideradas as situações de discriminação de algum membro da família, a ausência de apoio afetivo ou evidência de desentendimentos entre parentes próximos que limitem a autonomia dos tutores dos animais.

5.2.2. COLETA DE DADOS

A coleta de informações sobre o perfil socioeconômico dos tutores de cães e gatos foi inserida dentro da rotina das vistorias de maus-tratos realizadas pela SEDEA (APÊNDICE B). Os médicos veterinários fiscais, os médicos veterinários residentes e a pesquisadora principal foram os responsáveis pelo preenchimento da ficha de coleta. A pesquisadora acompanhou cada uma das pessoas responsáveis pelas fiscalizações pelo menos uma vez para fornecer as orientações necessárias. Além disso, pelo menos um funcionário que participou das reuniões realizadas junto com a assistência social sempre estava presente na coleta de dados.

A obtenção das informações sobre a presença de vulnerabilidade nos tutores dos animais de companhia foi dividida em duas partes, sendo a primeira a realização de perguntas aos moradores do domicílio sobre o ambiente familiar. Maus-tratos aos animais é um crime no Brasil (BRASIL, 1998). Logo, as pessoas podem omitir ou proporcionar dados errôneos principalmente sobre sua situação

econômica. Optou-se, portanto, usar questionamentos que abordassem indiretamente a condição socioeconômica e que também gerassem o mínimo constrangimento para os respondentes. As informações registradas foram: número, gênero, idade e grau de escolaridades dos moradores; situação empregatícia ou recebimento de aposentadoria das pessoas de mais de 18 anos.

Na segunda parte, os médicos veterinários categorizaram a família segundo sua condição de vulnerabilidade e realizaram a descrição dos motivos da classificação. O detalhamento da situação esteve composto pelas particularidades observadas pelos responsáveis das fiscalizações, assim como pelos aspectos relevantes relatados pelos tutores dos animais durante o transcurso da vistoria.

5.2.3. CONFIRMAÇÃO DOS CASOS COM SUSPEITA DE VULNERABILIDADE

Com a orientação e o acompanhamento da pesquisadora principal, trinta casos com suspeita de vulnerabilidade foram encaminhados à SEMAS (APÊNDICE C), sendo priorizadas as ocorrências de violência ou abuso de substâncias. Os casos de dificuldades econômicas, foram encaminhados quando nos domicílio residiam duas ou mais pessoas sem que estivessem recebendo ajuda financeira de outros membros da família. Referente às situações de fragilização de vínculos sem a detecção de outra vulnerabilidade, foram encaminhadas somente quando os tutores dos animais não possuíam nenhum tipo de vínculo afetivo com algum membro da família ou sua comunidade. Um relatório com a descrição de cada caso retornava à SEDEA.

A SEMAS aceitou verificar no máximo 30 casos com vulnerabilidade familiar. A confirmação foi realizada por meio de uma visita domiciliar, feita pelos funcionários do CRAS responsável pela região. Nos casos em que a visita não foi possível, pela não disponibilidade da família para receber os assistentes sociais, ou pela impossibilidade de contatar os moradores do domicílio após várias tentativas, a vulnerabilidade foi constatada usando os registros de armazenamento de dados da SEMAS. O WINsocial é um sistema informatizado que contém as informações dos núcleos familiares participantes dos programas sociais, detalhando a situação social e econômica dos mesmos, além dos benefícios que as pessoas cadastradas têm recebido. Quando a família, no momento do encaminhamento, estava sob acompanhamento da SEMAS, a vulnerabilidade também foi confirmada por meio

dos registros. Os casos nos quais os assistentes sociais não detectaram a situação de vulnerabilidade, mas os médicos veterinários tinham certeza da veracidade da presença do problema, foram classificados como confirmados.

5.2.4. CONFIRMAÇÃO DOS CASOS SEM SUSPEITA DE VULNERABILIDADE

Durante as vistorias de maus-tratos realizadas pela SEDEA, são avaliadas as condições de manutenção dos animais alvo da fiscalização, registrando as falências nos cuidados ofertados aos mesmos. Com a finalidade de determinar a viabilidade da detecção de vulnerabilidade realizada pelos médicos veterinários, também foram encaminhados situações de famílias sem vulnerabilidade à SEMAS. Assim, foram selecionados os casos nos quais os animais tiveram um grau de bem-estar muito baixo, determinado por meio da aplicação de uma versão modificada do Protocolo de Perícia em Bem-estar para o Diagnóstico de Maus-tratos aos Animais de Companhia (PPBEA) (HAMMERSCHMIDT; MOLENTO, 2014), nas informações contidas nos registros da SEDEA.

Optou-se por tomar como critério o diagnóstico de bem-estar animal muito baixo, por indicar um alto nível de deficiência nos cuidados fornecidos aos cães e gatos (HAMMERSCHMIDT; MOLENTO, 2014), podendo estar relacionado a uma condição de vulnerabilidade não detectada. A alta demanda de trabalho da SEMAS inviabilizou a realização de uma visita domiciliar nos casos sem vulnerabilidade. Por esse motivo a não presença de vulnerabilidade foi confirmada quando os tutores dos animais não tiveram nenhum tipo de registro que indicasse acompanhamento ou participação de algum membro da família nos programas sociais da SEMAS. Foram encaminhados 15 casos sem suspeita de vulnerabilidade no total.

5.2.5. ANÁLISE DE DADOS

Comparações entre a suspeita por auto-relatos e as visualizações de casos com dificuldades econômicas e outros tipos de vulnerabilidade foram realizadas mediante o teste de Fisher ou qui-quadrado. A concordância entre os casos com e sem suspeita de vulnerabilidade com sua respectiva confirmação foi analisada usando o coeficiente Kappa de Cohen. As análises foram realizadas no programa IBM SPSS Statistics 19.

5.3. RESULTADOS

5.3.1. IDENTIFICAÇÃO DE CASOS COM VULNERABILIDADE

A SEDEA avaliou a situação socioeconômica dos moradores em 119 vistorias de maus-tratos aos animais desde abril até dezembro de 2016. Houve suspeita de algum tipo de vulnerabilidade em 44 fiscalizações. Em 90,9% (n= 40) dos casos identificados, os animais estiveram em situação de maus-tratos. A dificuldade econômica foi a vulnerabilidade mais frequentemente detectada. Em 13 casos (39,4%) das 33 famílias com problemas financeiros, também houve suspeita de outro tipo de limitação sociofamiliar. A descrição do tipo de vulnerabilidade identificada no total de situações examinadas e no número de casos encaminhados encontra-se na TABELA 14.

TABELA 14. CLASSIFICAÇÃO DOS CASOS DE ACORDO AO TIPO DE VULNERABILIDADE IDENTIFICADA PELOS MÉDICOS VETERINÁRIOS DA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL (SEDEA) DE PINHAIS, PR.

Tipo de vulnerabilidade	Casos com suspeita*		Casos encaminhados*	
	N	%	N	%
Econômica	33	75	23	52,3
Violência	13	29,5	12	92,3
Abuso de substâncias	4	9,1	3	75
Fragilização de vínculos familiares	11	25	8	72,7
Vulnerabilidade geral	44	100	30	68,2

* Uma família poderia ter mais do que um tipo de vulnerabilidade resultando em uma porcentagem acumulativa total maior que 100%.

As frequências dos tipos de vulnerabilidade foram obtidas sob um valor total de 44 casos.

FONTE: O autor (2017)

Os indicadores que levaram os médicos veterinários da SEDEA a suspeitar de vulnerabilidade encontram-se na TABELA 15. Observa-se que os profissionais da SEDEA relataram alguns indicadores diferentes dos propostos pelas pesquisadoras. Desta forma, foram consideradas tanto as informações fornecidas pelos tutores ou pessoas próximas às famílias, quanto os fatores observados no contexto ambiental ou familiar.

TABELA 15. INDICADORES RELATADOS PELOS MÉDICOS VETERINÁRIOS DA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL (SEDEA) DE PINHAIS, PR, PARA AVALIAÇÃO DE VULNERABILIDADE FAMILIAR DURANTE AS FISCALIZAÇÕES DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS.

Tipo de vulnerabilidade	Indicador	Frequência	
		N	%
Econômica	Desorganização e descuido na manutenção predial	11	25
	Acúmulo de entulhos	13	29,5
	Ambiente insalubre	13	29,5
	Relato de impossibilidade de construir barreira física	10	22,7
	Relato de desemprego da metade ou maioria das pessoas adultas	14	31,8
	Relato de possuir dificuldades para sustentar a família e os animais	15	34,1
	Família beneficiária dos programas da assistência social	9	20,4
Violência	Criança (pessoa até 12 anos de idade) sozinha em casa	1	2,3
	Pessoa com considerável deficiência física ou mental sozinha em casa	2	4,5
	Idoso em moradia insalubre com evidente ausência de autocuidado	1	2,3
	Evidência de medo da pessoa que acompanhou a fiscalização frente à reação do denunciado.	3	6,8
	Comportamento agressivo ou intimidador do denunciado	3	6,8
	Relato da existência de violência	9	20,4
	Evidente falta de cuidados fornecidos às crianças da moradia	1	2,3
Abuso de drogas ou álcool	Suspeita de agressão intencional aos animais	2	4,5
	Acúmulo de recipientes de bebida alcoólica na residência	1	2,3
	Visualização de uma pessoa sob os efeitos do álcool em mais de uma ocasião	1	2,3
Fragilização de vínculos familiares	Relato de abuso de álcool ou drogas	3	6,8
	Relato de ausência de vínculos ou desentendimentos familiares	11	25

FONTE: O autor (2017)

Os relatos dos tutores dos animais ou de alguma pessoa da comunidade foram fundamentais para a suspeita de vulnerabilidade. Dessa forma, os indicadores baseados nas informações expostas pelas pessoas tiveram as mais altas prevalências para cada uma das categorias. A TABELA 16 mostra a distribuição dos casos de vulnerabilidade segundo os motivos que contribuíram à sua identificação.

TABELA 16. DISTRIBUIÇÃO DOS CASOS COM VULNERABILIDADE DETECTADOS PELA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL (SEDEA) DE PINHAIS, PR, POR TIPO E MOTIVO PARA A SUSPEITA.

Tipo de vulnerabilidade	Motivos para a suspeita			
	Relato*		Visualização do ambiente/ entorno familiar*	
	N	%	N	%
Econômica	32	72,7	22	50
Violência	9 ^a	20,4	9	20,4
Abuso de Substâncias	3 ^a	6,8	2	4,5
Fragilização de vínculos	11	25	0	0
Vulnerabilidade geral	41	93	28	63,6

* Uma família poderia ter mais do que um tipo de vulnerabilidade resultando em uma porcentagem acumulativa total maior que 100%.

As frequências dos tipos de vulnerabilidade foram obtidas sob um valor total de 44 casos.

FONTE: O autor (2017)

Dificuldades financeiras foram reportadas em 72,7% (n=32) dos 44 casos com suspeita de vulnerabilidade. Em 45,4% (n=20) do total de casos com suspeita de algum tipo de vulnerabilidade, as pessoas relataram aos funcionários da SEDEA problemas diferentes à situação econômica. Em dois casos (4,5%) dos 44 analisados, pessoas não integrantes do núcleo familiar responsável pelos animais, aproximaram-se dos profissionais durante as fiscalizações e manifestaram sua preocupação com os cães e gatos alvos da vistoria, fornecendo informação sobre os tutores dos mesmos. Um dos casos foi uma situação de violência, relativo a negligência de crianças e outro de abuso de drogas e álcool referente ao denunciado. Quando foi realizada comparação entre os grupos suspeita de vulnerabilidade econômica (n=33) e suspeita de outro tipo de vulnerabilidade (n=24), nos 44 casos analisados, os tutores dos animais foram mais propensos a fazer auto-relato de dificuldades financeiras (n= 32, 97%) que de outros tipos de problemas (n=18, 75%) no contexto familiar ($p=0,034$).

As visitas domiciliares permitiram aos funcionários da SEDEA acessar o ambiente familiar. Dessa forma, em 63,6% (n=28) dos casos, os médicos veterinários relataram ter observado alguma situação que levantou a suspeita da presença de vulnerabilidade socioeconômica durante as fiscalizações de maus-tratos (TABELA 16). Os indicadores observacionais mais frequentemente detectados estiveram relacionados com a vulnerabilidade econômica, fazendo referência ao ambiente sanitário e à infraestrutura da moradia. A FIGURA 8 ilustra alguns casos de moradias caracterizadas pela desorganização e descuido na

manutenção predial identificadas durante as fiscalizações de maus-tratos aos animais.

FIGURA 8. ILUSTRAÇÃO COMPARATIVA DE MORADIAS COM (A) E SEM (B) DESORGANIZAÇÃO E DESCUIDO NA MANUTENÇÃO PREDIAL IDENTIFICADAS DURANTE AS VISTORIAS DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS REALIZADAS PELA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL (SEDEA) DE PINHAIS, PR.



A) Moradias desorganizadas

B) Moradias organizadas

FONTE: SEDEA (2017)

Ao realizar comparação entre o número de vezes que os veterinários identificaram um indicador observacional do contexto econômico ($n=22$, 66,7%), com o número de vezes que visualizaram um aspecto de outro tipo de vulnerabilidade ($n=11$, 45,8%), não houve diferença estatística significativa ($p=0,116$). A FIGURA 9 exemplifica casos caracterizados por um ambiente insalubre com acúmulo de lixo e entulho.

FIGURA 9. ILUSTRAÇÃO DE CASOS CARACTERIZADOS POR UM AMBIENTE INSALUBRE COM ACÚMULO DE LIXO E ENTULHO IDENTIFICADOS DURANTE AS VISTORIAS DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS REALIZADAS PELA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL (SEDEA) DE PINHAIS, PR.



FONTE: SEDEA (2017)

A detecção de fragilização de vínculos centrou-se unicamente nos relatos, sendo que nenhum indicador observacional desse tipo de vulnerabilidade foi detectado. Em 20,4% ($n=9$) e 4,5% ($n=2$) do total de famílias classificadas como vulneráveis ($n=44$), a visualização do entorno familiar contribuiu com a suspeita de violência e abuso de substâncias respectivamente (FIGURA 10).

FIGURA 10. ILUSTRAÇÃO QUE EXEMPLIFICA ALGUNS INDICADORES QUE CONTRIBUÍRAM COM A SUSPEITA DE VIOLÊNCIA (A) E DE ABUSO DE SUBSTÂNCIAS (B) DURANTE AS VISTORIAS DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS REALIZADAS PELA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL (SEDEA) DE PINHAIS, PR.



A) Caso suspeito de violência (Negligência)

B) Caso suspeito de abuso de substâncias

FONTE: SEDEA (2017)

5.3.2. CONFIRMAÇÃO DOS CASOS COM E SEM VULNERABILIDADE

Um total de 30 encaminhamentos para a SEMAS com suspeita de vulnerabilidade foram realizados. Durante a visita domiciliar realizada pela SEMAS, as famílias não foram consideradas vulneráveis em quatro casos (13,3%), pois as famílias não eram vulneráveis, pois em três foram descartadas a situação de dificuldades financeiras e em um a condição de violência. Os indicadores que levaram à suspeita de problemas socioeconômicos nestes casos foram relatos e observação (50%, n=2), unicamente relatos (25%, n=1) ou só observação (25%, n=1). Em duas oportunidades (6,7%) a confirmação foi inconclusiva. Referente aos encaminhamentos sem vulnerabilidade, em nenhum foi encontrado registro de acompanhamento ou participação nos programas sociais da SEMAS. Em seis casos (20%) com suspeita de vulnerabilidade os funcionários da SEMAS identificaram outro tipo de problemas socioeconômicos não detectados pelos médicos veterinários durante as fiscalizações.

Na maioria (95,8%, n=23) dos casos com confirmação da condição de vulnerabilidade os animais encontravam-se em situação de maus-tratos. Na TABELA 17 pode ser observada a distribuição da classificação final por tipo de vulnerabilidade após a avaliação da SEMAS e a presença de maus-tratos aos animais.

TABELA 17. DISTRIBUIÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FINAL POR TIPO DE VULNERABILIDADE APÓS A AVALIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMAS) DE PINHAIS, PR, E A PRESENÇA DE MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS.

Tipo de Vulnerabilidade	Maus-tratos aos animais					
	Sim		Não		Total ^{*a}	
	N	%	N	%	N	%
Econômica	19	95	1	5	20	83,3
Violência	10	100	0	0	10	41,7
Abuso de substâncias	1	100	0	0	1	2,3
Fragilização de vínculos	8	88,9	1	11,1	9	37,5
Vulnerabilidade geral	23	95,8	1	4,2	24	100

* Uma família poderia ter mais do que um tipo de vulnerabilidade resultando em uma porcentagem acumulativa total maior que 100%.

^aAs frequências dos tipos de vulnerabilidade foram obtidas sob um valor total de 24 casos confirmados.

FONTE: O autor (2017)

A TABELA 18 mostra a distribuição da confirmação dos casos de vulnerabilidade identificados pelos médicos veterinários e os valores do Coeficiente de Kappa. Notam-se taxas superiores a 60%, mostrando uma concordância substancial para todos os tipos de vulnerabilidade. A categoria dificuldade econômica apresentou uma taxa superior a 80%, evidenciando uma concordância quase perfeita. O abuso de substância teve uma concordância perfeita.

TABELA 18. DISTRIBUIÇÃO DA CONCORDÂNCIA ENTRE A SUSPEITA E CONFIRMAÇÃO DOS CASOS DE VULNERABILIDADE IDENTIFICADOS PELOS MÉDICOS VETERINÁRIOS DA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL (SEDEA) E ENCAMINHADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMAS) DE PINHAIS, PR, E OS RESPECTIVOS VALORES DO COEFICIENTE DE KAPPA.

Suspeita de vulnerabilidade	Casos						Valor Kappa
	Concordância		Não Concordância		Inconclusivos		
	N	%	N	%	N	%	
Econômica							
Sim	19	82,6	3	13	1	4,4	0,81
Não	21	95,5	1	4,5	0	0	
Violência							
Sim	8	66,7	1	8,3	3	25	0,79
Não	30	90,9	2	6,1	1	3	
Abuso de substâncias							
Sim	1	33,3	0	0	2	66,7	1
Não	41	97,6	0	0	1	2,4	
Fragilização de vínculos							
Sim	6	75	1	12,5	1	12,5	0,69
Não	34	91,9	3	8,1	0	0	
Total							
Sim	24	80	4	13,3	2	6,7	0,81
Não	15	100	0	0	0	0	

FONTE: O autor (2017)

5.3.3. BENEFÍCIOS PARA AS PESSOAS E ANIMAIS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Dos 24 casos com confirmação de vulnerabilidade, aproximadamente a metade (41,7%, n=10) não tinha recebido nenhum tipo de acompanhamento prévio pela SEMAS. Em todas as famílias (n=14) que já participavam dos programas sociais os animais de companhia estiveram em condição de maus-tratos. A maioria das famílias vulneráveis (87,5%, n=21) já estavam recebendo acompanhamento das instituições da assistência social ou tiveram a oportunidade de acessá-los e conhecê-los. Referente aos animais de companhia, a SEDEA desenvolveu uma postura mais assistencialista. Neste sentido, os cães e gatos foram inseridos como casos prioritários nos programas de castração e adoção, assim como em outras atividades desenvolvidas para melhorar a qualidade de vida de todos os indivíduos envolvidos (FIGURA 11).

FIGURA 11. ILUSTRAÇÃO DA CONDUTA ASSISTENCIALISTA DA SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL (SEDEA) DE PINHAIS, PR, REFERENTE AOS CASOS COM VULNERABILIDADE SOCIAL. A) MORADIA ANTES DA INTERVENÇÃO B) MORADIA APÓS DA INTERVENÇÃO.



A) Moradia insalubre (fezes acumuladas)

B) Processo de limpeza do ambiente

5.4. DISCUSSÃO

Dentro das responsabilidades da profissão veterinária encontram-se a promoção do bem-estar humano e animal (PAPPAIOANOU, 2004; SCHELLING et al., 2005; MARDONES et al., 2016). Desta forma, os médicos veterinários frequentemente participam de programas, especialmente relacionados com a saúde pública e o bem-estar animal, que lhes permitem adentrar o ambiente e o contexto social da família. Porém, a participação deste profissional na identificação e prevenção de problemas socioeconômicos tem sido escassamente estudada e considerada. Sabe-se que as visitas domiciliares oferecem aos profissionais das diferentes áreas uma oportunidade única para detectar diversos fatores de risco que afetam a saúde humana (ABBEY, 2009; DRULLA et al., 2009; CHUNG et al., 2016). No presente estudo, as fiscalizações permitiram aos médicos veterinários da SEDEA, não só visualizar as condições de manutenção dos cães e gatos, mas também acessar às situações de vulnerabilidade nas quais encontravam-se seus tutores.

Os questionamentos referentes ao grau de escolaridade contribuíram para a obtenção de informação relativa a frequência de comparecimento de crianças e adolescentes a escola. Igualmente, indagar sobre a situação de emprego ou aposentadoria permitiu acessar à condição econômica da família, além de conhecer a presença de uma pessoa com deficiência física ou mental, principalmente nas situações em que esta limitasse sua capacidade laboral. Por outro lado, observou-se que o fato de se realizar perguntas relacionadas com a família, e não unicamente com os animais, acompanhado de uma abordagem mais assistencialista por parte dos funcionários da SEDEA, permitiu aos tutores dos animais ter a confiança e a oportunidade de compartilhar suas dificuldades com os médicos veterinários. Desta forma, em um número considerável de casos, os membros do núcleo familiar relataram alguma situação que indicou vulnerabilidade. Isto comprova que uma abordagem indireta baseada no perfil dos tutores contribui para a identificação de problemas socioeconômicos.

Alguns estudos sobre a detecção dos determinantes sociais da saúde, ressaltam tanto a importância de abordar o tema com perguntas indiretas que permitam às famílias explicar suas preocupações, como a demonstração do interesse em ajudar nas resoluções dos problemas, por parte dos profissionais

(MCCORD-DUNCAN et al., 2006; CHUNG et al., 2016). Especificamente em casos de violência doméstica, as mulheres sentem-se mais confortáveis para discutir este crime com os profissionais da saúde, quando os mesmos realizam questionamentos gerais sobre seu relacionamento com seu parceiro íntimo e não quando é perguntado diretamente se ela já foi abusada física e sexualmente por seu esposo (MCCORD-DUNCAN et al., 2006).

Encontrou-se que os tutores dos animais foram mais propensos a relatar dificuldades econômicas que outros tipos de problemas no contexto familiar, possivelmente por este fato estar diretamente relacionado com os cuidados fornecidos aos animais. Assim, os problemas financeiros foram usados comumente como justificativa da condição de negligência dos cães e gatos. Em quase todos os casos com relato de vulnerabilidade econômica, os animais estiveram em maus-tratos. Estudos sobre a negligência infantil mostraram que nas famílias de baixa renda existe uma maior dificuldade para suprir as necessidades básicas das crianças (GERSHOFF et al., 2007; CHUNG et al., 2016). Um estudo realizado em Curitiba, Paraná, uma cidade limítrofe do município de Pinhais, relatou uma alta distribuição de casos de abuso e negligência de crianças e adolescentes nas regiões caracterizadas por uma baixa renda familiar (FRANZIN et al., 2014). Contrário aos estudos sobre os fatores de risco para abuso infantil, a condição econômica como um fator importante nos maus-tratos aos animais de companhia não tem sido investigado. Porém, considerando que esses indivíduos compartilham os mesmos riscos sociais e ambientais que seus tutores (BOAT; KNIGHT, 2001; DEGUE; DILILLO, 2009), as dificuldades financeiras poderiam ser um aspecto relevante para melhorar o bem-estar dos cães e gatos.

Pesquisas têm encontrado que os problemas econômicos são um fator de risco que influencia a ocorrência de outros tipos de vulnerabilidades sociais como a violência e o abuso de substâncias (SLACK, 2004; GERSHOFF et al., 2007; OYUNBILENG et al., 2009; PINTO JUNIOR; CASSEPP-BORGES; SANTOS, 2015; CHUNG et al., 2016; YANG; MAGUIRE-JACK, 2016). Desta forma, é importante considerar que nas situações de vulnerabilidade econômica é imprescindível indagar sobre problemas sociais coocorrentes na família. Concordando com o anterior, nesta pesquisa, aproximadamente um terço das famílias com suspeita de dificuldades econômicas também apresentaram outro tipo de vulnerabilidade. É reconhecido que os diferentes tipos de violência doméstica, também acontecem em

lares sem dificuldades financeiras, embora tenha sido pouco estudado, é indispensável ressaltar que a subnotificação desse tipo de crime é maior nas famílias de alta renda (OLIVEIRA et al., 2014).. Desta forma, a ocorrência de violência familiar, incluindo os maus-tratos aos animais em lares sem condições de vulnerabilidade econômica deve ser estudada, abordada e inserida nas estratégias de prevenção e controle.

Apesar da maior prevalência de auto-relatos de dificuldades financeiras, não foi incomum que as pessoas reportassem aos funcionários da SEDEA outros tipos de problemas sociais. Igualmente, em duas oportunidades, pessoas não integrantes do núcleo familiar responsável pelos animais, aproximaram-se aos profissionais durante as fiscalizações e forneceram informação sobre a vulnerabilidade dos mesmos. Este fato sugere que os tutores dos animais e os membros da comunidade podem conceber os médicos veterinários ou funcionários da proteção animal como um interlocutor entre a comunidade e o governo para atendimento também de demandas sociais.

A intervenção dos médicos veterinários na vulnerabilidade social tem sido escassamente estudada. Porém, Hardesty et al. (2013) reportaram que 57,9% das mulheres vítimas de violência, durante as entrevistas concordaram com que reportariam a ocorrência deste crime aos médicos veterinários durante o atendimento clínico de seus animais, caso esse profissional mostrasse disposição para dialogar e mantesse a privacidade, abordando o tema na ausência de outras pessoas, principalmente, do possível abusador. Igualmente consideraram que estes profissionais poderiam ser um ator social intermediário para contatar às instituições que ajudam às pessoas vítimas de violência. Desenvolver ações intersetoriais que incluam aos médicos veterinários como promotores do bem-estar humano é importante, assim como considerar os animais de companhia como indicadores e vítimas dos problemas sociais.

Apesar do relato da vítima ou das pessoas próximas à mesma ser a forma mais sensível de identificar alguns tipos de vulnerabilidade como a violência (COOPER; SELWOOD; LIVINGSTON, 2008), o medo da retaliação do abusador e a vergonha são impedimentos para que as pessoas vulneráveis compartilhem suas preocupações ou realizem uma denúncia (FOGARTY; BURGE; MCCORD, 2002; GONZÁLEZ; ZINDER, 2009; WANDERBROOKE; MORÉ, 2013). Nesse sentido, a utilização de indicadores fundamentados na visualização do contexto ambiental e

familiar foram imprescindíveis na suspeita de situações de vulnerabilidade socioeconômica durante as fiscalizações de maus-tratos. Mesmo sem diferença estatística, os indicadores observacionais mais frequentemente detectados estiveram relacionados com a vulnerabilidade econômica, fazendo referência ao ambiente sanitário e à infraestrutura da moradia, possivelmente por serem os aspectos de mais fácil acesso e visualização. Porém, cabe ressaltar que em algumas oportunidades os médicos veterinários conseguiram visualizar situações que levantaram à suspeita da existência de violência e de abuso de substâncias no ambiente familiar.

Os problemas socioeconômicos são multidimensionais. Logo, para realizar uma adequada intervenção necessita-se da colaboração entre as instituições do governo, a academia e outros setores da sociedade (JONES; LOGAN-GREENE, 2016). Porém, raramente os médicos veterinários e os serviços da proteção animal são incluídos nos trabalhos intersetoriais que visam a resolução dos problemas sociais. Assim, por exemplo, apesar da relação entre os maus-tratos aos animais e a violência doméstica, as agências que protegem as pessoas e os animais trabalham de forma desarticulada (PEAK; ASCIONE; DONEY, 2012; LONG; KULKARNI, 2013). Em contrapartida, tradicionalmente é reconhecida a capacidade dos profissionais da saúde, da educação e da proteção social de identificar os diferentes tipos de vulnerabilidade socioeconômica como a violência (KOHL et al., 2005; KING; SCOTT, 2014; CHUNG et al., 2016). Os resultados deste estudo comprovaram que o médico veterinário tem a capacidade de detectar vulnerabilidade social. Dessa forma, os achados são de vital importância para inserir esse profissional nas ações intersetoriais que abordam as questões sociais.

A veracidade do relato de dificuldades financeiras foi confirmada na maioria das situações, ratificando a confiabilidade dos indicadores baseados nas informações fornecidas pelos tutores, acompanhados da visualização do ambiente familiar para detectar esta classe de vulnerabilidade. Referente aos outros tipos de vulnerabilidade, apesar da dificuldade em detectar situações de violência e da possível relutância das vítimas por denunciá-las (KOHL et al., 2005), os médicos veterinários conseguiram acessar e identificar situações de abuso. Assim, inclusive em algumas oportunidades os tutores dos animais que relataram os atos violentos durante as vistorias de maus-tratos aos cães e gatos, não falaram do tema com os funcionários da assistência social. Poucos casos de abuso de substâncias foram

identificados, sendo a concordância perfeita possivelmente relacionada a uma complexidade em detectar esse tipo de vulnerabilidade, tanto para os médicos veterinários quanto para os assistentes sociais.

Um número considerável de famílias vulneráveis não estava recebendo acompanhamento dos serviços sociais, mostrando que a detecção de vulnerabilidade por parte dos médicos veterinários e o respectivo encaminhamento dos casos contribuiu para o acesso dessas famílias aos programas sociais. Sabe-se que as comunidades com problemas financeiros possuem uma maior dificuldades em obter serviços governamentais, sendo imprescindível a busca ativa (KOHL et al., 2005). Igualmente a identificação precoce da vulnerabilidade é fundamental para a diminuição da gravidade das consequências geradas aos indivíduos envolvidos (DOUGLAS; MOHN, 2014).

Em um número representativo de casos com confirmação de vulnerabilidade, os animais de companhia se encontravam em situação de maus-tratos, inclusive nas famílias com acompanhamento prévio pela SEMAS. Nesse sentido, a inclusão dos cães e gatos dentro das avaliações das instituições da assistência social é fundamental para diminuir o sofrimento animal. Como foi evidenciado neste estudo o contato com médico veterinário pode trazer benefícios os animais de famílias vulneráveis por meio da recomendação de serviços destinados a melhorar o bem-estar animal, como o controle reprodutivo dos mesmos. Boat e Knight (2001) destacaram a importância dos funcionários das agências de proteção às pessoas abordarem a guarda dos animais de estimação, pois o vínculo humano-animal interfere no bem-estar das pessoas, sendo um passo importante para que as vítimas aceitem serem inseridas em programas sociais, como o acolhimento em instituições destinadas à proteção das pessoas em condição de vulnerabilidade.

A inclusão de uma abordagem que considere a situação de vulnerabilidade da família nas fiscalizações de maus-tratos aos animais de companhia permitiu priorizar a inserção das famílias nessa condição nos programas do meio ambiente, com a finalidade de contribuir à promoção do bem-estar humano e animal. Porém, cabe ressaltar que assim como nos casos de abuso infantil (EGRY et al., 2015), a presença de problemas socioeconômicos não exime os tutores dos animais da sua responsabilidade de fornecer os cuidados necessários para oferecer aos mesmos uma boa qualidade de vida.

5.5. CONCLUSÃO

A participação dos médicos veterinários na identificação dos determinantes da saúde, como a vulnerabilidade socioeconômica, é escassa. Os médicos veterinários, durante as vistorias de maus-tratos aos animais, frequentemente acessam o ambiente familiar dos tutores. Desse modo, esses profissionais têm a oportunidade de identificar diferentes problemas socioeconômicos que limitam a autonomia das famílias. Os resultados do presente estudo respaldam a capacidade desse profissional em detectar condições de vulnerabilidade social, sendo um importante agente na busca ativa de famílias vulneráveis, assim como um facilitador para a inserção das pessoas em situação de risco nos programas sociais. Igualmente, foi evidenciado que os tutores de cães e gatos podem confiar nos médicos veterinários para relatar suas dificuldades socioeconômicas. Dessa forma, esse profissional deve ser inserido nas ações intersetoriais que abordam as questões sociais.

Os resultados também indicaram que uma porcentagem considerável dos animais de companhia pertencentes às famílias, inseridas nos serviços sociais, estavam em maus-tratos. Logo, a inclusão dos animais de estimação nas avaliações realizadas pelos funcionários das instituições de assistência social, é fundamental para a diminuição do sofrimento dos mesmos, bem como para auxiliar no acesso das famílias aos programas que promovem o bem-estar animal e humano.

REFERÊNCIAS

- ABBEY, L. Elder abuse and neglect: when home is not safe. **Clinics in Geriatric Medicine**, v. 25, p. 47–60, 2009.
- BAUM, S. E. et al. Evaluating one health: Are We demonstrating effectiveness? **One Health**, v. 3, p. 5–10, 2017.
- BOAT, B. W.; KNIGHT, J. C. Experiences and Needs of Adult Protective Services Case Managers When Assisting Clients Who Have Companion Animals. **Journal of Elder Abuse & Neglect**, v. 12, n. 3–4, p. 145–155, 2001.
- BRASIL. Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Publicada no Diário Oficial da União em 13 de fevereiro de 1998.
- BUSS, P. M.; FILHO, A. A Saúde e seus determinantes sociais. **PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva**, v. 17, n. 1, p. 77–93, 2007.
- CHUNG, E. K. et al. Screening for social determinants of health among children and families living in poverty: A guide for clinicians. **Current Problems in Pediatric and Adolescent Health Care**, v. 46, n. 5, p. 135–153, 2016.
- COOPER, C.; SELWOOD, A.; LIVINGSTON, G. The prevalence of elder abuse and neglect: A systematic review. **Age and Ageing**, v. 37, n. 2, p. 151–160, 2008.
- DEGUE, S.; DILILLO, D. Is animal cruelty a “ red flag ” for family violence? investigating co-occurring violence toward children, partners, and pets. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 24, n. 6, p. 1036–1056, 2009.
- DOUGLAS, E. M.; MOHN, B. L. Fatal and non-fatal child maltreatment in the US: An analysis of child, caregiver, and service utilization with the National Child Abuse and Neglect Data Set. **Child Abuse and Neglect**, v. 38, p. 42–51, 2014.
- DRULLA, A. G. et al. A visita domiciliar como ferramenta ao cuidado familiar. **Cogitare Enfermagem**, v. 14, n. 4, p. 667–674, 2009.
- EGRY, E. Y. et al. Understanding child neglect in a gender context: A study performed in a Brazilian city. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 49, n. 4, p. 556–563, 2015.
- FARACO, C. B. Interação humano-animal. **Ciência veterinária nos trópicos**, v. 11, n. 1, p. 31–35, 2008.
- FOGARTY, C.; BURGE, S.; MCCORD, E. Communicating with patients about intimate partner violence: Screening and interviewing approach. **Family Medicine**, v. 34, n. 5, p. 369–375, 2002.
- FRANZIN, L. et al. Child and adolescent abuse and neglect in the city of Curitiba, Brazil. **Child Abuse and Neglect**, v. 38, n. 10, p. 1706–1714, 2014.

GERSHOFF, E. T. et al. Income is not enough : incorporating material hardship into models of income associations with parenting and child development. **Child Development**, v. 78, n. 1, p. 70–95, 2007.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social : uma questão de políticas públicas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 2, p. 357–363, 2005.

GONZÁLEZ, G.; ZINDER, N. Factores asociados con el auto-reporte de maltrato en adultos mayores de México. **Revista Chilena de Salud Pública**, v. 13, n. 2, p. 90–99, 2009.

HAMMERSCHMIDT, J.; MOLENTO, C. F. M. Protocol for expert report on animal welfare in case of companion animal cruelty suspicion. **Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science**, v. 51, n. 4, p. 282–296, 2014.

HARDESTY, J. L. et al. Coercive control and abused women's decisions about their pets when seeking shelter. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 28, n. 13, p. 2617–2639, 2013.

HERNANDEZ, J. A. et al. Education of global veterinarians. **Preventive Veterinary Medicine**, v. 92, n. 4, p. 275–283, 2009.

JONES, A.; LOGAN-GREENE, P. Understanding and responding to chronic neglect: A mixed methods case record examination. **Children and Youth Services Review**, v. 67, p. 212–219, 2016.

JUNIOR, A. A. P.; CASSEPP-BORGES, V.; SANTOS, J. G. DOS. Caracterização da violência doméstica contra crianças e adolescentes e as estratégias interventivas em um município do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 23, n. 2, p. 124–131, 2015.

KING, C. B.; SCOTT, K. L. Why are suspected cases of child maltreatment referred by educators so often unsubstantiated? **Child Abuse and Neglect**, v. 38, n. 1, p. 1–10, 2014.

KOHL, P. L. et al. Child welfare as a gateway to domestic violence services. **Children and Youth Services Review**, v. 27, p. 1203–1221, 2005.

LONG, D. D.; KULKARNI, S. J. Cross-reporting of interpersonal violence and animal cruelty: The charlotte project. **Journal of Sociology and Social Welfare**, v. 40, n. 4, p. 131–148, 2013.

MARABELLI, R. The role of official veterinary services in dealing with new social challenges: animal health and protection, food safety, and the environment. **Revue scientifique et technique (International Office of Epizootics)**, v. 22, n. 2, p. 363–371, 2003.

MARDONES, F. O. et al. Veterinary epidemiology: forging a path toward one health. **Preventive Veterinary Medicine**, v. 137, p. 147–150, 2016.

MCCORD-DUNCAN, E. C. et al. Detecting potential intimate partner violence: Which approach do women want? **Family Medicine**, v. 38, n. 6, p. 416–422, 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS), Secretaria nacional de assistência social, Sistema único de assistência social. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**. Brasília, 2012.

MIOTO, R. C. T.; SILVA, M. J.; SILVA, S. M. M. M. A relevância da família no atual contexto das políticas públicas brasileiras. **Revista de Políticas Públicas**, v. 11, n. 2, p. 197–220, 2007.

OLIVEIRA, S. F. et al. Violence against women: profile of the aggressors and victims and characterization of the injuries. A forensic study. *Journal of Forensic and Legal Medicine*, v. 23, p. 49-54, 2014.

OSBURN, B.; SCOTT, C.; GIBBS, P. One world - One medicine - One health: Emerging veterinary challenges and opportunities. **Revue scientifique et technique (International Office of Epizootics)**, v. 28, n. 2, p. 481–486, 2009.

OYUNBILENG, S. et al. Prevalence and risk factors of domestic violence among mongolian women. **Journal of Women's Health**, v. 18, n. 11, p. 1873–1880, 2009.

PAPPAIOANOU, M. Veterinary medicine protecting and promoting the public's health and well-being. **Preventive Veterinary Medicine**, v. 62, p. 153–163, 2004.

PEAK, T.; ASCIONE, F.; DONEY, J. Adult protective services and animal welfare: Should animal abuse and neglect be assessed during adult protective services screening? **Journal of Elder Abuse & Neglect**, v. 24, p. 37–49, 2012.

SCHELLING, E. et al. Synergy between public health and veterinary services to deliver human and animal health interventions in rural low income settings. **British Medical Journal**, v. 331, p. 1264–1267, 2005.

SHERMAN, B. L.; SERPELL, J. A. Training veterinary students in animal behavior to preserve the human-animal bond. **Journal of veterinary medical education**, v. 35, n. 4, p. 496–502, 2008.

SLACK, K. S. Understanding the risks of child neglect: an exploration of poverty and parenting characteristics. **Child Maltreatment**, v. 9, n. 4, p. 395–408, 2004.

SVOBODA, W.; JAVOROUSKI, E. O papel e a importância do médico veterinário na saúde pública. **Revista do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná**, v. 34, p. 22–25, 2011.

WANDERBROOKE, A. C.; MORÉ, C. Abordagem profissional da violência familiar contra o idoso em uma unidade básica de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, n. 12, p. 2513–2522, 2013.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **WHO Global Consultation on Violence and Health. Violence: a public health priority**. Geneveva. 1996.

YANG, M. Y.; MAGUIRE-JACK, K. Predictors of basic needs and supervisory neglect: evidence from the Illinois families study. **Children and Youth Services Review**, v. 67, p. 20–26, 2016.

ZINSSTAG, J. et al. From “one medicine” to “one health” and systemic approaches to health and well-being. **Preventive Veterinary Medicine**, v. 101, p. 148–156, 2011.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os animais de companhia são parte do ambiente socioeconômico de seus tutores. Desta forma, podem ser vítimas de um ambiente familiar violento. A revisão realizada nesta dissertação evidenciou que são poucos os países que conhecem a situação do "Elo" dentro do seu contexto sociocultural, sendo essencial incentivar o desenvolvimento de estudos em regiões como América Latina. Além disso, foi observada uma deficiência de publicações sobre o tema na área da medicina veterinária, ratificando a necessidade de um maior envolvimento desta profissão neste campo.

Foi possível criar uma parceria intersetorial entre a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMMAS) e a Seção de Defesa e Proteção Animal (SEDEA), com a finalidade de atender integralmente os casos de famílias e animais em situação de vulnerabilidade. Sensibilizar as instituições participantes frente ao vínculo humano-animal, assim como centrar a parceria em atividades previamente realizadas por cada setor, é imprescindível no sucesso das ações intersetoriais. Não obstante, inserir a questão animal nos programas sociais é um desafio, principalmente, como consequência da visão limitada que os profissionais da saúde e as ciências sociais têm do papel que o médico veterinário exerce na sociedade. Reuniões periódicas com a participação das instituições públicas e privadas da saúde, assistência social e do meio ambiente, que facilitem o intercâmbio de informação referente às atividades realizadas com as populações vulneráveis, poderiam ser uma estratégia inicial para sensibilizar as partes frente à questão animal.

Neste trabalho foi evidente que as dificuldades financeiras, o nível educacional e a situação de violência doméstica na família são aspectos associados com a ocorrência de maus-tratos aos cães e gatos. Igualmente, observou-se que educar a população, sobre guarda responsável, é fundamental na criação de programas para prevenir e controlar a apresentação desse crime. Porém, os resultados sugerem que existem outros fatores primordiais que poderiam influenciar a apresentação de maus-tratos aos animais de companhia. Espera-se que futuros estudos avaliem os fatores socioeconômicos das famílias em conjunto com o vínculo humano-animal e as crenças culturais nos casos desse tipo de crime.

Cabe aos médicos veterinários contribuir com a preservação de um equilíbrio harmônico da relação dos tutores com seus animais. Logo, este profissional tem a obrigação de identificar os fatores familiares, sociais e culturais, que afetam negativamente o bem-estar dos animais de companhia. Nesse sentido, o presente estudo destacou que as histórias de maus-tratos são uma oportunidade para acessar as condições dos cuidados fornecidos aos animais, e de conhecer o ambiente sociofamiliar. Comprovou-se que os médicos veterinários têm a capacidade de detectar situações de vulnerabilidade social. Assim, esta pesquisa é um primeiro passo no reconhecimento da importância da atuação desse profissional na identificação dos determinantes sociais da saúde

Maus-tratos aos animais e a vulnerabilidade social são problemas complexos que exigem uma intervenção multidisciplinar e intersetorial. Pesquisas que analisem o papel dos médicos veterinários nos problemas socioeconômicos e dos funcionários da assistência social no bem-estar animal, assim como, as estratégias para que esses profissionais possam ajudar as pessoas e os animais vítimas da vulnerabilidade; a divulgação dos resultados desses estudos perante a população; a inserção de disciplinas que abordem o tema e trabalhos multidisciplinares, nos quais uma mesma comunidade seja abordada por estudantes e profissionais das diversas áreas, são possíveis estratégias que poderiam ajudar a sensibilizar todos os setores da sociedade frente à participação do médico veterinário, bem como dos animais de companhia na busca do bem-estar das famílias multiespécie.

Espera-se que o presente estudo contribua à realização de trabalhos intersetoriais que incluam os conceitos de saúde única e bem-estar único, aceitando os animais de companhia como vítimas e indicadores da vulnerabilidade de seus tutores. Além disso, é de salientar que os resultados desta dissertação podem servir como indicadores da necessidade da inserção dos médicos veterinários e dos animais de estimação nas políticas públicas que visem melhorar a qualidade de vida das pessoas e dos animais.

REFERÊNCIAS

- ABBEY, L. Elder abuse and neglect: when home is not safe. **Clinics in Geriatric Medicine**, v. 25, p. 47–60, 2009.
- ADAMELLI, S. et al. Owner and cat features influence the quality of life of the cat. **Applied Animal Behaviour Science**, v. 94, n. 1–2, p. 89–98, 2005.
- AĞÇAY, G. et al. Risk factors for violence against women by intimate partners in Sakarya, Turkey. **Journal of Forensic and Legal Medicine**, v. 36, p. 37–42, 2015.
- AGNEW, R. The causes of animal abuse: a social-psychological analysis. **Theoretical Criminology**, v. 2, n. 2, p. 177–209, 1998.
- ALBUQUERQUE, A. B. B.; BOSI, M. L. M. Visita domiciliar no âmbito da Estratégia Saúde da Família: percepções de usuários no Município de Fortaleza, Ceará, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 25, n. 5, p. 1103–1112, 2009.
- ALLEN, M.; GALLAGHER, B.; JONES, B. Domestic violence and the abuse of pets: Researching the Link and its implications in Ireland. **Practice**, v. 18, n. 3, p. 167–181, 2006.
- ANDRADE, L. M. B. et al. Análise da implantação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família no interior de Santa Catarina. **Saúde & Transformação Social**, v. 3, n. 1, p. 18–31, 2012.
- ARKOW, P. The Impact of Companion Animals on Social Capital and Community Violence: Setting Research, Policy and Program Agendas Animal Abuse and Family Violence Prevention Project, The Latham Foundation The National Link Coalition. **Journal of Sociology & Social Welfare**, v. 40, n. 4, p. 33–55, 2013.
- ARKOW, P.; GULLONE, E. **Animal Cruelty, Antisocial Behaviour, and Aggression: More than a Link**. Palgrave Macmillan, 2012.
- ARLUKE, A. et al. The relationship of animal abuse to violence and another forms of antisocial behavior. **Journal of interpersonal violence**, v. 14, n. 9, p. 963–975, 1999.
- ARLUKE, A.; MADFIS, E. Animal abuse as a warning sign of school massacres: A critique and refinement. **Homicide Studies**, v. 18, n. 1, p. 7–22, 2014.
- ASCIONE, F. R. Battered women's reports of their partners' and their children's cruelty to animals. **Journal of Emotional Abuse**, v. 1, n. 1, p. 119–133, 1998.
- ASCIONE, F. R. et al. Cruelty to animals in normative, sexually abused, and outpatient psychiatric samples of 6- to 12-year-old children: Relations to maltreatment and exposure to domestic violence. **Anthrozoos**, v. 16, n. 3, p. 194–212, 2003.

ASCIONE, F. R. Emerging research on animal abuse as a risk factor for intimate partner violence. **Intimate Partner Violence**, p. 3–17, 2007.

ASCIONE, F. R. et al. Battered pets and domestic violence: animal abuse reported by women experiencing intimate violence and by nonabused women. **Violence against women**, v. 13, n. 4, p. 354–373, 2007.

BABU, B. V; KAR, S. K. Domestic violence against women in eastern India: a population-based study on prevalence and related issues. **BMC Public Health**, v. 9, p. 129, 2009.

BAGLIVIO, M. T. et al. Juvenile animal cruelty and firesetting behavior. **Criminal Behaviour and Mental Health**, 2016.

BALDRY, A. C. Animal abuse and exposure to interparental violence in Italian youth. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 18, n. 203, p. 258–281, 2003.

BALDRY, A. C. Animal abuse among preadolescents directly and indirectly victimized at school and at home. **Criminal Behaviour and Mental Health**, v. 15, n. 2, p. 97–110, 2005.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUM, S. E. et al. Evaluating one health: Are We demonstrating effectiveness? **One Health**, v. 3, p. 5–10, 2017.

BAXENDALE, S. et al. Risk factors in adolescents' involvement in violent behaviours. **Journal of Aggression, Conflict and Peace Research**, v. 7, n. 1, p. 2–18, 2015.

BECKER, K. D. et al. A study of firesetting and animal cruelty in children: family influences and adolescent outcomes. **Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry**, v. 43, n. 7, p. 905–912, 2004.

BENETATO, M. A; REISMAN, R.; MCCOBB, E. The veterinarian's role in animal cruelty cases. **Journal of the American Veterinary Medical Association**, v. 238, n. 1, p. 31–34, 2011.

BERNARDI, A. P. et al. Intersetorialidade – um desafio de gestão em saúde pública. **Saúde & Transformação Social**, v. 1, n. 1, p. 137–142, 2010.

BOAT, B. W.; KNIGHT, J. C. Experiences and needs of adult protective services case managers when assisting clients who have companion animals. **Journal of Elder Abuse & Neglect**, v. 12, n. 3–4, p. 145–155, 2001.

BOAT, B. W. et al. Childhood cruelty to animals: Psychiatric and demographic correlates. **Journal of Aggression, Maltreatment and Trauma**, v. 20, n. 7, p. 812–819, 2011.

BOND, M.; LAWRIE, M. Violence breeds violence. **Australian Veterinary Journal**, v. 82, n. 8, p. 529, 2004.

BORSOI, T. D. S.; BRANDÃO, E. R.; CAVALCANTI, M. D. L. T. Ações para o enfrentamento da violência contra a mulher em duas unidades de atenção primária à saúde no município do Rio de Janeiro. **Interface: Communication, Health, Education**, v. 13, p. 165–174, 2009.

BRASIL. Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Publicada no Diário Oficial da União em 13 de fevereiro de 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução N° 287 de 08 de outubro de 1998**. Conselho Nacional de Saúde. 1998.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília, DF, 2006.

BROOM, D. M.; MOLENTO, C. F. M. Bem estar animal: conceito e questões relacionadas - revisão. **Archives of Veterinary Science**, v. 9, n. 2, p. 1–11, 2004.

BROWNE, J. A.; HENSLEY, C.; MCGUFFEE, K. M. Does Witnessing Animal Cruelty and Being Abused During Childhood Predict the Initial Age and Recurrence of Committing Childhood Animal Cruelty? **International journal of offender therapy and comparative criminology**, 2016.

BUTTON, D. M.; PAYNE, B. K. Training child protective services workers about domestic violence: Needs, strategies, and barriers. **Children and Youth Services Review**, v. 31, p. 364–369, 2009.

BURCHFIELD, K. B. The sociology of animal crime: An Examination of incidents and arrests in Chicago. **Deviant Behavior**, v. 37, n. 4, p. 368–384, 2016.

BUSS, P. M.; FILHO, A. A Saúde e seus determinantes sociais. **PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva**, v. 17, n. 1, p. 77–93, 2007.

CALHEIROS, M.; MONTEIRO, M. B. Mau trato e negligência parental contributos para a definição social dos conceitos. **sociologia, problemas e práticas**, v. 34, p. 145–176, 2000.

CARLISLE-FRANK, P.; FRANK, J. M.; NIELSEN, L. Selective battering of the family pet. **Anthrozoos**, v. 17, n. 1, p. 26–42, 2004.

CAVALCANTI, A.; CORDEIRO, J. As ações intersetoriais na Estratégia de Saúde da Família : um estudo da representação do conceito de saúde e de suas práticas na Atenção Básica. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 10, n. 37, p. 1–9, 2015.

CHAN, K. L. Child victims and poly-victims in China: Are they more at-risk of family violence? **Child Abuse and Neglect**, v. 38, n. 11, p. 1832–1839, 2014.

CHIRCOP, A.; BASSETT, R.; TAYLOR, E. Evidence on how to practice intersectoral collaboration for health equity: a scoping review. **Critical Public Health**, v. 25, n. 2, p. 178–191, 2015.

CHOI, J. B.; THOMAS, M. Perceptual difference of child neglect among Korean parents and children: Implications for child welfare policy. **Children and Youth Services Review**, v. 55, p. 56–61, 2015.

CHUNG, E. K. et al. Screening for social determinants of health among children and families living in poverty: A guide for clinicians. **Current Problems in Pediatric and Adolescent Health Care**, v. 46, n. 5, p. 135–153, 2016.

CLÉMENT, M.; BÉRUBÉ, A.; CHAMBERLAND, C. Prevalence and risk factors of child neglect in the general population. **Public Health**, p. 1–7, 2016.

COHEN, S. P. Western Journal of Nursing Research. **Western Journal of Nursing Research**, v. 24, n. 6, p. 621–638, 2002.

COMMISSION ON SOCIAL DETERMINANTS OF HEALTH (CSDH). **Closing the Gap in a Generation: health equity through action on the social determinants of health. Final Report**. Geneva: CSDH/WHO, 2008. 247p.

CONRAD, P. A. et al. Evolution of a transdisciplinary “One Medicine-One Health” approach to global health education at the University of California, Davis. **Preventive Veterinary Medicine**, v. 92, n. 4, p. 268–274, 2009.

COOPE, C. M.; THEOBALD, S. Children at risk of neglect: Challenges faced by child protection practitioners in Guatemala City. **Child Abuse and Neglect**, v. 30, p. 523–536, 2006.

COOPER, C.; SELWOOD, A.; LIVINGSTON, G. The prevalence of elder abuse and neglect: A systematic review. **Age and Ageing**, v. 37, n. 2, p. 151–160, 2008.

COSTA, A. M. Integralidade na atenção e no cuidado à saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 3, p. 5–15, 2004.

COSTA, M. C. O. et al. O perfil da violência contra crianças e adolescentes, segundo registros de Conselhos Tutelares: vítimas, agressores e manifestações de violência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 1129–1141, 2007.

CREEVY, K. E.; SHAVER, S. L.; CORNELL, K. K. Domestic violence shelter partnerships and veterinary student attitudes at North American veterinary schools and colleges. **Journal of Veterinary Medical Education**, v. 40, n. 2, p. 184–191, 2013.

CROOK, A. The CVMA animal abuse position - How we got here. **Canadian Veterinary Journal**, v. 41, p. 631–633, 2000.

CUNHA, M. S.; SÁ, M. C. A visita domiciliar na estratégia de saúde da família: Os desafios de se mover no território. **Interface: Communication, Health, Education**, v. 17, n. 44, p. 61–73, 2013.

CUNILL-GRAU, N. La intersectorialidad en las nuevas políticas sociales. Un acercamiento analítico-conceptual. **Gestión y política pública**, v. 23, n. 1, p. 5–46, 2014.

CURRIE, C. L. Animal cruelty by children exposed to domestic violence. **Child Abuse and Neglect**, v. 30, p. 425–435, 2006.

DADDS, M. R.; WHITING, C.; HAWES, D. J. Associations among cruelty to animals, family conflict, and psychopathic traits in childhood. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 21, n. 3, p. 411–429, 2006.

DAHLBERG, L.L.; KRUG, E.G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11(Sup), p. 1163-1178, 2007.

DARIE, N. Child's Exposures to Emotional Neglect in Drug users Families. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 180, n. November 2014, p. 1590–1598, 2015.

DEGUE, S.; DILILLO, D. Is animal cruelty a “ red flag ” for family violence? investigating co-occurring violence toward children, partners, and pets. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 24, n. 6, p. 1036–1056, 2009.

DONLEY, L.; PATRONEK, G. J.; LUKE, C. Animal abuse in Massachusetts: A summary of case reports at the MSPCA and attitudes of Massachusetts veterinarians. **Journal of applied animal welfare science : JAAWS**, v. 2, n. 1, p. 59–73, 1999.

DOUGLAS, E. M.; MOHN, B. L. Fatal and non-fatal child maltreatment in the US: An analysis of child, caregiver, and service utilization with the National Child Abuse and Neglect Data Set. **Child Abuse and Neglect**, v. 38, p. 42–51, 2014.

DRULLA, A. G. et al. A visita domiciliar como ferramenta ao cuidado familiar. **Cogitare Enfermagem**, v. 14, n. 4, p. 667–674, 2009.

DUBOWITZ, H. et al. Identifying children at high risk for a child maltreatment report. **Child Abuse and Neglect**, v. 35, p. 96–104, 2011.

DUNCAN, A.; THOMAS, J. C.; MILLER, C. Significance of family risk factors in development of childhood animal cruelty in adolescent boys with conduct problems. **Journal of Family Violence**, v. 20, n. 4, p. 235–239, 2005.

EGRY, E. Y. et al. Understanding child neglect in a gender context: A study performed in a Brazilian city. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 49, n. 4, p. 556–563, 2015.

ELLINGSEN, K. et al. The relationship between empathy, perception of pain and attitudes toward pets among Norwegian dog owners. **Anthrozoos**, v. 23, n. 3, p. 231–243, 2010.

EYRE, P. Professing change. **Journal of Veterinary Medical Education**, v. 28, n. 1, p. 3–9, 2001.

FARACO, C. B. Interação humano-animal. **Ciência veterinária nos trópicos**, v. 11, n. 1, p. 31–35, 2008.

FARACO, C. B. **Interação Humano-Cão: o social constituído pela relação interespécie**. 108p. Tese (Doutorado em Psicologia), Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2008.

FAUSTINO, T. Q. S. Intersetorialidade no cenário do Sistema Único de Assistência Social: um diálogo com a literatura atual. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 7, n. 14, p. 153–192, 2014.

FAVER, C. A.; STRAND, E. B. To leave or to stay?: Battered women's concern for vulnerable pets. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 18, n. 12, p. 1367–1377, 2003.

FEBRES, J. et al. Adulthood animal abuse among women court-referred to batterer intervention programs. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 27, n. 15, p. 3115–3126, 2012.

FELTHOUS, A. R. Aggression against cats, dogs and people. **Child Psychiatry and Human Development**, v. 10, n. 3, p. 169–177, 1980.

FELTHOUS, A. R.; KELLERT, S. R. Violence against animals and people: Is aggression against living creatures generalized? **The Bulletin of the American Academy of Psychiatry and the Law**, v. 14, n. 1, p. 55–69, 1986.

FIELDING, W. J. Domestic violence and dog care in New Providence, The Bahamas. **Society & Animals**, v. 18, p. 183–203, 2010.

FLYNN, C. P. Animal abuse in childhood and later support for interpersonal violence in families. **Society and animals**, v. 7, n. 2, p. 161–172, 1999.

FLYNN, C. P. Battered women and their animal companions : Symbolic interaction between human and nonhuman animals. **Society & Animals**, v. 8, n. 2, p. 99–127, 2000a.

FLYNN, C. P. Woman's best friend: Pet abuse and the role of companion animals in the lives of battered women. **Violence Against Women**, v. 36, n. 2, p. 162–177, 2000b.

FLYNN, C. P. Why family professionals can no longer ignore violence toward animals. **Family Relations**, v. 49, p. 87–95, 2000c.

FOGARTY, C.; BURGE, S.; MCCORD, E. Communicating with patients about intimate partner violence: Screening and interviewing approach. **Family Medicine**, v. 34, n. 5, p. 369–375, 2002.

FONSECA, F. F. et al. The vulnerabilities in childhood and adolescence and the Brazilian public policy intervention. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 31, n. 2, p. 258–264, 2013.

FRANZIN, L. et al. Child and adolescent abuse and neglect in the city of Curitiba, Brazil. **Child Abuse and Neglect**, v. 38, n. 10, p. 1706–1714, 2014.

FREIWALD, A.; LITSTER, A.; WENG, H. Y. Survey to investigate pet ownership and attitudes to pet care in metropolitan Chicago dog and/or cat owners. **Preventive Veterinary Medicine**, v. 115, p. 198–204, 2014.

FRIEDMANN, E.; SON, H. The Human-Companion Animal Bond: How Humans Benefit. **Veterinary Clinics of North America - Small Animal Practice**, v. 39, n. 2, p. 293–326, 2009.

FRIEND, C.; SHLONSKY, A.; LAMBERT, L. From evolving discourses to new practice approaches in domestic violence and child protective services. **Children and Youth Services Review**, v. 30, p. 689–698, 2008.

GADONI-COSTA, L. M.; ZUCATTI, A. P. N.; DELL'AGLIO, D. D. Violência contra a mulher : levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma Delegacia para a mulher. **Estudos de Psicologia**, v. 28, n. 2, p. 219–228, 2011.

GALLAGHER, B.; ALLEN, M.; JONES, B. Animal abuse and intimate partner violence: Researching the link and its significance in Ireland - a veterinary perspective. **Irish veterinary journal**, v. 61, n. 10, p. 658–667, 2008.

GERSHOFF, E. T. et al. Income is not enough : incorporating material hardship into models of income associations with parenting and child development. **Child Development**, v. 78, n. 1, p. 70–95, 2007.

GIRARDI, A.; POZZULO, J. D. The significance of animal cruelty in child protection investigations. **Social Work Research**, v. 36, n. 1, p. 53–60, 2012.

GIRARDI, A.; POZZULO, J. D. Childhood experiences with family pets and internalizing symptoms in early adulthood. **Anthrozoös**, v. 28, n. 3, p. 421–436, 2015.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social : uma questão de políticas públicas Socially vulnerable families : a public issue. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 2, p. 357–363, 2005.

GONÇALVES, A. M. et al. Promoção da saúde no cotidiado das equipes de saúde da família: uma prática intersectorial. **Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro**, v. 1, n. 1, p. 94–101, 2011.

- GONÇALVES, E. J. **Sistema Único de Assistência Social : o desafio do Sistema Único de Assistência Social**. 127p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.
- GONZÁLEZ, G.; ZINDER, N. Factores asociados con el auto-reporte de maltrato en adultos mayores de México. **Revista Chilena de Salud Pública**, v. 13, n. 2, p. 90–99, 2009.
- GLEYZER, R.; FELTHOUS, A. R.; HOLZER III, C. E. Animal Cruelty and psychiatric disorders. **The Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law**, v. 30, n. 2, p. 257–265, 2002.
- GREEN, P. C.; GULLONE, E. Knowledge and attitudes of Australian veterinarians to animal abuse and human interpersonal violence. **Australian Veterinary Journal**, v. 83, n. 10, p. 619–625, 2005.
- GREEN, A. E. et al. The role of collaborations in sustaining an evidence-based intervention to reduce child neglect. **Child Abuse and Neglect**, v. 53, p. 4–16, 2016.
- GUPTA, M. Functional links between intimate partner violence and animal abuse: Personality features and representations of aggression. **Society & Animals**, v. 16, p. 223–242, 2008.
- GUPTA, R. K.; JINDAL, N.; KAMBOJ, K. Neglected post burns contracture of hand in children: analysis of contributory socio-cultural factors and the impact of neglect on outcome. **Journal of Clinical Orthopaedics and Trauma**, v. 5, p. 215–220, 2014.
- HAMMERSCHMIDT, J.; MOLENTO, C. F. M. Análise retrospectiva de denúncias de maus-tratos contra animais na região de Curitiba, Estado do Paraná, utilizando critérios de bem-estar animal. **Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science**, v. 49, n. 6, p. 431–441, 2012.
- HAMMERSCHMIDT, J.; MOLENTO, C. F. M. Protocol for expert report on animal welfare in case of companion animal cruelty suspicion. **Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science**, v. 51, n. 4, p. 282–296, 2014.
- HARDESTY, J. L. et al. Coercive control and abused women's decisions about their pets when seeking shelter. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 28, n. 13, p. 2617–2639, 2013.
- HARTMAN, C. A. et al. Intimate partner violence and animal abuse in an immigrant-rich sample of mother-child dyads recruited from domestic violence programs. **Journal of Interpersonal Violence**, p. 1–18, 2015.
- HARTMAN, C. A. et al. Exploring empathy and callous – unemotional traits as predictors of animal abuse perpetrated by children exposed to intimate partner violence. **Journal of Interpersonal Violence**, p. 1–19, 2016.

HELLER, M. S.; EHRLICH, S. M.; LESTER, D. Childhood cruelty to animals, firesetting, and enuresis as correlates of competence to stand trial. **Journal of General Psychology**, v. 110, n. 2, p. 151–153, 1984.

HELLMAN, D. S.; BLACKMAN, N. Enuresis, firesetting and cruelty to animals: a triad predictive of adult crime. **American Journal of Psychiatry**, v. 122, n. 12, p. 1431–1435, 1966.

HENDERSON, B. B.; HENSLEY, C.; TALLICHET, S. E. Childhood animal cruelty methods and their link to adult interpersonal violence. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 26, n. 11, p. 2211–2227, 2011.

HENRY, B. C. The relationship between animal cruelty, delinquency, and attitudes toward the treatment of animals. **Society & Animals**, v. 12, n. 3, p. 185–207, 2004a.

HENRY, B. C. Exposure to animal abuse and group context: Two factors affecting participation in animal abuse. **Anthrozoos**, v. 17, n. 4, p. 290–305, 2004b.

HENRY, B. C. Empathy, home environment, and attitudes toward animals in relation to animal abuse. **Anthrozoos**, v. 19, n. 1, p. 17–34, 2006.

HENSLEY, C. Learning to be cruel?: Exploring the onset and frequency of animal cruelty. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, v. 49, n. 1, p. 37–47, 2005.

HENSLEY, C.; TALLICHET, S. Animal cruelty motivations: Assessing demographic and situational influences. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 20, n. 11, p. 1429–1443, 2005.

HENSLEY, C.; TALLICHET, S. E. The Effect of inmates' self-reported childhood and adolescent animal cruelty: motivations on the number of convictions for adult violent interpersonal crimes. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, v. 52, n. 2, p. 175–184, 2008.

HENSLEY, C.; TALLICHET, S. E. Childhood and adolescent animal cruelty methods and their possible link to adult violent crimes. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 24, n. 1, p. 147–158, 2009.

HENSLEY, C.; TALLICHET, S. E.; DUTKIEWICZ, E. L. Recurrent childhood animal cruelty: Is there a relationship to adult recurrent interpersonal violence? **Criminal Justice Review**, v. 34, n. 2, p. 248–257, 2009.

HENSLEY, C.; TALLICHET, S. E.; DUTKIEWICZ, E. L. Childhood bestiality: a potential precursor to adult interpersonal violence. **Journal of interpersonal violence**, v. 25, n. 3, p. 557–567, 2010.

HENSLEY, C.; TALLICHET, S. E.; DUTKIEWICZ, E. L. Examining demographic and situational factors on animal cruelty motivations. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, v. 55, n. 3, p. 492–502, 2011.

HENSLEY, C.; TALLICHET, S. E.; DUTKIEWICZ, E. L. Exploring the age of onset and recurrence of childhood animal cruelty: Can animal cruelty be learned from witnessing others commit it? **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, v. 56, n. 4, p. 614–626, 2012a.

HENSLEY, C.; TALLICHET, S. E.; DUTKIEWICZ, E. L. The predictive value of childhood animal cruelty methods on later adult violence: Examining demographic and situational correlates. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, v. 56, n. 2, p. 281–295, 2012b.

HENSLEY, C.; TALLICHET, S. E.; SINGER, S. D. Exploring the possible link between childhood and adolescent bestiality and interpersonal violence. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 21, n. 7, p. 910–923, 2006.

HERMENS, N. et al. Intersectoral action to enhance the social inclusion of socially vulnerable youth through sport: an exploration of the elements of successful partnerships between youth work organisations and local sports clubs. **Social Inclusion**, v. 3, n. 3, p. 98–107, 2015.

HERNANDEZ, J. A. et al. Education of global veterinarians. **Preventive Veterinary Medicine**, v. 92, n. 4, p. 275–283, 2009.

HILL, J. R.; THIES, J. Program theory and logic model to address the co-occurrence of domestic violence and child maltreatment. **Evaluation and Program Planning**, v. 33, p. 356–364, 2010.

HODGSON, K.; DARLING, M. Pets in the family: practical approaches. **Journal of the American Animal Hospital Association**, v. 47, p. 299–305, 2011.

HORNOR, G. Child neglect: assessment and intervention. **Journal of Pediatric Health Care**, v. 28, n. 2, p. 186–192, 2014.

HOWELL, T. J.; MORNEMENT, K.; BENNETT, P. C. Pet dog management practices among a representative sample of owners in Victoria, Australia. **Journal of Veterinary Behavior: Clinical Applications and Research**, v. 12, p. 4–12, 2016.

INDÁ, F. M. C.; MORITZ, G. O.; BERNARDINI, I. S. Análise da Viabilidade de Inserção do Médico Veterinário no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) no Município de Florianópolis. **Coleção Gestão da Saúde Pública**, v. 8, p. 75–91, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão. **Pesquisa Nacional de Saúde 2013: acesso e utilização dos serviços de saúde, acidentes e violência**. Rio de Janeiro. 2015.

INSTITUTO DE ESTUDIOS PERUANOS (IEP). **Pobreza y violencia domestica contra la Mujer en Lima Metropolitana**. Perú. 1998.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Caderno estatístico**. Município de Pinhais. 2016. 40p.

INOJOSA, R. M. Sinergia em Políticas e Serviços Públicos: Desenvolvimento Social com Intersectorialidade. **Cadernos FUNDAP**, v. 22, p. 102–110, 2001.

JONES, A.; LOGAN-GREENE, P. Understanding and responding to chronic neglect: A mixed methods case record examination. **Children and Youth Services Review**, v. 67, p. 212–219, 2016.

KAVANAGH, P. S.; SIGNAL, T. D.; TAYLOR, N. The Dark triad and animal cruelty: Dark personalities, dark attitudes, and dark behaviors. **Personality and Individual Differences**, v. 55, p. 666–670, 2013.

KELLERT, S. R.; FELTHOUS, A. R. Childhood Cruelty toward animals among criminals and noncriminals. **Human Relations**, v. 38, n. 12, p. 1113–1129, 1985.

KEMPE, C. H. et al. The battered-child syndrome. **Journal of the American Medical Association**, v. 181, p. 17–24, 1962.

KING, C. B.; SCOTT, K. L. Why are suspected cases of child maltreatment referred by educators so often unsubstantiated? **Child Abuse and Neglect**, v. 38, n. 1, p. 1–10, 2014.

KNIGHT, K. E.; ELLIS, C.; SIMMONS, S. B. Parental predictors of children's animal abuse: Findings from a national and intergenerational sample. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 29, n. 16, p. 3014–34, 2014.

KOELEN, M. A.; VAANDRAGER, L.; WAGEMAKERS, A. The healthy alliances (HALL) framework: Prerequisites for success. **Family Practice**, v. 29, n. SUPPL. 1, p. 132–138, 2012.

KOMOROSKY, D.; WOODS, D. R.; EMPIE, K. Considering companion animals: An examination of companion animal policies in California domestic violence shelters. **Society & Animals**, v. 23, n. 3, p. 298–315, 2015.

KOHL, P. L. et al. Child welfare as a gateway to domestic violence services. **Children and Youth Services Review**, v. 27, p. 1203–1221, 2005.

KRIENERT, J. L. et al. Examining the nexus between domestic violence and animal abuse in a national sample of service providers. **Violence and Victims**, v. 27, n. 2, p. 280–285, 2012.

LANDAU, R. E. A survey of teaching and implementation: the veterinarian's role in recognizing and reporting abuse. **Journal of the American Veterinary Medical Association**, v. 215, n. 3, p. 328–331, 1999.

LEÓN, F.J. Pobreza, vulnerabilidad y calidad de vida en América Latina. Retos para la bioética. **Acta Bioethica**, v. 17, n. 1, p. 19-29, 2011.

LEVITT, L.; HOFFER, T. A.; LOPER, A. B. Criminal histories of a subsample of animal cruelty offenders. **Aggression and Violent Behavior**, v. 30, p. 48–58, 2016.

LI, F.; GODINET, M. T.; ARNSBERGER, P. Protective factors among families with children at risk of maltreatment: Follow up to early school years. **Children and Youth Services Review**, v. 33, n. 1, p. 139–148, 2011.

LOCKWOOD, R. Animal cruelty and human violence : The veterinarian's role in making the connection-The American experience. **Canadian Veterinary Journal**, v. 41, n. November, p. 876–878, 2000.

LOCKWOOD, R.; ARKOW, P. Animal abuse and interpersonal violence: The cruelty connection and its implications for veterinary pathology. **Veterinary Pathology**, v. 53, n. 5, p. 910–918, 2016.

LONG, D. D.; KULKARNI, S. J. Cross-reporting of interpersonal violence and animal cruelty: The charlotte project. **Journal of Sociology and Social Welfare**, v. 40, n. 4, p. 131–148, 2013.

LORING, M. T.; BOLDEN-HINES, T. A. Pet abuse by batterers as a means of coercing battered women into committing illegal behavior. **Journal of Emotional Abuse**, v. 4, n. 1, p. 27–37, 2004.

LUCIA, S.; KILLIAS, M. Is animal cruelty a marker of interpersonal violence and delinquency? Results of a Swiss National Self-Report study. **Psychology of Violence**, v. 1, n. 2, p. 93–105, 2011.

MACDONALD, J. M. The treat to kill. **The American Journal of Psychiatry**, v. 120, n. 2, p. 125–130, 1963.

MALAGÓN, R.A. O Conceito de vulnerabilidade e seu caráter biossocial. **Interface Comunicação saúde educação**, v. 19, n. 53, p 237-249, 2015.

MARABELLI, R. The role of official veterinary services in dealing with new social challenges: animal health and protection, food safety, and the environment. **Revue scientifique et technique (International Office of Epizootics)**, v. 22, n. 2, p. 363–371, 2003.

MARDONES, F. O. et al. Veterinary epidemiology: forging a path toward one health. **Preventive Veterinary Medicine**, v. 137, p. 147–150, 2016.

MARINELLI, L. et al. Quality of life of the pet dog: Influence of owner and dog's characteristics. **Applied Animal Behaviour Science**, v. 108, p. 143–156, 2007.

MARITI, C. et al. Improvement in children's humaneness toward nonhuman animals through a project of educational anthrozoology. **Journal of Veterinary Behavior: Clinical Applications and Research**, v. 6, n. 1, p. 12–20, 2011.

MARLET, E. F.; MAIORKA, P. C. Análise retrospectiva de casos de maus tratos contra cães e gatos na cidade de São Paulo. **Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science**, v. 47, n. 11, p. 385–394, 2010.

MCCORD-DUNCAN, E. C. et al. Detecting potential intimate partner violence: Which approach do women want? **Family Medicine**, v. 38, n. 6, p. 416–422, 2006.

MCDONALD, S. E. et al. Children's experiences of companion animal maltreatment in households characterized by intimate partner violence. **Child Abuse and Neglect**, v. 50, p. 116–127, 2015.

MCDONALD, S. E. et al. Patterns of adjustment among children Exposed to intimate partner violence: A person-centered approach. **Journal of Child & Adolescent Trauma**, v. 9, n. 2, p. 137–152, 2016.

MCEWEN, F. S.; MOFFITT, T. E.; ARSENEAULT, L. Is childhood cruelty to animals a marker for physical maltreatment in a prospective cohort study of children? **Child Abuse and Neglect**, v. 38, p. 533–543, 2014.

MCPHEDRAN, S. Animal abuse, family violence, and child wellbeing: A review. **Journal of Family Violence**, v. 24, n. 1, p. 41–52, 2009.

MELLOR, D. et al. The relationship between childhood cruelty to animals and psychological adjustment: A malaysian study. **Anthrozoos**, v. 21, n. 4, p. 363–374, 2008.

MENEZES, P. R. M. et al. Enfrentamento da violência contra a mulher: articulação intersetorial e atenção integral. **Saude e Sociedade**, v. 23, n. 3, p. 45–52, 2014.

MEYER, I.; FORKMAN, B. Dog and owner characteristics affecting the dog-owner relationship. **Journal of Veterinary Behavior: Clinical Applications and Research**, v. 9, p. 143–150, 2014.

MILLER, K. S.; KNUTSON, J. F. Reports of severe physical punishment and exposure to animal cruelty by inmates convicted of felonies and by university students. **Child Abuse and Neglect**, v. 21, n. 1, p. 59–82, 1997.

MILLS, L. G.; YOSHIHAMA, M. Training children's services workers in domestic violence assessment and intervention: research findings and implications for practice. **Children and Youth Services Review**, v. 24, n. 8, p. 561–581, 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS), Secretaria nacional de assistência social, Sistema único de assistência social. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**. Brasília, 2012.

MIOTO, R. C. T.; SILVA, M. J.; SILVA, S. M. M. M. A relevância da família no atual contexto das políticas públicas brasileiras. **Revista de Políticas Públicas**, v. 11, n. 2, p. 197–220, 2007.

MONNERAT, G. L.; SOUZA, R. G. Da Seguridade Social à intersetorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil. **Revista Katálisis**, v. 14, n. 1, p. 41–49, 2011.

MORETTI, A. C. et al. Intersetorialidade nas ações de promoção de saúde realizadas pelas equipes de saúde bucal de Curitiba (PR). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. Supl. 1, p. 1827–1834, 2010.

MOTA, S.; GOTO, T. Plantão psicológico no CRAS em Poços de Caldas. **Revista de Psicologia**, v. 1, n. 3, p. 521–530, 2009.

MUNRO, H. M.; THRUSFIELD, M. V. “Battered pets”: non-accidental physical injuries found in dogs and cats. **The Journal of Small Animal Practice**, v. 42, p. 279–90, 2001.

NATHANSON, J. N. Animal hoarding: slipping into the darkness of comorbid animal and self-neglect. **Journal of elder abuse & neglect**, v. 21, n. 4, p. 307–24, 2009.

NEW, J. C. et al. Characteristics of shelter-relinquished animals and their owners compared with animals and their owners in U.S. pet-owning households. **Journal of Applied Animal Welfare Science**, v. 3, n. 3, p. 179–201, 2000.

NEWBERRY, M. Pets in danger: Exploring the link between domestic violence and animal abuse. **Aggression and Violent Behavior**, p. 1–9, 2016.

OLIVEIRA, S. F. et al. Violence against women: profile of the aggressors and victims and characterization of the injuries. A forensic study. *Journal of Forensic and Legal Medicine*, v. 23, p. 49-54, 2014.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (OMS). Grupo Consultivo sobre Veterinária de Salud Pública. Ginebra, 1957. p. 3-29. Disponível em: http://whqlibdoc.who.int/trs/WHO_TRS_111_spa.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

OSBURN, B.; SCOTT, C.; GIBBS, P. One world - One medicine - One health: Emerging veterinary challenges and opportunities. **Revue scientifique et technique (International Office of Epizootics)**, v. 28, n. 2, p. 481–486, 2009.

OVERTON, J. C.; HENSLEY, C.; TALLICHET, S. E. Examining the relationship between childhood animal cruelty motives and recurrent adult violent crimes toward humans. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 27, n. 5, p. 899–915, 2012.

OYUNBILENG, S. et al. Prevalence and risk factors of domestic violence among mongolian women. **Journal of Women’s Health**, v. 18, n. 11, p. 1873–1880, 2009.

PAPPAIOANOU, M. Veterinary medicine protecting and promoting the public’s health and well-being. **Preventive Veterinary Medicine**, v. 62, p. 153–163, 2004.

PEAK, T.; ASCIONE, F.; DONEY, J. Adult protective services and animal welfare: Should animal abuse and neglect be assessed during adult protective services screening? **Journal of Elder Abuse & Neglect**, v. 24, p. 37–49, 2012.

PÉREZ-CÁRCELES, M. D. et al. Suspicion of elder abuse in South Eastern Spain: The extent and risk factors. **Archives of Gerontology and Geriatrics**, v. 49, n. 1, p. 132–137, 2009.

JUNIOR, A. A. P.; CASSEPP-BORGES, V.; SANTOS, J. G. DOS. Caracterização da violência doméstica contra crianças e adolescentes e as estratégias interventivas em um município do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 23, n. 2, p. 124–131, 2015.

RAMÓN, M. E.; SLATER, M. R.; WARD, M. P. Companion animal knowledge, attachment and pet cat care and their associations with household demographics for residents of a rural Texas town. **Preventive Veterinary Medicine**, v. 94, n. 3–4, p. 251–263, 2010.

ROBERTSON, I. A. Legally protecting and compelling veterinarians in issues of animal abuse and domestic violence. **New Zealand veterinary journal**, v. 58, n. 3, p. 114–120, 2010.

SALMAN, M. D. et al. Human and animal factors related to relinquishment of dogs and cats in 12 selected animal shelters in the United States. **Journal of Applied Animal Welfare Science**, v. 1, n. 3, p. 207–226, 1998.

SANDERS, C. E. et al. Bullies, victims, and animal abusers: Do they exhibit similar behavioral difficulties? **Society & Animals**, v. 21, p. 225–239, 2013.

SANDERS, C. E.; HENRY, B. C. Nonhuman animal cruelty, bullying, and behavioral difficulties among women. **Society & Animals**, v. 23, n. 1, p. 68–80, 2015.

SANDERS, C.; HENRY, B. Bullying and animal abuse: Is there a connection? **Society & Animals**, v. 15, p. 107–126, 2007.

SANTOS, A. M. As funções da universidade: ensino, pesquisa e extensão. **Revista Extensão em Foco**, v. 1, n. 1, p. 6–12, 2013.

SCARLETT, J. M. et al. Reasons for relinquishment of companion animals in U.S. animal shelters: Selected health and personal issues. **Journal of Applied Animal Welfare Science**, v. 2, n. 1, p. 47–57, 1999.

SCHERER, M. D. A.; PIRES, D. E. P.; JEAN, R. A. Construção da interdisciplinaridade no trabalho da Equipe de Saúde da Família. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 18, n. 11, p. 3203–3212, 2013.

SCHELLING, E. et al. Synergy between public health and veterinary services to deliver human and animal health interventions in rural low income settings. **British Medical Journal**, v. 331, p. 1264–1267, 2005.

SCHWARTZ, R. L. et al. Psychological profile of male and female animal abusers. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 27, n. 5, p. 846–861, 2012.

SHARPE, M. S.; WITTUM, T. E. Veterinarian involvement in the prevention and intervention of human violence and animal abuse: A survey of small animal practitioners. **Anthrozoös**, v. 12, n. 2, p. 97–104, 1999.

SHERMAN, B. L.; SERPELL, J. A. Training veterinary students in animal behavior to preserve the human-animal bond. **Journal of veterinary medical education**, v. 35, n. 4, p. 496–502, 2008.

SHORE, E. R.; RILEY, M. L.; DOUGLAS, D. K. Pet owner behaviors and attachment to yard versus house dogs. **Anthrozoos**, v. 19, n. 4, p. 325–334, 2006.

SIDEBOTHAM, P.; HERON, J. Child maltreatment in the “children of the nineties”: A cohort study of risk factors. **Child Abuse and Neglect**, v. 30, p. 497–522, 2006.

SILVA, K. L.; RODRIGUES, A. T. Ações intersetoriais para promoção da saúde na Estratégia Saúde da Família: experiência, desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 63, p. 762–769, 2010.

SILVA, E. P. et al. Incidence and risk factors for intimate partner violence during the postpartum period. **Revista de Saude Publica**, v. 49, n. 46, p. 1–9, 2015.

SIMMONS, C. A.; LEHMANN, P. Exploring the link between pet abuse and controlling behaviors in violent relationships. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 22, n. 9, p. 1211–1222, 2007.

SLACK, K. S. Understanding the risks of child neglect: an exploration of poverty and parenting characteristics. **Child Maltreatment**, v. 9, n. 4, p. 395–408, 2004.

SLACK, K. S. et al. Risk and protective factors for child neglect during early childhood: A cross-study comparison. **Children and Youth Services Review**, v. 33, p. 1354–1363, 2011.

SOUZA, P. C. A. A inserção do Médico Veterinário na área da saúde. **Revista do Conselho Federal de Medicina Veterinária**, v. XVI, n. 49, p. 5–7, 2010.

STOLT, L. B.; JOHNSON, Y. J.; KANEENE, J. B. Attitudes of veterinarians animal control directors, and county prosecutors in Michigan regarding enforcement of state cruelty legislation. **Journal of the American Veterinary Medical Association**, v. 211, p. 1521–1523, 1997.

STRAND, E. B.; FAVER, C. A. Battered women's concern for their Pets: A closer look. **Journal of Family Social Work**, v. 9, n. 4, p. 39–58, 2005.

SUBPROCURADURIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL (SUBPLAN), Ministério Público do Estado do Paraná. **Indicadores - Assistência Social**. Paraná, 2013. Disponível em: <<http://www.planejamento.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2640>>. Acesso em: 30 dez. 2016.

SUJATA, S. et al. An adolescent with bestiality behaviour: psychological evaluation and community health concerns. **Indian Journal Community Medicine**, v. 41, p. 23–26, 2016.

SVOBODA, W. K.; JAVOROUSKI, E. B. O papel e a importância do médico veterinário na saúde pública. **Revista do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná**, n. 34, ano IX, p. 16-18, 2011.

TALLICHET, S. E. et al. Targets for cruelty: Demographic and situational factors affecting the type of animal abused. **Criminal Justice Studies**, v. 18, n. 2, p. 173–182, 2005.

TALLICHET, S. E.; HENSLEY, C. Rural and urban differences in the commission of animal cruelty. **International journal of offender therapy and comparative criminology**, v. 49, n. 6, p. 711–726, 2005.

TALLICHET, S. E.; HENSLEY, C. The social and emotional context of childhood and adolescent animal cruelty: is there a link to adult interpersonal crimes? **International journal of offender therapy and comparative criminology**, v. 53, n. 5, p. 596–606, 2009.

TALLICHET, S. E.; HENSLEY, C.; EVANS, R. A. Place-based differences in the commission of recurrent animal cruelty. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, v. 56, n. 8, p. 1283–1298, 2012.

THOMPSON, K.; GULLONE, E. An investigation into the association between the witnessing of animal abuse and adolescents' behavior toward animals. **Society & Animals**, v. 14, n. 3, p. 221–243, 2006.

TIPLADY, C. M.; WALSH, D. B.; PHILLIPS, C. J. C. Intimate partner violence and companion animal welfare. **Australian Veterinary Journal**, v. 90, n. 1–2, p. 48–53, 2012.

TRIVERS, C. et al. Cruelty towards the family pet: a survey of women experiencing domestic violence on the Central Coast, New South Wales. **Medical journal of Australia**, v. 191, n. 7, p. 409–410, 2009.

VAUGHN, M. G. et al. Correlates of cruelty to animals in the United States: Results from the national epidemiologic survey on alcohol and related conditions. **Journal of Psychiatric Research**, v. 43, p. 1213–1218, 2009.

VAUGHN, M. G. et al. Effects of childhood adversity on bullying and cruelty to animals in the United States: Findings from a national sample. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 26, n. 17, p. 3509–3525, 2011.

VERMEULEN, H.; ODENDAAL, J. S. J. Proposed Typology of Companion Animal Abuse. **Anthrozoos: A Multidisciplinary Journal of The Interactions of People & Animals**, v. 6, n. 4, p. 248–257, 1993.

VIEIRA, L. J. E. D. S. et al. Fatores de risco para violência contra a mulher no contexto doméstico e coletivo. **Saude e Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 113–125, 2008.

VOLANT, A. M. et al. The relationship between domestic violence and animal abuse: an Australian study. **Journal of Interpersonal Violence**, v. 23, n. 9, p. 1277–1295, 2008.

WALTERS, D.; NOON, A. Family context and externalizing correlates of childhood animal cruelty in adjudicated delinquents. **Journal of interpersonal violence**, v. 30, n. 8, p. 1369–1386, 2015.

WALTERS, G. D. Testing the direct, indirect, and moderated effects of childhood animal cruelty on future aggressive and non-aggressive offending. **Aggressive Behavior**, v. 40, p. 238–249, 2014.

WALTERS, G. D. Parent and child reports of animal cruelty and their correlations with parent and child reports of child delinquency. **Psychology, Crime & Law**, v. 0, n. 0, p. 1–10, 2016a.

WALTERS, G. D. Animal cruelty and firesetting as behavioral markers of fearlessness and disinhibition: putting two-thirds of Macdonald's triad to work. **Journal of Forensic Psychiatry and Psychology**, v. 9949, n. January, p. 1–14, 2016b.

WALTON-MOSS, B. J. et al. Risk factors for intimate partner violence and associated injury among urban women. **Journal of Community Health**, v. 30, n. 5, p. 377–389, 2005.

WANDERBROOKE, A. C.; MORE, C. Abordagem profissional da violencia familiar contra o idoso em uma unidade basica de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, n. 12, p. 2513–2522, 2013.

WATT, S. L.; WARAN, N. K. Companion animal cruelty : Who are the offenders ? **Applied Animal Behaviour Science**, v. 35, n. 3, p. 295–296, 1993.

WAX, D. E.; HADDOX, V. G. Enuresis, fire Setting, and animal cruelty: A useful danger signal in predicting vulnerability of adolescent males to assaultive behavior. **Child Psychiatry and Human Development**, v. 4, n. 3, p. 151–156, 1974.

WESTPHAL, M. F.; MENDES, R. Cidade saudável : uma experiência de interdisciplinaridade e intersectorialidade. **Revista de Administração Pública**, v. 34, n. 6, p. 47–61, 2000.

WILLIAMS, V. M. et al. Animal abuse and family violence: survey on the recognition of animal abuse by veterinarians in New Zealand and their understanding of the correlation between animal abuse and human violence. **New Zealand veterinary journal**, v. 56, n. 1, p. 21–28, 2008.

WONG, J. et al. Childhood cruelty to animals in China: The relationship with psychological adjustment and family functioning. **Child: Care, Health and Development**, v. 39, n. 5, p. 668–675, 2012.

WOOLF, J. A. How can veterinarians be reporters of animal abuse when they are not taught to recognize it? **Journal of the American Veterinary Medical Association**, v. 247, n. 12, p. 1363–1364, 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **WHO Global Consultation on Violence and Health. Violence: a public health priority**. Geneva. 1996.

YAMAZAKI, S. A comparison of maltreated children and non-maltreated children on their experiences with animals- A Japanese study. **Anthrozoos**, v. 23, n. 1, p. 55–67, 2010.

YANG, M. Y.; MAGUIRE-JACK, K. Predictors of basic needs and supervisory neglect: evidence from the Illinois families study. **Children and Youth Services Review**, v. 67, p. 20–26, 2016.

YIMER, E. et al. Study on knowledge, attitude and dog ownership patterns related to rabies prevention and control in Addis Ababa, Ethiopia. **Ethiopian Veterinary Journal**, v. 16, n. 2, p. 27–39, 2012.

YOFFE-SHARP, B. L.; LOAR, L. M. The veterinarian's responsibility to recognize and report animal abuse. **Journal of the American Veterinary Medical Association**, v. 234, n. 6, p. 732–737, 2009.

ZILNEY, L. A.; ZILNEY, M. Reunification of child and animal welfare agencies: Cross-reporting of abuse in Wellington County, Ontario. **Child Welfare**, v. 84, n. 1, p. 47–66, 2005.

ZINSSTAG, J. et al. From “one medicine” to “one health” and systemic approaches to health and well-being. **Preventive Veterinary Medicine**, v. 101, p. 148–156, 2011.

APÊNDICE A. OFÍCIO INSTITUCIONAL ELABORADO PARA CONHECER A PERCEPÇÃO DOS SETORES ENVOLVIDOS NO TRABALHO INTERSETORIAL



Ministério da Educação / Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências Agrárias / Departamento de Medicina Veterinária
Medicina Veterinária Legal / Medicina Veterinária do Coletivo

Curitiba, 7 de dezembro de 2016

OF 5.12/2016 – rcmg/2016

Assunto: Avaliação das ações intersetoriais relativas à pesquisa com a UFPR

DD Seção de Defesa e Proteção Animal
Secretaria do Meio Ambiente, Pinhais, PR, Brasil

Agradecemos imensamente toda a atenção dada e a união de esforços intersetoriais e multidisciplinares relativos à execução do projeto de pesquisa "*Atuação do médico veterinário e da assistência social na identificação de famílias e animais em situação de vulnerabilidade.*" O projeto está na sua fase final e não teria sido possível a sua realização sem a participação da Seção de defesa e proteção animal.

Com a finalidade de realizar avaliação do processo, solicitamos as opiniões, sugestões e críticas de todos os setores participantes. Segue em anexo algumas perguntas para servir de roteiro e, também, espaço livre para envio de sugestões e críticas. Solicitamos também que as respostas sejam enviadas até o dia 15/12/2016 para os e-mails ritamaria@ufpr.br e stefany.monsalve.b@gmail.com

Nossa estima e consideração.

Atenciosamente,

Rita Maria de Cássia Garcia
Professora Programa de Pós-graduação em Ciências Veterinárias-UFPR

Stefany Monsalve Barrero
Mestranda
Programa de Pós-graduação em Ciências Veterinárias - UFPR



Ministério da Educação / Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências Agrárias / Departamento de Medicina Veterinária
Medicina Veterinária Legal / Medicina Veterinária do Coletivo

AVALIAÇÃO

Projeto de pesquisa "*Atuação do médico veterinário e da assistência social na identificação de famílias e animais em situação de vulnerabilidade.*"

- 1) Quais foram as dificuldades para a execução do fluxo de encaminhamento dos casos de famílias e animais em situação de vulnerabilidade?
- 2) Quais foram os aspectos positivos e oportunidades para a implementação e execução do fluxo?
- 3) O projeto ajudou as famílias em situação de vulnerabilidade? Por que?
- 4) O projeto ajudou os animais em situação de vulnerabilidade? Por que?
- 5) Qual é a importância dos médicos veterinários nos casos de famílias em situação de vulnerabilidade?
- 6) Qual é a importância das entidades da assistência social nos casos de maus-tratos aos animais de companhia?
- 7) Quais foram os aspectos positivos do projeto?
- 8) Quais foram os aspectos negativos do projeto?
- 9) O que deve ser melhorado?

**APÊNDICE B. FICHA DE COLETA DE DADOS PARA IDENTIFICAÇÃO DE
VULNERABILIDADE DURANTE AS VISTORIAS DE MAUS-TRATOS AOS
ANIMAIS REALIZADAS PELA SEDEA**

FICHA ATUAÇÃO DO MÉDICO VETERINÁRIO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA IDENTIFICAÇÃO DE FAMÍLIAS E ANIMAIS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE				
Número de identificação:		Data da fiscalização:		
Existe maus-tratos no(s) animal(is):		Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	
Tipo de maus-tratos:		Negligência <input type="checkbox"/>	Abuso Físico <input type="checkbox"/>	Abuso Sexual <input type="checkbox"/>
		Abandono <input type="checkbox"/>	Outro (especificar): _____	
Número de animais:		Cães: _____	Gatos: _____	Outros: _____ Espécie: _____
Informação dos moradores do domicílio				
Nº	Sexo	Idade	Grau de escolaridade	Emprego/Aposentadoria
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
Existe suspeita de vulnerabilidade na família:		Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	
Tipo de vulnerabilidade:		Violência Doméstica <input type="checkbox"/>	Negligência <input type="checkbox"/>	Pobreza <input type="checkbox"/>
		Desemprego <input type="checkbox"/>	Abuso de substâncias <input type="checkbox"/>	Outra (Especificar): _____
Descrição da vulnerabilidade:				
Veterinário responsável pela fiscalização:				

**APÊNDICE C. FICHAS DE ENCAMINHAMENTO E RESPOSTA DE CASOS DE
VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA E MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS
PROPOSTAS PELAS PESQUISADORAS**

FICHA DE ENCAMINHAMENTO DE CASOS									
ATUAÇÃO DO MÉDICO VETERINÁRIO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA IDENTIFICAÇÃO DE FAMÍLIAS E ANIMAIS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE									
ORIGEM: SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL									
DESTINO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL									
Número de identificação									
Data do encaminhamento									
Dados do local da fiscalização									
Bairro									
Logradouro									
Número									
Complemento									
Telefone									
Nome da Pessoa responsável pelo(s) animal (is)									
Motivo do encaminhamento									
Motivo da Fiscalização:									
Foi identificado maus-tratos no(s) animal(is) marque com um X				Sim		Não			
Tipo de maus tratos (marque com um x):		Negligência		Abuso físico		Abuso Sexual		Outro (especificar)	
Descrição das condições do(s) animal(is)									
Existe suspeita de vulnerabilidade na família? (marque com um x)						Sim		Não	
Tipo de vulnerabilidade:		Violência doméstica		Negligência		Abuso de álcool ou drogas			
		Pobreza		Desemprego		Outra (Especificar)			
Descrição da vulnerabilidade									
Outras Considerações (descrever condições do meio ambiente e outras pertinentes ao caso)									
Veterinário responsável pelo encaminhamento									

FICHA DE RESPOSTA DE CASOS 3										
ATUAÇÃO DO MÉDICO VETERINÁRIO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA IDENTIFICAÇÃO DE FAMÍLIAS E ANIMAIS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE										
ORIGEM: ASSISTÊNCIA SOCIAL										
DESTINO: SEÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO ANIMAL										
Número de identificação:										
Data da visita										
Entidade que realizou a visita										
Características do domicílio										
Características predominantes do local do domicílio (marque com um x)							Urbanas		Rural	
Presença de água canalizada? (marque com um x)							Sim		Não	
Qual a forma de abastecimento de água?										
Há banheiro? (marque com um x)					Sim		Não			
Qual o destino do lixo do domicílio?										
Qual a forma de iluminação?										
Quantas pessoas moram no domicílio?										
Quantas famílias moram no domicílio?										
Informação dos moradores do domicílio										
Nº de Ordem	Sexo	idade	Grau de escolaridade			Possui emprego				
1										
2										
3										
4										
5										
6										
7										
8										
9										
10										
11										
12										
Pessoa com deficiência (marque com um x)					Sim				Não	
Existe vulnerabilidade (marque com um x)					Sim				Não	
Tipo de vulnerabilidade:		Violência doméstica		Negligência		Abuso de álcool/drogas				
	Pobreza		Desemprego		Outro (especificar)					
Existe perda de vínculos familiares? (marque com um x)					Sim				Não	
Descrição de Vulnerabilidade										
Foi possível para o Assistente Social Observar o(s) animal(is) marque com um x							Sim		Não	
Assistente social responsável pela visita										

ANEXO 1. PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS DO SETOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UFPR

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARANÁ - SETOR DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE/ SCS -



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ATUAÇÃO DO MÉDICO VETERINÁRIO E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA IDENTIFICAÇÃO DE FAMÍLIAS E ANIMAIS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

Pesquisador: RITA DE CASSIA MARIA GARCIA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 54247416.7.0000.0102

Instituição Proponente: Programa de Pós-graduação em Ciências Veterinárias

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.502.241

**ANEXO 2. DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE ÉTICA NO USO DE ANIMAIS,
SETOR CIÊNCIAS AGRÁRIAS, UFPR**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
COMISSÃO DE ÉTICA NO USO DE ANIMAIS**

DECLARAÇÃO

A Comissão de Ética no uso de Animais (CEUA), do Setor de Ciências Agrárias, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), no uso de suas atribuições e em cumprimento a Lei nº 11.794, de 08 de Outubro de 2008, declara para os devidos fins que o protocolo nº02/2016, intitulado **“Atuação do médico veterinário e da assistência social na identificação de famílias e animais em situação de vulnerabilidade”**, sob responsabilidade da professora Rita Maria de Cassia Garcia está isento de avaliação pela CEUA, uma vez que não irá manipular animais. Sendo assim, o referido projeto não necessita de prévia aprovação da CEUA para sua execução.

Curitiba, 03 de Maio de 2016.

A handwritten signature in blue ink that reads 'Ananda Portella Félix'.

Ananda Portella Félix

Coordenadora CEUA/SCA-UFPR

ANEXO 3. ARTIGO PUBLICADO "THE CONNECTION BETWEEN ANIMAL ABUSE AND INTERPERSONAL VIOLENCE: A REVIEW FROM THE VETERINARY PERSPECTIVE"

Research in Veterinary Science 114 (2017) 18–26



Contents lists available at ScienceDirect

Research in Veterinary Science

journal homepage: www.elsevier.com/locate/rvsc



The connection between animal abuse and interpersonal violence: A review from the veterinary perspective



Stefany Monsalve^{a,*}, Fernando Ferreira^b, Rita Garcia^a

^a Programa de Pós-graduação em Ciências Veterinárias, Universidade Federal do Paraná, Rua dos Funcionários, 1540, Curitiba, Paraná, Brazil

^b Escola de Medicina Veterinária e Ciência Animal, Universidade de São Paulo, Avenida Professor Doutor Orlando Marques de Paiva, 87, São Paulo, SP, Brazil

ARTICLE INFO

Article history:

Received 3 November 2016

Received in revised form 19 February 2017

Accepted 27 February 2017

Available online xxxxx

Keywords:

Animal cruelty
Domestic violence
Child abuse
Veterinary medicine
Companion animal maltreatment

ABSTRACT

Several studies have reported a connection between animal abuse and interpersonal violence. The importance of veterinarians in recognizing and intervening in the cycle of violence has been debated in different articles. This review outlines the findings about this connection around the world and describes the role veterinarians play in this field. We looked up electronic databases and analyzed articles published between 1960 and 2016. Publications were classified into three categories: area of publication, topic of the study and continent where the study had been conducted. Out of the 96 articles included, 76 (79.2%) were from North America. None were from South America or Africa. Ninety-four articles (97.9%) found some association between animal abuse and violence against people. The rates of co-occurrence between domestic violence and animal abuse reported varied between 25% and 86%. Furthermore, children who were abused, exposed to domestic violence, or animal abuse were at risk of developing criminal behavior. Veterinarians play an important role in public health and animal welfare. Yet, only seven articles (7.3%) were published in the field of veterinary medicine. Studies report that between 42.8% and 86% of veterinarians know about the "Link". However, most veterinarians not being trained to intervene in cases of animal abuse and human violence. This emphasizes the importance of educating veterinarians about this topic and their participation in this area.

© 2017 Elsevier Ltd. All rights reserved.

Contents

1. Introduction	18
2. Articles included in this review	19
2.1. Search strategy	19
2.2. Selection criteria	19
3. Classification of articles	19
3.1. Classification according to the area of publication	19
3.2. Classification according to the continent where the study was conducted	20
3.3. Classification according to the topic of the study	20
3.3.1. Animal abuse and domestic violence	20
3.3.2. Risk factors for the development of childhood animal abuse	21
3.3.3. Animal abuse and the prediction of criminal behavior	22
3.3.4. The veterinarians' role in the "Link"	23
4. Conclusions	24
Conflict of interest	24
References	24

1. Introduction

Investigations about the "Link", which is the association between interpersonal violence and animal abuse, began in 1963 with the emergence of a triad of enuresis, fire-setting and animal cruelty during

* Corresponding author at: Universidade Federal do Paraná, Departamento de Medicina Veterinária, Rua dos Funcionários, 1540, Curitiba, Paraná, Brazil.

E-mail addresses: stefanymonsalve@ufpr.br (S. Monsalve), fernando@vps.fmvz.usp.br (F. Ferreira), ritamaria@ufpr.br (R. Garcia).

ANEXO 4. PÔSTER APRESENTADO NA VI CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO COLETIVO

LINK ENTRE O ABUSO CONTRA OS ANIMAIS E A VIOLÊNCIA HUMANA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Stefany Monsalve Barrero¹; Guilherme Dias Araujo²; Loren D'Aprile²; Rita de Cassia Maria Garcia³

¹ Médica Veterinária mestranda em Programa de Pós-graduação em Ciências Veterinárias, Universidade Federal do Paraná-UFPR, Curitiba, PR, Brasil. E-mail: stefanymonsalve@ufpr.br

² Médico(a) Veterinário(a) residente em Medicina Veterinária do Coletivo, UFPR, Curitiba, PR, Brasil.

³ Docente do Departamento de Medicina Veterinária, UFPR, Curitiba, PR, Brasil.

INTRODUÇÃO

Uma relação entre a apresentação de abuso contra os animais e a saúde pública, denominada de *link*, tem sido encontrada em diversos estudos sobre a violência criminal e doméstica. Essa relação comprova as consequências que a exposição a este tipo de abuso gera nas crianças; seu uso como um sinal de uma conduta antissocial; como ferramenta de intimidação das vítimas e de predição e detecção de outros tipos de violência na sociedade. Assim mesmo, a demanda da participação dos médicos veterinários na detecção do abuso contra os animais e na intervenção dos diferentes tipos de violência humana, tem aumentado nos últimos anos ao reconhecer este profissional como o primeiro, e talvez o único, a ter acesso a situações de abuso por meio do atendimento do animal abusado. O objetivo da presente revisão foi esclarecer os aspectos do *link* nos diferentes continentes.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foram pesquisados artigos sobre o *link*

Bases de dados:

- Pubmed
- Scopus
- Science direct
- Medline
- SciELO
- Taylor and Francis
- PsycARTICLES
- African Journal Online

Palavras de Busca:

- Animal cruelty
- Pet abuse
- Companion animal abuse
- Violence and animal cruelty
- Battered pets

Crítérios de inclusão: estudar o *link* e estar escrito em inglês.

Crítério de exclusão: ser um artigo de revisão.

RESULTADOS

358 artigos foram encontrados com as palavras de busca. Ao eliminar os duplicados e fazer escolha por título foram selecionados 143 artigos, dos quais, 117 cumpriram os critérios de inclusão e foram classificados de acordo ao continente de origem da publicação (Figura 1) e tipo de conexão (Figura 2).

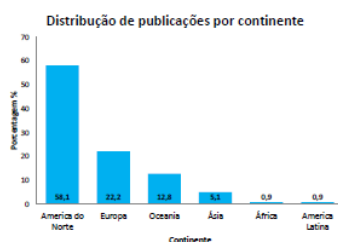


Figura 1. Distribuição das publicações de acordo ao continente de origem do trabalho.

Classificação por tipo de Link encontrado

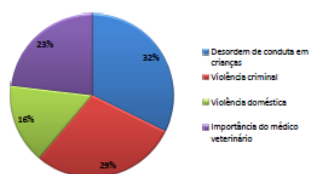


Figura 2. Distribuição das publicações de acordo ao tipo de link encontrado.

Apesar da importância do médico veterinário na área, só 15% foram publicados em revistas de medicina veterinária, sendo a maior parte artigos de opinião. A maioria dos estudos tem encontrado uma associação entre o abuso físico e sexual nas crianças e da exposição à violência doméstica com o desenvolvimento de abuso contra os animais na infância, como um dos primeiros sinais de um desordem de conduta. Já em relação à predição de uma conduta criminal, os resultados dos estudos indicam que o abuso recorrente e severo contra os animais, cometidos por diversão, encontra-se associado ao desenvolvimento de uma conduta criminal, violenta e agressiva contra os seres humanos na vida adulta. Aproximadamente o 50% das mulheres vítimas de violência doméstica, em diversos estudos reportaram, que seu conjugue havia ameaçado, ferido ou assassinado seu animal de estimação, usando-o como ferramenta para intimidar e perpetuar a violência.

CONCLUSÃO

Diversas evidências da existência do *link* tem sido encontradas, mostrando a importância da detecção e denúncia dos atos de abuso contra os animais. Deve-se ressaltar, também, a responsabilidade dos médicos veterinários com a saúde pública e o bem-estar dos animais vítimas de violência, já que são os primeiros, e talvez, os únicos profissionais em ter acesso no ciclo da violência. A promoção e participação de médicos veterinários no desenvolvimento de pesquisas nesta área é indispensável.

¹LANDAU, R. A survey of teaching and implementation: the veterinarians role in recognizing and reporting abuse. *Journal of the American Veterinary Medical Association*, v. 215, n. 3, p. 329-331, 1999.

²MCPHERAN, S. Animal abuse, family violence, and child wellbeing: A review. *Journal of Family Violence*, v. 24, n. 1, p. 41-52, 2009.

ANEXO 5. RESUMO ACEITO NA VII CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO COLETIVO PARA APRESENTAÇÃO ORAL

MAUS-TRATOS AOS ANIMAIS E VULNERABILIDADE SOCIAL: PARCERIA INTERSETORIAL ENTRE ASSISTENCIA SOCIAL E PROTEÇÃO ANIMAL

Stefany Monsalve Barrero¹, Luana Oliveira Leite¹, Maria Vitoria Barros Duarte Caleme², Simone Tostes de Oliveira Stedile³, Rita de Cassia Maria Garcia³

¹ Médica Veterinária mestranda em Medicina Veterinária Legal. Universidade Federal do Paraná-UFPR. Curitiba, PR, Brasil. E-mail: stefanymonsalve@ufpr.br

² Diretora de Proteção Social Básica. Secretaria Municipal de Assistência Social. Pinhais, PR, Brasil.

³ Docente do Departamento de Medicina Veterinária - UFPR

Os animais de companhia são considerados sentinelas de diversas doenças infecciosas e contaminantes ambientais por compartilharem os mesmos riscos, ambientes e estilos de vida de seus proprietários. Porém, no Brasil, cães e gatos não são considerados agentes importantes de problemas sociais, como violência doméstica. Assim, nos programas de assistência social, é incomum a inclusão de animais de estimação, juntamente aos seus proprietários, como vítimas da situação de vulnerabilidade. Logo, o objetivo do presente trabalho é analisar os aspectos positivos e negativos encontrados na criação de um fluxo intersetorial, entre as entidades da assistência social e proteção animal. Foram contatadas 4 entidades de assistência social e 1 de proteção animal, em 3 municípios da região do Paraná, Brasil, sendo que só uma da assistência social concordou em conhecer o trabalho. Reuniões entre os pesquisadores, os representantes da Secretaria Municipal da Assistência social e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (setor de defesa e proteção animal) foram realizadas, com a finalidade de: expor a importância dos animais de estimação dentro das famílias, e dos maus-tratos a estes agentes como indicador de vulnerabilidade social; entender as atividades de cada entidade, e estabelecer o fluxo de encaminhamento de casos de suspeita de famílias em situação de vulnerabilidade e de maus-tratos aos animais. De todas as entidades contatadas, apenas as entidades de proteção social e animal do município de Pinhais-PR, aceitaram conhecer o projeto, por meio de reuniões, e realizar sua implantação. Os resultados positivos dos encontros foram: o destaque da importância dos animais de estimação, como participantes que podem ser incluídos nas questões sociais; o estabelecimento de uma parceria intersetorial, a fim de promover a busca ativa de casos suspeitos de vulnerabilidade humana e maus-tratos aos animais, visando assim a melhora do bem-estar das famílias e animais em situação de risco. As dificuldades foram: a falta de interesse por parte das outras entidades de assistência social; a ausência de conhecimento sobre a importância dos animais de companhia dentro das famílias em situação de vulnerabilidade; o fato de que os animais de companhia nunca foram incluídos nas políticas públicas da assistência social; os obstáculos enfrentados pelos assistentes sociais em avaliar as condições básicas de manutenção do animal, principalmente pela falta de preparação em sua formação; a percepção dos assistentes sociais de que sua responsabilidade se limita a avaliar a situação das pessoas; a restrição de recursos e funcionários para enfrentar o aumento de atendimentos. Os animais de companhia também são vítimas de vulnerabilidade social, como a violência doméstica, sendo importante sua inclusão como possíveis agentes indicadores.

ANEXO 6. PÔSTER APRESENTADO 41ST WORLD SMALL ANIMAL VETERINARY ASSOCIATION CONGRESS

DETECTION OF ANIMAL ABUSE CASES AND FAMILY SOCIAL VULNERABILITY: PARTNERSHIPS BETWEEN HUMANE SOCIAL AND PROTECTION ANIMAL SERVICES



S. Monsalve¹, L.O. Leite¹, M.V.B. Duarte², S. T. Oliveira³, R.C.M. Garcia³

¹ Master's student of the Postgraduate Program in Veterinary Science, Universidade Federal do Paraná. Email: stefanymonsalve@ufpr.br

² Director of the Basic Social Protection, Secretaria Municipal de Assistência Social, Pinhais, PR, Brazil.

³ Professor of the Department of Veterinary Medicine, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brazil.

INTRODUCTION

Companion animals are used as sentinels of infectious diseases and environmental contaminants, because they share a common environment and health risks with their owners. However, in the social services programs of Brazil, it is uncommon that pets be included as victims of the vulnerability situation of their owners.

Objective: Analyze the positive and negative aspects encountered in the creation of an public intersectoral flow, between the entities of social and animal protection services.

METHODS

Six social service entities of three Paraná's cities were contacted, only two had interest in knowing the project (Table 1).

TABLE 1: ENTITIES CONTACTED OF SOCIAL AND ANIMAL SERVICES IN THREE PARANÁ'S CITIES

Social Entities			Animal Entities		
Name	Target Population	N	Name	Target Population	N
Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)*	Families in vulnerability	1	Seção de Defesa e Proteção Animal (SEDEA)*	Animal abused	1
Centro de Referência Especial da Assistência Social (CREAS)*	Victims of violence	1			
Conselho tutelar	Children victims of violence	3			
Casa de acolhida da Mulher	Women victims of violence	1			
Total		6	Total		1

* Entities that had interest in knowing the project

Meetings between researchers, agents of the Department of Social, Health and animal protection services, were done in order to expose the importance of the study and to establish between departments the routing flow of the vulnerable families and animal abuse case (Figure 1).

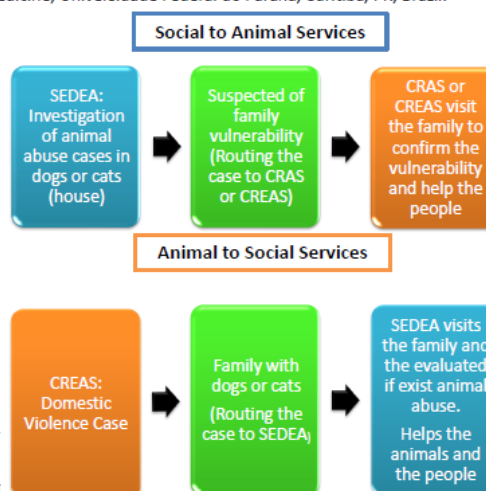


Figura 1. Routing flow of the vulnerable families and animal abuse case

RESULTS

Just the social (CRAS and CREAS) and protection animal (SEDEA) services of Pinhais city, Paraná, Brazil, accepted know the project and to plan it implantation. In the table 2 are the positive and negative aspects encountered in the creation of an public intersectoral flow.

TABLE 2: POSITIVE ASPECTS AND DIFFICULTIES IN THE CREATION OF AN PUBLIC INTERSECTORAL FLOW BETWEEN SOCIAL AND ANIMAL SERVICES

Positive aspects	Difficulties
Empowerment of the social and protection animal staffs about the theme.	Animal's assessment it was not included in the approach of the social services.
Partnership to implant a flow to work with vulnerability families and their pets.	Lack of knowledge about the importance of pets on social problems.
Inclusion of the animals in the social problems.	Lack of interest of the majority of social entities.
Active surveillance of animal abuse and vulnerability cases for help the animals and the people.	Lack of resources to increase attendance of cases.

CONCLUSION

Conclusion: When a family is in vulnerable condition, all their members are too, include the pets. Lack of knowledge of the social service about the subject is the main obstacle for including the pets as indicator of vulnerability.

**ANEXO 7. PALESTRA MINISTRADA NA II SEMANA DE ZONOSSES DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Departamento de Promoção e Vigilância

CERTIFICADO

A Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, através da Secretaria Municipal de Saúde / Departamento de Promoção e Vigilância concede a **Stefany monsalve Barrero**, presente Certificado referente à sua participação como **palestrante** na II Semana de Zoonoses, realizada no período de 31 a 04 de setembro/2015, das 13 horas às 17 horas, cumprindo uma carga horária integral de 20 (vinte) horas.

Odevaír da Silva Mathias

Diretor do Departamento de Promoção e Vigilância

Portaria nº3987/2015

ANEXO 8. PALESTRA MINISTRADA NA XXXIII SEMANA ACADÊMICA DE MEDICINA VETERINÁRIA DA UFPR



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CENTRO ACADÊMICO DE MEDICINA VETERINÁRIA

CERTIFICADO

Certificamos que **Stefany Monsalve Barrero** ministrou a palestra intitulada “Teoria do Elo: a Ligação Entre Violência Doméstica, o Abuso Infantil e os Maus Tratos aos Animais” pertencente ao **Módulo Saúde Única** da XXXIII Semana Acadêmica de Medicina Veterinária da Universidade Federal do Paraná, realizada entre os dias 16 de maio e 20 de maio de 2016 sob organização do Centro Acadêmico de Medicina Veterinária – campus Curitiba, nas dependências do Setor de Ciências Agrárias, com duração de 45 minutos.

Curitiba, 18 de maio de 2016.


Giancarlo Negro
Presidente do CAMV-UFPR


Marília Cristina Pinto
Coordenadora do Módulo Saúde Única

ANEXO 9. PALESTRA MINISTRADA NA VII CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO COLETIVO



CERTIFICADO

Certificamos que STEFANY MONSALVE BARRER participou como palestrante do **Workshop: Vitorias em Casos de Maus-Tratos Animais** durante a **VII CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO COLETIVO**, no dia 16 de junho de 2016, realizado pelo Instituto Técnico de Educação e Controle Animal, UniRitter e Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, RS, Brasil, com os temas: “Conceituação utilizada acerca de maus-tratos a animais” e “Violência humana e animal, a teoria do Link”.

Porto Alegre, 18 de junho de 2016

Dr. Néstor Alberto Calderón Maldonado
Coordenador Executivo

Instituto Técnico de Educação e Controle Animal

ANEXO 10. PALESTRA MINISTRADA NO III CONGRESSO DO SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS DE GUARAPUAVA



Universidade Estadual do Centro-Oeste

Campus Santa Cruz: Rua Salvatore Renna, 875 - Cx. Postal 3010 - Fone (42) 3621-1000 - FAX 3621-1090 - 85015-430 - GUARAPUAVA - PR
Campus CEDETEG: Rua Simeão Carrazzo Varela de Sá, 83 - Fone/FAX (42) 3629-8100 - CEP 85.040-090 - GUARAPUAVA - PR
Campus de Irati: PR 153 - Km 07 - Riosinho - Cx. Postal, 21 - Fone (42) 3421-3000 - FAX (42) 3421-3067 - CEP 84.509-500 - IRATI - PR

CERTIFICADO

Conferido a

STEFANY MONSALVE BARRERO
07*.347.*41-**

por ter participado como Palestrante de minicurso intitulado “O CONCEITO DE MEDICINA ÚNICA (ONE HEALTH) NA MEDICINA VETERINÁRIA: SAÚDE HUMANA, ANIMAL E AMBIENTAL”, no evento de extensão: “III CONGRESSO DO SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS DE GUARAPUAVA – III CONSEAAG”, realizado no período de 24 a 29 de outubro de 2016, no Campus Universitário Cedeteg, com carga horária total de 2 (duas) horas, proposto pelo Setor de Ciências Agrárias e Ambientais, SEAA/G, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.

Guarapuava, 11 de novembro de 2016.

Número	Folha	Livro
760	183	DIREX-ON-2016

Professor(a) Jorge Luiz Favaro,
Coordenador(a) do Projeto

Professora Elaine Maria dos Santos,
Pro-Reitora de Extensão e Cultura

A aceitação deste certificado está condicionada a verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço:
<http://certificado.unicentro.br/?id=http://certificado.unicentro.br/?id=248b31>

7. VITA

Stefany Monsalve Barrero é médica veterinária formada pela Universidad Nacional de Colômbia. Trabalha nas áreas de saúde única, bem-estar animal, medicina veterinária legal e medicina veterinária do coletivo. Tem especial interesse na relação entre a vulnerabilidade social e a ocorrência de maus-tratos aos animais de companhia.